

Ana Carolina da Silva Galvão Dias

**Uma proposição didática de inclusão da história local no
currículo de história no Ensino Médio**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História (opção profissional) pelo Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ensino de História – ProfHistória – do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof^a Juçara da Silva Barbosa de Mello

Rio de Janeiro
Junho de 2019

Ana Carolina da Silva Galvão Dias

Uma proposição didática de inclusão da história local no currículo de história no Ensino Médio

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História (opção profissional) pelo Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ensino de História – ProfHistória – do Departamento de História da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª Juçara da Silva Barbosa de Mello

Orientador

Departamento de História – PUC-Rio

Profª. Iamara da Silva Viana

PUC-Rio

Prof. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

UERJ

Rio de Janeiro, 05 de Junho de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Ana Carolina da Silva Galvão Dias

Ana Carolina da Silva Galvão Dias, licenciada em História, professora concursada no Estado de Rio de Janeiro, atuando em turmas de ensino médio na modalidade regular, dedicada a pesquisa na área de metodologias pedagógicas para o ensino de História.

Ficha Catalográfica

Dias, Ana Carolina da Silva Galvão

Uma proposição didática de inclusão da história local no currículo de história no Ensino Médio / Ana Carolina da Silva Galvão Dias ; orientador: Juçara da Silva Barbosa de Mello. – 2019.

144 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2019.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História local. 3. Ensino de história. 4. Baixada Fluminense. I. Mello, Juçara da Silva Barbosa de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Para aqueles que me mantêm de pé,
eis o nosso trabalho.

Agradecimentos

Agradeço igualmente a Deus, que melhor que qualquer um sabe da minha infinita gratidão, e aos meus, aqueles que me sustentaram ao longo desta jornada. Este trabalho não seria possível se não houvesse ao meu lado aqueles que acreditam em mim muito mais do que eu mesma e que fizeram por mim o que lhes era possível e mais além. Este texto é fruto da união e dedicação de muitos pares de mãos que trabalham unidos em todos os momentos.

Sem vocês não valeria tanto a pena este processo.

Meu mais profundo e sincero obrigada.

Além disso, faz-se necessário agradecer ao Prof. Sergio Barra com quem iniciamos esta jornada de pesquisa e a Prof^a Juçara Mello que nos possibilitou concluí-la. Cada um dos professores com quem tive a honra e o privilégio de conviver neste processo, agradeço por suas contribuições não apenas na construção deste trabalho, mas ainda no aperfeiçoamento da professora que sou.

E agradeço a PUC-Rio e ao ProfHistória por essa oportunidade inacreditável e inigualável em minha vida.

À todos estes deixo minha eterna gratidão.

Resumo

DIAS, Ana Carolina da Silva Galvão. **Uma proposição didática de inclusão da história local no currículo de história no Ensino Médio.** Rio de Janeiro, 2018. p. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho é resultado de uma proposta de pesquisa que visava elaborar uma série de atividades para serem desenvolvidas em sala de aula pelo professor com seus alunos em que seja possível observar a participação e a influência da região no contexto geral e vice e versa, nas séries finais do ensino médio, buscando estabelecer uma relação entre os conteúdos determinados pelo currículo escolar implementado ao longo do ano letivo e a história local, evidenciando assim as relações existentes entre os processos históricos nacionais e regionais. Estabelece-se, assim, a possibilidade de propiciar ao aluno a compreensão de que as regiões que formam o Estado, a nível regional, e o país, a nível nacional, estão integradas em todos os aspectos enfatizando as influências sociais, econômicas e políticas que exercem umas nas outras e assim desconstruir a noção de hierarquia histórica que veio sendo construída ao longo do processo de concepção e implementação da disciplina história no ensino no Brasil. Além de promover entre os alunos o despertar ou a intensificação do sentimento de pertencimento que permitiria, ao meu ver, uma maior identificação do aluno com a disciplina e com o processo de construção da história, visto que somos todos agentes da história. Além de exercer através desta o papel da disciplina escolar história na formação da nacionalidade, das identidades e na construção da cidadania. Assim, partimos da perspectiva regional nos utilizando da produção historiográfica acerca de Baixada Fluminense já previamente publicada, estabelecendo uma relação com o contexto nacional conforme o conteúdo abordado no livro didático utilizado pela turma. Para tal, delimitamos o nosso local a região da Baixada Fluminense, por se tratar do meu lugar de origem, além de corresponder a minha região de atuação profissional, permitindo desta forma ao discente conhecer melhor a história da região onde vive e estuda.

Palavras-chave

História Local, Ensino de História, Baixada Fluminense

Abstract

DIAS, Ana Carolina da Silva Galvão. **A didactic proposition of inclusion of local history in the history curriculum in High School.** Rio de Janeiro, 2018. p. Masters dissertation. Department of History. Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This work is the result of a research proposal that aimed to elaborate a series of activities to be developed in the classroom by the teacher with his students in which it is possible to observe the participation and the influence of the region in the general context and vice versa in the series in order to establish a relationship between the contents determined by the school curriculum implemented throughout the school year and the local history, thus highlighting the existing relationships between national and regional historical processes. It establishes the possibility of providing the student with an understanding that the regions that form the State at regional level and the country at national level are integrated in all aspects emphasizing the social, economic and political influences that exert each other and thus deconstruct the notion of historical hierarchy that has been built throughout the process of conception and implementation of the history of teaching in Brazil. In addition to promoting among students the awakening or intensification of the sense of belonging that would allow, in my view, a greater identification of the student with the discipline and the process of construction of history, since we are all agents of history. In addition to exercising through this the role of school discipline history in the formation of nationality, of identities and in the construction of citizenship. Thus, we start from the regional perspective using the historiographical production about Baixada Fluminense already published, establishing a relationship with the national context according to the content addressed in the textbook used by the class. To do this, we delimit our place in the region of Baixada Fluminense, because it is my place of origin, besides corresponding to my region of professional performance, thus allowing the student to know better the history of the region where he lives and studies.

Keywords

Local History, Teaching History, Baixada Fluminense

SUMÁRIO

Introdução	10
1 Ensino de História Local: Primeiros Passos	12
1.1 Onde estamos inseridos: Por que estudar a Baixada Fluminense?	12
1.2 Onde estamos inseridos: O que aprendi sobre Nilópolis?	15
1.3 Onde estamos inseridos: Bases teóricas	24
1.4 Onde estamos inseridos: Caminho metodológico	27
2 Ensino de História Local: Currículo Escolar e Sala de Aula	31
2.1 Currículo Escolar	31
2.1.1 Vale a pena levar história local para a escola?	31
2.1.2 Qual o lugar da história local no ensino?	36
2.2 Sala de aula	41
2.2.1 História da minha terra: Baixada Fluminense	41
2.2.2 História local e produção acadêmica: Quem escreve sobre Baixada?	44
2.2.3 História local e docência: A Baixada no dia a dia escolar	47
3 Baixada Fluminense na Escola	52
Considerações Finais	77
Referências Bibliográficas	82
Anexos	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Livro: Baixada Fluminense... Memória Fotográfica	62
Figura 2. Porto de Estrela, ao fundo o Hotel, 1913 – Magé	62
Figura 3. Fazenda de Fragoso, 1911 – Magé	63
Figura 4. Escritório da Comissão de Saneamento, Vila de Estrela, 1911 – Magé	63
Figura 5. Reservatório Rio D´ouro, 1905 – Nova Iguaçu	64
Figura 6. Fazenda São Bento, década de 1910 – Duque de Caxias	64
Figura 7. Visita de Nilo Peçanha à Estação de Merity, 1916 – Duque de Caxias	65
Figura 8. Duque de Caxias, 1919	65
Figura 9. Capela São Matheus, fundada em 1637, foto de 1910 – Nilópolis	66
Figura 10. Villa Emma, primeira casa de alvenaria construída pelo Coronel Júlio de Abreu, após o loteamento da Fazenda São Matheus – Nilópolis	66
Figura 11. Inauguração da água encanada em Nilópolis, 13 de novembro de 1918 – Nilópolis	67
Figura 12. Estação de Lages, 1908 – Paracambi	67
Figura 13. Belford Roxo, década de 1930	68
Figura 14. Matriz de São Francisco Xavier, 1922	68
Figura 15. Estação de Itaguaí	69
Figura 16. Panorâmica, com a Capela de Nossa Senhora de Belém e do Menino Deus, início do século XX – Japeri	69
Figura 17. Fábrica de Tijolos e Telhas da Cia de Materiais de Construção, 1913 – Mesquita	70
Figura 18. Fábrica de Tijolos e Telhas da Cia de Materiais de Construção, 1913 – Mesquita	70

INTRODUÇÃO

Existem vantagens em aproximar os alunos da história local? Pode essa prática contribuir para uma melhor compreensão dos conteúdos da disciplina? A descoberta da História da localidade e o interesse acadêmico acerca da Baixada Fluminense poderá traduzir-se numa maior motivação nas aulas? Tais questões foram a base inicial para a elaboração deste trabalho, que tem como foco central o território geográfico correspondente à localidade da Baixada Fluminense.

Nossa experiência no dia a dia da sala de aula nos contempla com a mesma situação diversas vezes, alunos nos questionando acerca da utilidade real dos conteúdos aprendidos ao longo do ano letivo na disciplina de história. Esse questionamento constitui um desafio no processo de ensino. Dessa forma ao conferir protagonismo à vida do seu local, de sua região, poderemos estabelecer relação entre os conhecimentos e o uso cotidiano na visão dos alunos, podendo assim levar os mesmos a atuar de forma mais eficaz no seu futuro, como cidadãos informados e detentores de conhecimentos históricos. Conhecimentos estes que serão dotados de real significado.

Assim sendo, na busca por suscitar no aluno o gosto pelo que é ensinado e permitir que entenda a importância do que lhe é transmitido, o professor deve encontrar sua forma particular de abordar determinados conteúdos e criar situações didáticas pedagógicas para que a aprendizagem seja interiorizada.

Os principais objetivos deste trabalho são avaliar em nossa prática se os alunos se identificam com a História da sua comunidade, se a conhecem e, principalmente, testar as vantagens que uma abordagem à História Local pode trazer ao ensino da História e refletir sua efetividade com base nos resultados vivenciados na prática pedagógica do dia a dia.

Iniciamos este trabalho com três momentos distintos, uma breve explicação quanto ao caminho percorrido na escolha deste tema de pesquisa, buscando assim narrar a importância pessoal que o tema tem para mim enquanto pesquisadora/estudante e estabelecer um breve histórico da região caracterizada como tema central deste trabalho buscando demonstrar a participação da Baixada como campo de pesquisa acadêmica e sua influência social e econômica na história nacional já comumente estudada.

A seguir temos duas breves explicações quanto a base teórica que norteia o ensino de história local e o processo metodológico utilizado na elaboração das atividades aplicadas em sala de aula.

A segunda parte do trabalho dedica-se em um primeiro momento as questões teóricas, assim encontra-se subdividida em primeiramente um enquadramento teórico quanto aos conceitos de identidade, mudança de escalas, simultaneidade histórica, consciência histórica e história local, por tratarem-se dos fundamentos teóricos de nossa pesquisa. E em um segundo momento procura proporcionar uma reflexão quanto ao local designado a História local pela regulamentação política do ensino de História.

Em um segundo momento o capítulo dois é voltado para o contexto do ensino de história local e a sala de aula, para tal iniciamos apresentando o currículo abordado na educação básica do ensino médio do Estado do Rio de Janeiro. No próximo subtítulo buscamos um breve resumo acerca dos autores utilizados em nossa pesquisa local e suas contribuições acadêmicas para o tema. A seguir apresentamos nossas escolhas quanto ao conteúdo local e procuramos elucidar suas relações com o conteúdo já previamente apresentados.

O terceiro capítulo trata-se da exposição dos planos de atividades abordados em sala.

Para finalizar, o quarto capítulo caracteriza-se pela apresentação do público alvo, através de uma breve apresentação das turmas, e dos dados obtidos com a experiência. Neste ponto buscamos realizar uma breve reflexão quanto aos resultados observados em sala de aula visando uma conclusão deste período de pesquisa.

1

ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: PRIMEIROS PASSOS

1.1 Onde estamos inseridos: Por que estudar a Baixada Fluminense?

O questionamento inicial para esta pesquisa partiu da impressão que adquiri em sala de aula de que quanto mais próximo do cotidiano dos alunos os conteúdos se encontram, mais participativos e entusiasmados eles se mostram.

livros didáticos e módulos privilegiam apenas um tipo de conhecimento histórico universalizado em temas de História Geral e do Brasil, muitas vezes sem significado para os alunos, “uma história distante de seu tempo presente, de suas experiências de vida, de suas expectativas e desejos” (Fernandes, 1995, p.04), tornando a aprendizagem algo sem prazer e que não emociona, negando a perspectiva de que história é vida.¹

A rotina do dia a dia nas aulas e as conversas que escuto na sala dos professores acerca da falta de participação dos alunos me levaram a pensar em estratégias que permitissem que esse discurso amplamente divulgado e repetido pudesse ser ao menos questionado em minha prática.

Ao me deparar com esse trecho de bell hooks, autora feminista e ativista norte-americana, pude perceber claramente que o questionamento e essa inquietação não são só meus e nem são recentes:

a ideia de que a sala de aula deve ser um lugar de entusiasmo, nunca de tédio. E, caso o tédio prevalecesse, seriam necessárias estratégias pedagógicas que interviessem e alterassem a atmosfera, até mesmo a perturbassem (...) noção do prazer na sala de aula. A ideia de que aprender deve ser empolgante, às vezes até “divertido”.²

Faria diferença o ensino de história local na sala de aula? Teria alguma utilidade incluir tais conteúdos no currículo escolar?

Meu interesse por história local surgiu ainda na graduação quando ao selecionar o tema da monografia decidi abordar a história do município onde nasci e cresci sob a ótica de uma particularidade sua: Nilópolis sempre foi conhecida

¹ SILVA, L. C. B. A importância do estudo da história regional e local no ensino fundamental, p.02

² HOOKS, b. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade, p.16

pelos seus moradores como “cidade dos turcos”. Sendo assim, me propus a pesquisar o porquê tal população ter escolhido essa região para fixar sua residência e quando esse movimento migratório ocorreu.

A partir dessa experiência de pesquisa aliada as minhas vivências em sala de aula busco agora uma forma de levar tais conhecimentos para o cotidiano dos alunos inserindo-os no currículo já trabalhado no ensino médio, acreditando que a perspectiva da maior proximidade dos conteúdos gere maior identificação do estudante com a disciplina e permita ampliar o seu interesse:

nota-se a importância do estudo da História Regional e Local no universo historiográfico, uma vez que ela aproxima o historiador do seu objeto de estudo. A narrativa deixa de ser fundamentada em temas distantes para se incorporar aos fenômenos históricos da região (...). Precisamos entender a necessidade de valorização do estudo da História Regional e Local (...) uma vez que “estudar o município é importante e necessário para o aluno, na medida em que ele está desenvolvendo o processo de conhecimento e de crítica da realidade em que está vivendo.”³

Em minha ainda recente trajetória profissional, como professora em uma escola da rede estadual de ensino para turmas do 1º e 2º anos do ensino médio, não me deparei com a presença do tema em nenhum momento no trabalho realizado na escola onde leciono, o que reforça minha prévia experiência como discente, onde isso não ocorreu também.

Defini como objeto de pesquisa a história de Nilópolis sob a ótica de integrá-la a história da região que hoje conhecemos como Baixada Fluminense e de sua relação com a história que conhecemos e estudamos como Nacional.

O conceito de Baixada Fluminense é uma expressão polissêmica que depende do interesse dos pesquisadores, da escala de observação, da atuação das instituições ou grupos políticos. A expressão pode assumir configurações geográficas, econômicas, políticas e culturais diferenciadas. (...). Atualmente, a denominação Baixada Fluminense designa uma série de municípios que, de acordo com o objetivo das pesquisas, pode relacioná-la a uma área mais próxima ao entorno da Baía de Guanabara ou ainda, a uma extensão que abranja municípios mais distantes.⁴

A história do desenvolvimento da Baixada Fluminense está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. Inicialmente, se

³ SILVA, L. C. B. A importância do estudo da história regional e local no ensino fundamental, p. 02-03

⁴ ALMEIDA, T. M. A. Baixada Fluminense. Disponível em: <<http://www.amigosinstitutohistoricodc.com.br/?p=1>> Acessado em: 30/04/17

caracterizava por ser uma região agrícola, com destaque para a produção de laranjas que conferiu a Nova Iguaçu o apelido de “cidade perfume”, posteriormente foi atingida pelo processo de desenvolvimento da industrialização que ocorreu no país e desta forma, ao longo dos anos 1940 e 1950, as regiões de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João de Meriti, foram bastante abrangidas.

Ainda neste período, com a modernização do centro do Rio de Janeiro e a consequente necessidade de busca por moradias pelos antigos residentes desta área, a Baixada torna-se extremamente atrativa para se estabelecer residência, devido a presença da linha férrea Central do Brasil e de rodovias como a Presidente Dutra, que promovem fácil acesso ao centro do Rio de Janeiro, além claro do baixo custo das propriedades. Ganham, assim, a característica de cidades dormitório, e o seu crescimento desordenado intensifica os problemas de falta de infraestrutura já existentes, conforme aborda Figuerêdo.

Em linhas gerais, a partir da segunda metade do século XX a Baixada Fluminense exerce um papel de periferia e área de expansão da cidade do Rio de Janeiro. Ao contrário do que ocorreu nos séculos anteriores, em que sua vida econômica estava mais direcionada as atividades que atendiam a demanda externa como o cultivo cana-de-açúcar, mineração servindo suas terras de caminho as áreas de exploração em Minas Gerais e a citricultura. Porém, todas essas fases não proporcionaram o desenvolvimento da área e de sua população, embora sua posição geográfica tenha sempre sido privilegiada, o que retrata a ausência de uma política de desenvolvimento econômico planejada pelos governos visando estimular e aproveitar seu potencial.⁵

Essa falta de planejamento para o desenvolvimento da região somada aos altos índices de violência constantemente expostos na mídia proporcionaram a Baixada Fluminense uma invisibilidade historiográfica.

Por longos anos conhecida pelos alarmantes índices de violência, pobreza e ocupação desordenada do espaço urbano, a Baixada Fluminense poucas vezes foi alvo de pesquisas mais significativas pela historiografia. O interesse por sua história esbarrava em notícias preconceituosas veiculadas pela grande imprensa, das décadas de 1970 e 80, que a reduziram a um conjunto de cidades dormitório desordenadas e sem lei. Não há como desconsiderar a existência desses problemas ao longo das últimas seis décadas. Mas ao destacá-los em suas edições, jornalistas diversos teceram um quadro reducionista e congelado da história recente da região e acentuaram o silêncio acerca do seu rico passado.⁶

⁵ FIGUERÊDO, M. A. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/baixada.htm>> Acessado em: 14/05/17.

⁶ NASCIMENTO, A. P. Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição, p.01

1.2 Onde estamos inseridos: O que aprendi sobre Nilópolis

Para desenvolver meu projeto iniciei realizando pesquisas acerca da história do município, já que em momento algum de minha formação escolar tive acesso a esses fatos, mesmo tendo estudado sempre em colégios no próprio município. Desta busca deparei-me com o livro do jornalista Ernesto Cardoso, *Nilópolis de Ontem e Hoje*⁷, que junto com revistas periodicamente publicadas pelo jornal *A voz dos municípios Fluminenses* e pela prefeitura de Nilópolis em ocasião da comemoração do aniversário de emancipação do município que encontravam-se disponíveis na biblioteca municipal importantes fontes para fundamentar a minha escrita da história de Nilópolis.

O questionamento norteador da pesquisa foi o porquê de encontrarmos em um município tão pequeno da Baixada Fluminense tantos descendentes de famílias árabes? Baseado em minha vivência desde a infância no município convivendo com sobrenomes diferentes em meus anos escolares e com a perspectiva de observar os políticos de maior expressão no município, em ambos os casos era perceptível essa influência, assim nos questionamos, por que haviam árabes em Nilópolis?

Sendo natural da Baixada Fluminense é comum para o indivíduo crescer acostumado com a centralização do poder nas mãos de poucas famílias e isso se deve ao fato de “(...) o processo de ocupação do território da Baixada Fluminense, (...) foi desenhado a partir dos interesses dos grupos dominantes locais (...)”⁸ em nosso caso nos deparamos com a grande participação destas famílias árabes.

Iniciamos nossas reflexões determinando que área compreendemos como sendo a Baixada Fluminense de acordo com a delimitação dada por Prado⁹.

⁷ CARDOSO, Ernesto. Nilópolis de ontem e de hoje. Nilópolis: L. & J. Berkowitz, 1938.

FORTE, Jose Mattoso Maia. Memória da fundação de Iguassu. Rio de Janeiro Typografia do Jornal do Commercio. 1933

OLIVEIRA, Claudio de. Breve histórico da Baixada Fluminense Nilópolis. Disponível em <http://www.ipahb.com.brnilopo.php>. Acessado em 31 de maio de 2009

PRADO, Walter de Oliveira. História Social da Baixada Fluminense das sesmarias a foros de cidade. Rio de Janeiro Ecomuseu fluminense, 2000.

ROCHA, Renato. Nilópolis Rio de Janeiro. In Coleção de Monografias.

SERNE, Ana Lucia. Lugar meu amigo e a minha Baixada. 2000

TÔRRES, Genesis. Baixada Fluminense, o processo de ocupação pela fé. Disponível em <http://www.ipahb.com.br>. Acessado em 31 de maio de 2009.

⁸ SOUZA, MarluCIA Santos de. Escavando o passado da cidade. História política da cidade de Duque de Caxias, p. 9

⁹ PRADO, Walter de Oliveira. História social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros de cidade. Rio de Janeiro: Ecomuseu fluminense, 2000.

O Recôncavo da Guanabara, mais tarde chamado Baixada Fluminense fazia referência às áreas compreendidas entre o sopé da Serra do Mar e as praias oceânicas, estendendo-se desde a foz inavegável do rio Paraíba do Sul até a ponta da rocha de Mangaratiba [...]

Com o passar do tempo e em função de peculiaridades geoeconômicas, adquiriu configuração própria e foi essa área dividida em “Baixadas”. A partir daí a chamada “Baixada Fluminense” passou a se limitar apenas às áreas hoje ocupadas pelas cidades de Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Duque de Caxias, Queimados e historicamente Magé, Guapimirim e Paracambi.¹⁰

Após a chegada nas terras brasileiras a Coroa portuguesa não demonstra interesse imediato nas terras de sua nova colônia, pois o comércio com o Oriente e a manutenção de sua alta lucratividade mantinha-se como a principal preocupação portuguesa como nos relata Prado.

Essa posição por parte da Coroa desperta o interesse mercantilista da França nas terras brasileiras já que a mesma “[...] não reconhecia o Tratado de Tordesilhas, não mantinha comércio com o Oriente e enfrentava dificuldades financeiras, [...]”¹¹.

Toda a movimentação francesa mantendo diversos navios na costa brasileira e as importantes descobertas de ouro e prata no Peru pelos espanhóis persuadiram o rei D. João III a promover a povoação do Brasil.

Segundo Prado, em 1530 D. João III nomeia Martim Afonso de Souza capitão-mor e o instrui a “[...] expulsar os franceses, estender o domínio português até o rio da Prata, explorar a costa brasileira e criar um sistema de colonização para o povoamento.”¹².

Com a expulsão dos franceses que ocupavam a Baía da Guanabara em 1565, o processo de colonização das terras em torno da Baía da Guanabara se inicia, de acordo com Gênesis¹³, dirigindo-se para o vale de diversos rios que deságuam na Baía da Guanabara, entre os quais não só o Meriti como também o Sarapuí.

Para realizar tal colonização a Coroa portuguesa recorre ao sistema de doação de sesmarias, este compreendia a concessão de terras a fidalgos, a partir de 1566, que haviam prestado importantes serviços à coroa portuguesa, “(...) Portugal

¹⁰ PRADO, Walter de Oliveira. História social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros de cidade, p.11

¹¹ Ibid., p. 18

¹² Ibid., p.19

¹³ TÔRRES, Genesis (Org.) Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004

precisava manter a nova terra sob seu domínio e sem condições de promover uma ação política e comercial eficiente utilizou o sistema de sesmarias.”¹⁴

Após a chegada a Baía de Guanabara da expedição de Martim Afonso de Souza o rei concede-lhe em 1531 uma capitania hereditária, composta de dois lotes, que passam a se chamar capitania de São Vicente¹⁵.

Como Capitão Hereditário o proprietário poderia distribuir extensões de terras a outros a fim de facilitar a ocupação do espaço e melhor administrá-lo.

Devido a impossibilidade de demarcar a área com exatidão foram utilizados rios e igrejas como pontos de referência de separação das terras, fato abordado por Prado.

Dentre as sesmarias doadas no período temos a doada a Brás Cubas¹⁶ em 1568 que compreendia terras da ex-capitania de São Vicente¹⁷.

Vale ressaltar que a extensão de terras que integravam a sesmaria em questão abriga hoje os municípios de Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Caxias.

Esta área chegava até as fraldas do Gericinó, sendo posteriormente repartida em sesmarias menores que mais tarde tornaram-se grandes fazendas.

Podemos afirmar com base na pesquisa realizada que Brás Cubas não tomou posse da sesmaria recebida, fato citado por Cardoso¹⁸, porém, não conseguimos definir se essas terras foram passadas para alguém, se o rei as doou para outro fidalgo ou se foram invadidas. Deixamos então esta questão para trabalhos futuros.

Não encontramos registros até 1644 de ação cristianizadora na região por parte da Coroa, fato este que demonstra de acordo com o trabalho de Gênesis que a região não possuía importância para Portugal.

A partir de 1647 funda-se a freguesia de São João de Trairaponga que recebe capela¹⁹ de mesmo nome constituindo a matriz da freguesia, permanecendo assim até 1660, com a transferência da matriz para a zona portuária do Meriti e posteriormente havendo a construção, em 1708, de uma nova capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, que hoje estaria situada na região da Pavuna.

¹⁴ PRADO, Walter de Oliveira. História social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros de cidade, p.20

¹⁵ Homenagem a vila fundada em 1532 no Rio de Janeiro, nomeado por Martim Afonso de Souza em 1531. Ibid., p.20-21

¹⁶ De acordo com Oliveira, Braz Cubas foi o fundador de Santos em São Paulo.

¹⁷ Capitania que mais foi dividida em sesmarias, de acordo com Prado.

¹⁸ CARDOSO, Ernesto. Nilópolis de ontem e de hoje. Nilópolis: L. & J. Berkowitz, 1938.

¹⁹ Hoje no local está situada a Igreja de Santa Terezinha localizada no Parque Lafaiete, município de Duque de Caxias.

Neste momento o Porto da Pavuna já mostrava sua grande importância para a região consistindo no ponto de saída da produção da região e no ponto de entrada dos produtos importados destinados a área. Seu desenvolvimento deve-se ao fato de consistirem os rios Pavuna e Meriti no melhor ponto de entrada para os caminhos de terra firme que cortavam a Baixada Fluminense. Assim o Porto da Pavuna consistia em verdadeiro entreposto comercial com toda a infraestrutura necessária.

No ano de 1708 ocorreu a construção da nova capela, as margens do Meriti, e a alteração da denominação de Capela São João Batista de Trairaponga para Capela São João Batista de Meriti.

Passamos então a Fazenda São Mateus, particularmente, tendo a partir deste ponto duas possibilidades, segundo apostilas escolares configuradas pela Prefeitura do município de Nilópolis e de informações obtidas em reportagem da revista A Voz dos Municípios Fluminenses por ocasião da comemoração do aniversário de emancipação do município supracitado temos que as terras que hoje abrigam o município de Nilópolis passaram a pertencer a Domingos Machado Homem e Joana Barcelos recebendo o nome de Fazenda São Mateus em homenagem ao filho: o Padre Mateus.

Este então teria realizado a venda das terras da Fazenda São Mateus ao Sr. João Álvares Pereira.

Porém, grande parte do material utilizado²⁰ neste trabalho nos aponta que em 1621 as terras da Fazenda São Mateus pertenciam ao Sr. João Álvares Pereira que funda a fazenda em 1634²¹ com limites até a cachoeira dos Engenhos de Francisco Dutra e André São Mateus, entre a cachoeira do rio Pioim até a parte da Serra da Maxambomba.

Conforme Cardoso, após treze anos já se encontrava na região uma imensa fazenda, medindo 1280²² braças de testada, e tendo como vizinhos os Engenhos de Nazaré²³, Maxambomba²⁴, Pavuna e Cabral.

²⁰ Dentre estes temos outros exemplares da revista A Voz do Município e o livro de Ernesto Cardoso Nilópolis de Hontem e de Hoje.

²¹ Revista A Voz dos Municípios Fluminense – Agosto/2007 – P. 8.

²² FORTE, José Mattoso Maia. Memória da Fundação de Iguassú, p. 53

²³ Hoje Anchieta, de acordo com reportagem da revista A Voz dos Municípios Fluminenses (2008).

²⁴ Hoje Nova Iguaçu, segundo a revista A Voz dos Municípios Fluminenses (2008).

No ano de 1637 o Sr. João, ainda dono da Fazenda manda construir a Capela São Matheus²⁵ no alto da colina de Nilópolis²⁶. A obra realizada por índios existentes na região, já escravizados²⁷, ergueu uma capela de barro batido (adobo).

Em 1779 a posse da Fazenda São Mateus passa para o Aferes Ambrósio de Souza Coutinho e Francisco de Souza Coutinho. Neste período a Fazenda ainda mantinha sua produção voltada para a cultura da cana produzindo 30 caixas de açúcar e 14 pipas de aguardente além de contar com um contingente de 50 escravos tornando-se assim a mais próspera da região²⁸.

Os atuais donos da Fazenda, os irmãos Coutinho, vendem a região ao Barão e Visconde de Mesquita, Francisco José de Mesquita, transação realizada em 1854.

Embora a Fazenda viesse de uma fase de grande prosperidade, como já abordamos anteriormente, o novo dono encontra problemas em suas terras entre eles uma epidemia de cólera morbo²⁹ em 1855 levando a morte muitos escravos³⁰.

Alguns anos mais tarde inaugura-se no dia 29 de Março a Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Estrada de Ferro Central do Brasil, que cortava a Fazenda em destino a Queimados valorizando as terras da Fazenda.

Esta realização podemos considerar fruto da segunda revolução industrial que ocorria no mundo e que transformou os transportes introduzindo o barco a vapor e as locomotivas. Por influência deste acontecimento a região da Baixada Fluminense sofreu inúmeras transformações geográficas ao longo da segunda metade do século XIX com o aterramento de pântanos e brejos e desmatamento de florestas para dar lugar aos trilhos dos trens.³¹

O advento das ferrovias leva a população local a mudar-se das margens dos rios para próximo as paradas de trens e da ferrovia levando a formação de núcleos

²⁵ A Capela São Mateus ainda existe no mesmo local sendo até hoje utilizada para atividades da igreja.

²⁶ Atual Rua Antônio Cardoso Leal.

²⁷ Segundo Claudio Oliveira, Diretor do Patrimônio Histórico de Nilópolis, em artigo para o site do IPAHB.

²⁸ Dados segundo fonte do IPAHB.

²⁹ Doença endemoepidêmica causada pelo *Vibrio cholerae* contido nas evacuações intestinais dos doentes e disseminada pela ingestão de água ou comida contaminada. Dados Revista A Voz do Município Fluminense – Agosto/2007 –P.8.

³⁰ Devido a quantidade de escravos mortos estes foram enterrados em volta da capela, como de costume, porém em grupos e em grandes valas, envoltos apenas por uma mortalha parecida com sacos de estopa de cor rosa. Dados Revista A Voz do Município Fluminense – Agosto/2007 –P.8.

³¹ Informação retirada do artigo Breve histórico da Baixada Fluminense disponível no site do IPABH.

urbanos, instalação de comércio e estes posteriormente darão origem a muitos dos municípios da Baixada Fluminense.

Nos anos seguintes a Fazenda passa para Jerônimo José de Mesquita, o 1º Barão de Mesquita, que vinha a ser irmão do Barão, visconde e conde de Bonfim. Com a morte do Barão de Mesquita, em 1886, a Fazenda passa a ser de propriedade de seu filho Jerônimo Roberto de Mesquita.

Os produtos da fazenda eram levados até o Rio de Janeiro, neste período, por carros de boi pela Estrada São Mateus que passava pelo bairro de Thomasinho seguia através do município de São João de Meriti até o bairro da Pavuna, atualmente.

Em 2 de Setembro de 1900, o Barão entrega a Fazenda ao capitalista João Alves Mirandela, fornecedor de muares ao Exército Nacional, por 25 contos de réis como forma de pagamento, segundo Ernesto Cardoso. O trecho perfazia então a extensão entre o rio Cachoeira, as Fazendas Santa Cruz e Cabral, o rio Bangu e o rio Páo e as terras de Lázaro de Almeida.

Durante o primeiro Império e grande parte do Segundo, as terras de Nilópolis, foram motivo de intensa e bem recompensada exploração graças à mão-de-obra dos escravos e fertilidade do solo.

A partir do ano de 1900, a Fazenda passa a ser um gigantesco curral, graças ao cercamento da área junto a cerca da Fazenda do Gericinó, mantendo-se este ativo e comercializando por quase 15 anos de acordo com Cardoso.

Após longo período sem alterações os irmãos Mirandela aceitam a sugestão que receberam de seu enteado Vitor Ribeiro de Faria Braga e iniciam o desmatamento da área para posterior divisão em loteamentos.

Assim as vendas são iniciadas buscando atrair o público oferecendo preços baixos e exaltando a distância dos grandes centros como atrativo para aqueles que buscavam locais para montarem sítios e chácaras. Dessa forma os terrenos são vendidos a 50 mil réis, pagos em prestações de 5 a 10 mil réis, com propaganda realizada em jornal carioca.

Em 1º de Agosto de 1914 eclode na Europa o conflito conhecido como 1ª guerra mundial. As consequências de tal conflito, embora possa nos parecer estar ocorrendo tão distante da região de São Mateus, chegam ao Brasil e geram aumento de preços e do custo de vida, de acordo com Cardoso.

Alimentação caríssima, sem tecto e sem onde encontrar serviço, as classes productivas viram em São Mateus algo que pudesse solucionar a sua tristíssima odisséia.[...] O flagelado entrava com a primeira prestação [...] e no mesmo dia dava início a construção de um tosco rancho, [...]”³²

Com a busca pelos terrenos na região e a rápida instalação dos novos moradores, temos no período a formação do Povoado de São Mateus, “(...) terra Fértil, um a dois meses depois já o novo habitante colhia legumes para o gasto de casa.”³³

Devido ao anúncio no jornal, o interesse dos moradores da capital é despertado e a inicia-se o processo de construção de casas de veraneio. Entre os ilustres novos proprietários de terras na região temos o Coronel Júlio de Abreu que após conhecer a região adquire inúmeros lotes, além de proporcionar a vinda de vários amigos importantes para a região. No dia 6 de Setembro de 1914 é inaugurada por Júlio de Abreu sua casa no Povoado a 1ª casa de pedra e cal denominada Vila Ema em homenagem a sua esposa onde hoje encontramos a Rodoviária de Nilópolis. A inauguração contou com grande festa constituindo-se mais tarde como um marco na fundação do município de Nilópolis.

O rápido povoamento da área chama a atenção das autoridades do Distrito Federal, de acordo com Cardoso, e a pedido dos moradores ilustres, alguns políticos passam a ajudar no desenvolvimento do pequeno povoado.

A partir deste ponto Cardoso acredita estar lançada a pedra fundamental da futura cidade de Nilópolis ainda chamada no período de São Mateus.

Segundo a Revista A Voz do Município³⁴ em Outubro de 1914 é inaugurada a estação Engenheiro Neiva em homenagem a Lucas Soares Neiva responsável pela construção da plataforma.

Porém, de acordo com Ernesto Cardoso em seu livro esta mesma teria ocorrido no dia 8 de Novembro constituindo uma parada de trem de pequeno percurso localizada na esquina da Mirandela com a João Pessoa.

O terreno localizado no espaço referido acima era de propriedade de João Alves Mirandela que doa a área a Central do Brasil, “(...) a Estrada faria a agencia e a cobertura do lado de subida, e o proprietário dos terrenos faria as plataformas e demais serviços por sua conta.”³⁵

³² CARDOSO, Ernesto. Nilópolis de ontem e de hoje, p.23.

³³ Ibid., p. 24

³⁴ Revista A Voz do Município Fluminense – Edição Especial de aniversário – 55 anos – Agosto/08.

³⁵ CARDOSO, Ernesto. Nilópolis de ontem e de hoje, p.40

No mesmo dia é inaugurado o busto do senador Paulo de Frontin³⁶ e a praça que recebeu seu nome em agradecimento por seus esforços, entre eles a construção da estação, os correios, o telégrafo, água potável e o telefone público.

Tudo que acontecia em São Mateus, ou melhor em Engenheiro Neiva, girava em torno da Praça Paulo de Frontin³⁷ ponto de lazer e referência.

As terras da antiga Fazenda São Mateus agora transformadas em pequenos sítios são incentivadas pelo governo a tornarem-se pequenos laranjais, produto este que encontrava mercado muito favorável. Estes laranjais rendiam as famílias seu sustento durante o período.

Os alimentos consumidos em São Mateus vinham em grande parte de Nova Iguaçu e São João de Meriti, atualmente, inclusive o pão que vinha em lombo de burro até a inauguração da padaria São Mateus acompanhado pelo desenvolvimento do comércio.

No decorrer do ano de 1915, como nos apresenta Cardoso, milhares de lotes estavam habitados na região.

No dia 6 de outubro de 1921, através da lei nº 1705 alterou-se o nome da Estação Engenheiro Neiva para Nilópolis, “cidade de Nilo”, em homenagem ao então Presidente da República Nilo Peçanha que aqui esteve por duas vezes. Renomeando ainda a estação de trem.

O rápido crescimento da região e de sua população foi abordado por Cardoso no seguinte texto;

(...) linha de omnibus Nilópolis – Thomasinho, sob os auspícios da ‘viação Irene’, como passou a denominar-se a empresa do Sr. Lucio Tavares (...) o povoamento se fazendo rapidamente, em pouco Nilópolis, Thomasinho e S. Matheus passaram a constituir uma só cidade (...)³⁸

Além de ser reforçado por Cardoso quando nos relata do desenvolvimento econômico da região, pois “(...) dezenas de estabelecimentos fabris foram fundados, (...) dando ganha pão a milhares de operários.”³⁹

A instalação solene do município de Nilópolis ocorreu com a posse do Dr. Pedro da Silva Pontes, alto funcionário estadual, nomeado prefeito pelo governador do

³⁶ Conde André Gustavo Paulo de Frontin, contribuiu de forma bastante empenhada para a chegada do trem a região, “homem da ‘água em seis dias’” Ibid., p.41

³⁷ Hoje Miguel Abrão, de acordo com informações da revista A Voz dos Municípios Fluminenses – Agosto/2007 – P.9.

³⁸ CARDOSO, Ernesto. Nilópolis de hontem e de hoje, p.205-206

³⁹ Ibid., p. 212

Estado do Rio Coronel Edmundo de Macedo Soares até a 1ª eleição ocorrida em 28 de setembro do mesmo ano. Sendo substituído pelo Sr. Antônio José de Oliveira que viria posteriormente a ser substituído pelo prefeito eleito Sr. João Moraes Cardoso Jr. no dia 18 de outubro de 1947.

Seguido a esta pesquisa teórica elegi como metodologia a história oral para assim pesquisar a origem e os motivos que levaram essas famílias a escolherem Nilópolis como novo lar. Realizei entrevistas com descendentes de duas dessas famílias que estabeleceram residência na região. Minha hipótese original era de que o baixo preço dos lotes e o baixo custo de vida da região seriam os fatores motivadores desta escolha, fato este corroborado pelo depoimento dos descendentes.

Foram realizadas entrevistas com duas descendentes de famílias árabes que mudaram-se para Nilópolis por volta da década de 1920. Ambas as entrevistadas eram filhas de pais libaneses, nascidas no Brasil e residentes no município de Nilópolis até os dias atuais.

Conforme nossas leituras teóricas realizadas para a elaboração da pesquisa e entrevista observamos que ambos imigraram sozinhos, deixando suas famílias no Líbano, em busca de riquezas, passando posteriormente a sua adaptação a trazerem suas famílias para aqui também residirem.

Ao chegar ao Brasil, esses imigrantes dedicaram-se ao comércio iniciando como mascates vendendo produtos de porta em porta. Segundo nossas entrevistadas, a freguesia já estava acostumada com o sotaque diferente e os chamavam de ‘turcos’.

Ao buscarmos através de nosso questionamento recordações acerca da região quando essas famílias aqui chegaram nos deparamos com lembranças semelhantes, apontando para o fato de que mesmo após o processo de loteamento as famílias deparavam-se com a falta de infraestrutura oferecida na área.

Pude concluir que a maior parte dessas famílias que generalizadamente são conhecidas como “turcos” eram de sírio-libaneses que migraram no pós-primeira guerra e ao se estabelecerem na região contribuíram muito para o desenvolvimento do comércio e conseqüentemente do futuro município de Nilópolis.

A possibilidade de trabalhar com relatos familiares, contribuiu para ilustrar através destas lembranças passagem estudadas e relatadas no texto.

Assim, devido a esta experiência, decidi por realizar trabalho semelhante em sala de aula, conforme será descrito posteriormente nesse trabalho.

1.3 Onde estamos inseridos: Bases teóricas

A produção historiográfica no Brasil visava desde a monarquia a construção de uma nacionalidade.

Iniciamos esta reflexão a partir de Abreu,⁴⁰ que relaciona o conceito de comunidades imaginadas com a história do ensino de história sob a perspectiva de que é esse conceito de unidade que legitima a formação da nação e foi usado e difundido através do ensino de história nas escolas. “A história nacional, em sua dimensão escolar, (...) parte da popularização do passado (...) Pode-se dizer que a nacionalização da História é uma expressão particular desse processo de popularização.”⁴¹

Para tal popularização foram utilizadas as agências estatais, a escola por exemplo, o mercado editorial e a imprensa, servindo como lugares de produção e difusão da história que se queria contar.

Sendo assim, o estabelecimento da educação escolar foi planejado e acompanhado pelo poder governamental, que passou a utilizar vários mecanismos para direcionar e controlar o saber disseminado.⁴²

Esse processo, sustentava-se pela nacionalização de histórias e tempos locais, integrando ou submetendo a história local a História nacional.

Por isso, apagar memórias locais e regionais se tornou uma prática comum em prol da construção da história nacional e do estabelecimento de uma identidade nacional. A história nacional foi, assim, utilizada para legitimar os processos políticos e unificar o povo em uma nação, apagando os regionalismos e criando assim uma relação entre memória e identidade. A abordagem da história local busca o estabelecimento de outras identidades dentro do contexto nacional, não é uma questão de escolher entre uma ou outra, mas de uma perspectiva de coexistência.

⁴⁰ Professor da Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Departamento de História. Doutor em História Social pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (2003).

⁴¹ ABREU, M. História Local e Ensino de história: Interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo, p.59

⁴² QUAIATTO, D. Ensino de história local uma história didática de santa maria e região, p.12

Historicamente, temos, de acordo Luís Reznik, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a perspectiva de que os estudos sobre história local se iniciaram no século XIX sob duas tendências: por um lado, “submissão dos ritmos e temas da localidade à História do Brasil (...) local transforma-se em exemplos esparsos em meio à uma narrativa já consolidada pela historiografia nacional.”⁴³; e por outro lado “colocação em evidência do local, como se ali fossem experimentados processos ou ocorrido acontecimentos da mais alta relevância (...). Releva-se as contribuições do local para a dimensão da identidade nacional.”⁴⁴

Esta identidade nacional em que estamos inseridos, de acordo com Reznik, configurada e reforçada pelas narrativas historiográficas produzidas criou uma cultura nacional, um discurso onde “a ideia básica é que todos somos, em primeiro lugar, brasileiros (...) acima de outros sistemas de representação cultural como, por exemplo, a religião, a cor ou o gênero.”⁴⁵

Para Reznik, a história local como campo de pesquisa nos possibilita uma abordagem onde revelam-se diversos níveis de estabelecimento de relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições, por tratar-se de um universo de análise repleto de variadas histórias, já que os mais variados fatos se tornam parte das redes de relações ao analisarmos, por exemplo, os processos que geram os valores comuns e o sentimento de pertencimento.

A partir dos textos de Marcia Gonçalves, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em uma citação de Gaddis,⁴⁶ temos que,

o estabelecimento da identidade requer o reconhecimento de nossa relativa insignificância no grande esquema das coisas. Este seria, no seu entender, um dos significados da maturidade nas relações humanas e mais, do próprio valor de uso da consciência histórica. Citando as ideias de outro historiador, Geoffrey Elton, John Gaddis afirma que “o caminho da insignificância” conforma um aprendiz capaz de fazer com que sujeitos humanos, tão viciosamente inclinados a relacionar o mundo para si mesmos, passem a relacionar-se com o mundo.⁴⁷

Sob essa perspectiva vemos a possibilidade de através do ensino de história e particularmente da história local contribuir para a formação da identidade do aluno

⁴³ REZNIK, Luís. Qual o lugar da História Local?, p.2

⁴⁴ Ibid., p.2

⁴⁵ Ibid., p.2

⁴⁶ GADDIS, J. L. Paisagens da história. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

⁴⁷ GONÇALVES, M. História Local: O reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância, p. 1

a partir da concepção de que o indivíduo está inserido no meio onde vive, faz parte dele, percebendo-se assim como mais um, mas não o único, construtor de sua história.

Partindo disto, entendo, assim, a história local como campo de produção de uma consciência histórica. Este conceito, estabelecido por Jörn Rüsen, designa a forma como os homens interpretam o seu estar no mundo: a partir de uma perspectiva temporal. Ele nos permite entender nossa relação com o passado por um ângulo mais complexo, pois leva em consideração nossas experiências. O presente e o futuro, por sua vez, são concebidos como campos de ação orientados por esse passado. Portanto, nossas ações no presente são sempre baseadas por essas experiências e memórias, que participam também da formação de nossa identidade, valores e costumes.

Assim sendo entendemos história enquanto experiência e conhecimento e definimos local partindo do verbo localizar, situar algo em um lugar: “A história local é, em intrínseca complementaridade, conjunto de experiências de sujeitos em um lugar e também, o conhecimento sobre o conjunto dessas experiências”⁴⁸ O local seria assim fruto da relação entre ação e lugar, um espaço delimitado, um recorte eleito, para reflexão sobre as experiências dos sujeitos. Por isso, história local seria a produção de uma consciência a partir das ações individuais e/ou coletivas em um determinado espaço/lugar. Esse estabelecimento dos lugares se refere a ação dos homens, suas experiências históricas que identifica e localiza os lugares onde se vive, de acordo com Gonçalves.

Assim, temos história local como uma delimitação, um recorte no espaço, onde realiza-se a pesquisa em história sob determinado assunto, permitindo uma análise mais detalhada do mesmo por se tratar de um plano menor designado pelo historiador pondo em evidência “(...) sujeitos situados nas margens de certos *locus* de exercício de poder (...) por uma escrita da história comprometida com a fundação de uma consciência nacional:”⁴⁹

o desafio maior da história local hoje é o de produzir outra pedagogia da história, em especial, uma historiografia didática que incorpore o local, parta dele e nisso valorize um caminho de sensibilização que configure a consciência histórica, na sua materialidade historiográfica, (...) Crianças, jovens e adultos, sensibilizados, por

⁴⁸ GONÇALVES, M. História Local: O reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância, p. 3

⁴⁹ Ibid., p. 9

intermédio de uma reflexão sobre o local, unidade próxima e contígua, historicizando e problematizando o sentido de suas identidades, relacionando-se com o mundo de forma crítica, mudando, ou não, enquanto sujeitos, a própria vida.⁵⁰

Essa nova historiografia nos permitiria abarcar outros conhecimentos que hoje são negligenciados ou setorizados proporcionando assim, uma maior relação de proximidade do discente com o conteúdo estimulando-o a reflexão e problematização do meio em que vive. A partir daí se tornaria mais simples o processo de expandir o tempo, o espaço e as questões nas aulas de história.

Desta forma, este ponto se torna fundamental para a elaboração deste projeto por acreditarmos que o estabelecimento dessa identificação do discente com a disciplina favoreceria o aprendizado, pois despertaria no mesmo um sentimento de pertencimento. Através do estudo da história local, se reforçaria nos alunos a perspectiva de serem sujeitos históricos inseridos em um contexto histórico que acontece todos os dias e influencia suas vidas e as dos demais.

1.4 Onde estamos inseridos: Caminho metodológico

No âmbito do ensino de história temos a relação entre história local e história nacional embasado por Abreu que nos aponta que a relação entre essas duas esferas passa por um contato com a memória e com o reconhecimento do papel do aluno como participante da investigação, tornando assim memórias em história:

(...) situavam em um novo lugar a história local em dois sentidos: a possibilidade de tratar de maneira consequente as regionalidades no âmbito nacional e de investigar a história imediatamente visível aos estudantes – a própria escola, o bairro, a cidade.⁵¹

A busca era por aprender a fazer História e não apenas aprender história, substituindo a preocupação com a formação da “identidade nacional pela constituição de sujeitos históricos autônomos.”⁵²

investigar histórias locais partindo da memória geracional torna-se, ao mesmo tempo, difícil e necessário. Difícil porque as próprias estruturas da memória comunicativa, como a linguagem, se diferenciam grandemente entre as gerações. (...)

⁵⁰ GONÇALVES, M. História Local: O reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância, p. 10

⁵¹ ABREU, M. História Local e Ensino de história: Interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo, p.64

⁵² Ibid., p.63

os passados imediatamente anteriores a uma geração parecem não servir mais à orientação para o agir (...) ainda mais difícil porque a sucessão de memórias ou visões do passado mais consumidas do que pensadas sobrepõe-se às memórias locais.⁵³

Segundo a autora isso só seria possível tendo como base a postura investigativa de um historiador. Trata-se de decodificar a memória local para fazer dela história, questionar a identidade local e relacionar tempos e processos: “a escola pode e deve ser um lugar de investigação.”⁵⁴ O professor precisa conhecer aquilo que pretende ensinar e no nosso caso, como professores de história, reconhecer os saberes dos alunos, como nos sugere Ilmar de Mattos, citado por Abreu, “a aula é um momento criativo que pode ser pensado também como produção historiográfica.”⁵⁵

Para isso, delimito meu local a Baixada Fluminense e estabeleço como metodologia de pesquisa partir dos conteúdos já trabalhados ao longo do ano letivo em sala de aula, em turmas de 2º e 3º anos do ensino médio, e alia-los ao material já previamente produzido da historiografia da região.

Os autores que usarei como referência ao tratar da historiografia da Baixada Fluminense serão, Marluvia Santos Souza⁵⁶, Antônio Augusto Braz⁵⁷, Tania Maria Amaro de Almeida⁵⁸, José Claudio Souza Alves⁵⁹, Nielson Rosa Bezerra⁶⁰ e Gênesis Pereira Torres⁶¹ que em seus trabalhos abordam diferentes perspectivas, econômica, política e social, acerca da história da região.

⁵³ GONÇALVES, M. História Local: O reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância, p.67

⁵⁴ ABREU, M. História Local e Ensino de história: Interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo, p.72

⁵⁵ Ibid., p.73

⁵⁶ SOUZA, Marluvia Santos de. Escavando o passado da cidade: história política da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

⁵⁷ BRAZ, Antônio Augusto. ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2010

⁵⁸ ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. Olhares sobre uma cidade refletida: Memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980). Duque de Caxias, RJ: ASAMIH, 2014

⁵⁹ ALVES, José Claudio Souza. Dos Barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003

⁶⁰ BEZERRA, Nielson Rosa. Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – Séc. XIX. Duque de Caxias: Secretaria de Estado de Cultura – RJ/ INEPAC-RJ/ APPH-CLIO, 2011

_____. As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888). Niterói: EdUFF, 2008

⁶¹ TÔRRES, Genesis (Org.) Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004

_____. Baixada Fluminense, o processo de ocupação pela fé. Disponível em <http://www.ipahb.com.br>. Acessado em 31 de maio de 2009.

A definição dos eixos gerais, como chamarei os processos históricos já amplamente estudados nas escolas e selecionados neste trabalho, será feita com base no currículo mínimo do Estado do Rio de Janeiro e partindo da divisão dos tópicos apresentados pelo livro didático em conjunto com o levantamento historiográfico e de possíveis fontes para serem utilizadas pelos alunos em sala no âmbito do tema local, afim de garantir que a proposição inicial da inter-relação entre as temáticas não se perca no processo.

Na prática, essas proposições didáticas foram aplicadas nas minhas aulas buscando torná-las executáveis e assim conseguindo delas um maior êxito dentro do objetivo principal.

Dentro da perspectiva de Gonçalves temos a seguinte citação que se aproxima muito da ideia que tenho do porque o uso de história local na sala de aula pode trazer resultados, minha perspectiva é de aproximar a história do cotidiano do aluno, partindo e entrelaçando aquilo que tem significado para ele com os conteúdos que correspondem ao curriculum de história da educação básica:

[Para] Alain Bourdin, o local é um lugar de sociabilidades marcado pela proximidade e pela contiguidade das relações entre sujeitos que as estabelecem e talvez, por isso, seu uso, entre sociólogos, em muito tenha sido articulado ao conceito de *comunidade*.⁶²

Sendo assim, torna-se um objetivo promover a democratização da história local entre os alunos visando o despertar ou a intensificação do sentimento de pertencimento que permitiria, ao meu ver, uma maior identificação do aluno com a disciplina e com o processo de construção da história, visto que somos todos agentes da história.

Acreditando na perspectiva apresentada por Márcia Gonçalves em uma de suas aulas na disciplina Teoria do ensino de história, de que a partir do momento em que o conteúdo ganha significado para o aluno ele consegue se aproximar mais daquele tema e compreende-o melhor. Pois ao tratarmos de história lidamos com fatos e acontecimentos que se passaram em tempos muito distantes e em civilizações que não existem mais e que eram dotadas de hábitos e costumes totalmente diferentes daqueles vivenciados por nossos alunos nos dias de hoje,

⁶² GONÇALVES, M. História Local: O reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância, p.4

“ensinar, como o próprio termo indica, é ‘fazer conhecer pelos sinais’, é produzir significado”.⁶³ Assim acreditamos que,

Por esta ótica, nota-se a importância do estudo da História Regional e Local no universo historiográfico, uma vez que ela aproxima o historiador do seu objeto de estudo. A narrativa deixa de ser fundamentada em temas distantes para se incorporar aos fenômenos históricos da região, conseqüentemente do município.⁶⁴

Dessa forma nos propomos a analisar as relações entre o local e o nacional dentro da formação de identidades sociais na ótica do mundo em que vivemos, globalizado, onde ocorre intensa circulação de ideias, valores, práticas e comportamentos, pois torna-se impossível falar sobre história e desconsiderar as influências recebidas e nossas próprias contribuições para o mundo. Especialmente no mundo tecnológico em que vivemos onde a modernidade invade nossas casas e salas de aula todos os dias.

Minha aposta é de que o conhecimento da história da região onde vivem desempenhará o papel de aproximar o aluno da história, pois colocará como cenários lugares pelos quais eles transitam habitualmente e lhes permitirá conhecer personagens que muitas vezes estarão ligados ou a suas famílias ou a famílias que lhes são próximas:

a importância dos trabalhos de pesquisa local residiria em: “Conhecer realidades do processo histórico local e regional é indispensável à construção da identidade do grupo humano. Além disso, satisfaz a necessidade de entender aquilo que está próximo de nós, diretamente relacionado à nossa vida social, econômica e cultural”⁶⁵

Essa jornada, acredito eu, permitirá ainda que esse aluno consiga situar esses fatos dentro de um processo histórico mais abrangente para, partindo dessa perspectiva, tornar claro ao discente as teias de relações que se estabelecem entre tudo e todos.

⁶³ MONTEIRO, A. M. Ensino de história: entre história e memória, p.05

⁶⁴ SILVA, L. C. B. da. A importância do estudo da história regional e local no ensino fundamental, p.02

⁶⁵ DONNER, S. C. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil, p. 231

2

ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: CURRÍCULO ESCOLAR E SALA DE AULA

2.1 CURRÍCULO ESCOLAR

No presente capítulo faremos em um primeiro momento um apanhado de vários conceitos e temáticas que colocamos em prática no âmbito da aplicação desta pesquisa. Incidimos no trabalho em torno dos termos identidade; mudança de escalas; simultaneidade histórica; consciência histórica, história local e memória, que nos permitiram embasar nossa hipótese acerca da contribuição do ensino de história local nas salas de aula.

2.1.1 Vale a pena levar história local para a escola?

O professor deve criar situações de interação ente o aluno e a História da sua localidade, de forma a levar o cotidiano para a sala de aula, aproximando os estudantes do conhecimento científico ou, se possível, levar os alunos à sua própria História (através de visitas de estudo, por exemplo). A disciplina de História propicia esta situação porque são inúmeros os conteúdos, contextos e épocas históricas que são passíveis de serem utilizados em prol da História local.⁶⁶

À primeira vista a inserção de história local no ensino pode parecer um contraponto a história nacional ensinada tradicionalmente, já que a mesma foi utilizada para legitimar os processos políticos e unificar o povo em uma nação apagando os regionalismos, criando assim uma relação entre memória e identidade. Porém,

Na tríade história-memória-identidade, identificamos a chave de compreensão e de deslocamento da nação como categoria privilegiada das produções historiográficas acadêmicas e didáticas. (...) não existe antagonismo entre abordagens centradas no recorte do local e do nacional, mas sim complementaridades, fundamentais (...) para a formalização de

⁶⁶ ARAUJO, S. “Só se ama o que se conhece...”:Contributos da História local no Ensino da História, p.13

críticas às diversas éticas de pertencimento que regem nossas inserções existenciais.⁶⁷

Ao abordarmos as possibilidades de aproveitamento da história local em sala de aula precisamos relacionar alguns conceitos, temos assim o papel da disciplina escolar história na formação da nacionalidade, previamente abordado, a formação das identidades e a construção da cidadania e o papel da memória no ensino de história.

Partindo para a questão da formação da cidadania e da construção da identidade temos,

Não é raro encontrarmos nas propostas curriculares e nos livros didáticos de História, elaborados nas últimas décadas, uma forte preocupação em tornar os conteúdos dessa disciplina mais próximos do cotidiano dos alunos buscando romper com aquela visão tradicional predominante de que História é uma matéria transmissora de acontecimentos do passado que não possuem vínculo algum com o tempo e com o espaço vivenciados pelos discentes.⁶⁸

Dentro da perspectiva da formação de uma identidade nacional temos com Fonseca⁶⁹ a afirmação de que o papel de guardião de uma identidade nacional é um dos traços mais marcantes do Ensino de História, pois mesmo no contexto da redemocratização brasileira, marcado por reformas e por propostas de alteração em sua concepção, alguns alicerces construídos desde o final do século XIX continuam sendo fortes o suficiente para continuarem se fazendo presentes no ensino desta disciplina como nos apresenta Velasco.⁷⁰

A questão da formação da cidadania e da construção da identidade se entrelaçam e por estarem ambas, em parte, a cargo da disciplina escolar história tornam frequentes as disputas acerca do que ensinar de acordo com o projeto de cidadão que se pretende formar como nos aponta Magalhães.⁷¹

⁶⁷ GONÇALVES, M. História Local: O Reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. p. 7

⁶⁸ VELASCO, D. Conhecimento escolar, realidade do aluno e cidadania: articulações no currículo de história. p.1

⁶⁹ FONSECA, T. N. de L. e. História & Ensino de História.

⁷⁰ VELASCO, D. Conhecimento escolar, realidade do aluno e cidadania: articulações no currículo de história. p.7

⁷¹ MAGALHÃES, M. História e cidadania: porque ensinar história hoje? p.172-173

A cidadania passa a ser entendida a partir da reflexão da sua dimensão histórica, antes estava relacionada a participação política e direitos sociais e agora a questão da inclusão e dos novos direitos, está ligada a democracia.

A relação da memória com a história e o ensino de história, citando Monteiro, aponta o “ ‘lugar de memória’, na perspectiva que possibilita relacionar o vivido (memórias espontâneas) com o ensinado/aprendido (saberes curricularizados, saberes ensinados, saberes aprendidos) (...) ”⁷²

Segundo Gabriel⁷³, memória e história foram confundidas podendo essa confusão ser justificada pela proposta acerca da criação da disciplina história ser a de uma formação de uma memória nacional,

(...)que pudesse garantir e legitimar a consolidação do Estados nacionais modernos (...) inventar (...) um passado comum, isto é, de fazer esquecer e de fazer lembrar as experiências passadas que interessavam à construção dos projetos de sociedade estruturados em torno de cada um dos Estados-Nação (...)⁷⁴

Essa junção de história e memória possibilitou a formação dessa identidade nacional e o ensino de história cumpriu a função de unificar e homogeneizar as diferenças a fim de manter o Estado Nacional.

A história e a memória se afastaram de forma gradativa como aponta Gabriel.

A memória passa então a ser representada por objetos memoriais, uma necessidade de enraizamento, que marca a contemporaneidade, a noção de patrimônio se expande no campo político, bem como as “políticas públicas de comemoração (...) visando reunir a comunidade nacional”⁷⁵

(...) História-nação; memória nacional e identidade nacional, - passam a serem vistos como (...) objetos de investigação para o historiador. A história deixa de se confundir com a história da nação, a memória nacional passa a ser apenas uma modalidade de memória entre outras tantas memórias coletivas.⁷⁶

(...) Atualmente, entre os objetivos mais apontados para o estudo desta disciplina se encontram os de reconstruir memórias coletivas, sejam elas nacionais ou de um grupo social e cultural mais restrito, de formar cidadãos críticos, e de explicar ou dar um sentido ao presente em que se vive.⁷⁷

⁷² MONTEIRO, A.M. Ensino de História: entre História e Memória. p.3

⁷³ GABRIEL, C. Memória e ensino de História. p.2

⁷⁴ Ibid., p.2

⁷⁵ GABRIEL, C. Memória e ensino de História. p.4

⁷⁶ Ibid., p.4

⁷⁷ Ibid., p.6

(...) o que ensinamos hoje nas nossas aulas está fortemente imbricado com a questão das memórias coletivas, incluindo a memória nacional, sem, no entanto, se confundir com elas.⁷⁸

De acordo com Monteiro, “(...) o ensino de história contribui de forma importante para a construção e reconstrução do conhecimento cotidiano, (...) no qual operamos com a ‘memória’ (...)”⁷⁹, mas também é influenciado, pelo menos deveria ser permeado pelos saberes prévios dos alunos trazidos de casa e que são cultivados por essas mesmas memórias.

Os professores precisam estar atentos às representações sociais de que seus alunos são portadores e procurar dialogar, lidar com elas no seu trabalho, principalmente no ensino de história, no qual estará trazendo revisões e críticas a saberes consolidados, e que servem para a comunicação entre os grupos aos quais seus alunos pertencem.⁸⁰

Monteiro também relaciona lugar de memória enquanto, material, simbólico e funcional com o ensino de história por apresentar essas mesmas três categorias, por “(...) seus aspectos administrativos e técnicos (...) pela cristalização da lembrança e sua transmissão (...) atribuição de sentidos (...).”⁸¹

Assim entendo a partir destas leituras que o ensino de história nos possibilita o diálogo e o confronto entre memórias e conhecimento escolar, permitindo um aprofundamento dos temas e uma maior aplicabilidade no cotidiano.

Gabriel defende que produzir conhecimentos é operar no universo de significados, atribuir sentidos aos fenômenos naturais e sociais como nos destaca Velasco e entendo que esses conhecimentos próximos e locais são a chave para fazer a ponte entre os conhecimentos prévios que cada discente trás para a sala de aula e os conteúdos a serem abordados.

Cabe ao professor de história selecionar os conteúdos a serem ensinados, (...) de forma a permitir a emergência de uma diversidade de narrativas da brasilidade contribuindo para a construção de um Brasil mais plural e inclusivo.⁸²

A fim de garantir essa relação existente entre história local e ensino de história, passando por uma relação com a memória, faz-se necessário, como nos

⁷⁸ GABRIEL, C. Memória e ensino de História. p.7

⁷⁹ MONTEIRO, A.M. Ensino de História: entre História e Memória p.11

⁸⁰ Ibid., p.13

⁸¹ Ibid., p.14

⁸² GABRIEL, C. Memória e ensino de História. p.7

aponta Abreu⁸³, reconhecer o papel do aluno como participante da investigação, tornando assim memórias em história.

Sendo assim possível “ (...) reintegrar experiências afastadas pela aceleração como forma de garantir a validade do passado vivido e compartilhado na constituição dos sujeitos. ”⁸⁴ Embora como nos salienta Abreu, isso só seria possível tendo como base a postura investigativa de um historiador.

Trata-se de decodificar a memória local para fazer dela história, questionar a identidade local e relacionar tempos e processos conforme nos orienta Abreu.

“ (...) a escola pode e deve ser um lugar de investigação.”⁸⁵ O professor precisa conhecer aquilo que pretende ensinar e no nosso caso, como professores de história, reconhecer os saberes dos alunos, como nos sugere Ilmar de Mattos, citado por Abreu, “ (...) a aula é um momento criativo que pode ser pensado também como produção historiográfica.”⁸⁶

(...) a história local permite a variação de escala, mas isso não implica uma crônica a opor-se ou a integrar-se a outra - a história local na História nacional ou contra ela.⁸⁷

O conceito de *jogos de escala* do historiador francês Jacques Revel foi utilizado sob a perspectiva de contribuir possibilitando o esclarecimento aos alunos da possibilidade da abordagem da história em diferentes esferas através da mudança de escala e ao abordar as relações existentes entre elas. Revel compreende essa mudança de escala como a passagem da macro história, que para nós neste caso foi entendida como a história global abordada tradicionalmente, para a micro história, entendida neste trabalho como um recorte. É essa perspectiva de abordagem, uma mesclagem dessas histórias, a que nos propusemos ao longo desta jornada de pesquisa. Cabe salientar nesse momento que a proposta deste trabalho não era a de escrever micro história no sentido tradicional do termo,⁸⁸ mas sim de partir da

⁸³ ABREU, Marcelo. História Local e Ensino de história: Interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo In: GABRIEL, Carmen Teresa. MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. MONTEIRO, Ana Maria. Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história. Edição 1. Rio de Janeiro: MAUADX, 2016. p. 59-79

⁸⁴ Ibid., p.68

⁸⁵ Ibid., p.72

⁸⁶ ABREU, M. História Local e Ensino de história: Interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo p.73

⁸⁷ Ibid., p.75-76

⁸⁸ A abordagem micro-histórica dedica-se ao problema de como obtemos acesso aos conhecimentos do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas. Esse é um procedimento que toma o

perspectiva da mudança da escala de abordagem do historiador perante o objeto de pesquisa:

O caráter extremamente empírico da abordagem explica que mal exista um texto fundador, um mapa teórico da micro-história. É que ela não constitui um corpo de proposições unificadas, nem uma escola, menos ainda uma disciplina autônoma, como muitas vezes se quis crer. Ela é inseparável de uma prática de historiadores (...) de uma experiência de pesquisa. Esse primado da prática está provavelmente ligado às preferências instintivas de uma disciplina que de modo geral desconfia das formulações gerais e da abstração.⁸⁹

Essa citação de Revel, nos permite entender a micro história como parte integrante da macro história, sem que ambas estabeleçam entre si uma relação de oposição ou de hierarquia, ponto fundamental em nosso trabalho, o que poderia facilmente nos ocorrer à primeira vista. Entendo assim que essa mudança de escala não se caracteriza por uma vertente independente de pesquisa da história, mas sim como uma outra possibilidade de análise do objeto selecionado:

A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama.⁹⁰

O fato de tratar do individual, de mudar a escala de abordagem da história, não deve ser entendido como uma simplificação da história. Segundo Revel, devemos ver esse aspecto justamente pelo contrário, considerando que essa abordagem “enriquece a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis.”⁹¹

2.1.2 Qual o lugar da história local no ensino?

particular como seu ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico e individual, e seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico [...] uma reversão da perspectiva, pois acentua as ações mais insignificantes e mais localizadas, para demonstrar as lacunas e os espaços deixados em aberto pelas complexas inconsistências de todos os sistemas.” LEVI, G. Sobre a micro-história, p.154-155

⁸⁹ REVEL, J. Microanálise e construção do social, p.16

⁹⁰ Ibid., p.20

⁹¹ Ibid., p.23

Tanto no plano da pesquisa quanto do ensino, a história local permaneceu subalterna a nacional podendo claramente ser observado esse processo conforme nos mostra Abreu⁹², partindo do princípio de que a mesma se encontrava, e ainda se encontra quando abordada, localizada em um momento específico da escolarização, sendo apresentada aos alunos nos anos iniciais sob a titulação de estudos sociais.

Tanto no plano da pesquisa quanto do ensino a história local permaneceu subalterna a nacional devido ao compromisso dos historiadores com a história nacional e a universalização das histórias de acordo com o progresso da humanidade e da nação.

Esse entendimento de nação como “comunhão de falas e lugares”⁹³ não resistiu a no século XX “à dispersão da soberania própria á era democrática, isto é, à pluralização dos sujeitos sociais e dos lugares de fala e, conseqüentemente (...) de história alternativas à narrativa nacional (...)”⁹⁴

Partindo de Magalhães⁹⁵ entendemos que a história passa a ser uma disciplina escolar obrigatória no Brasil na primeira metade do século XIX, afirmação do Estado Nacional, com a criação do Colégio Pedro II. Era inicialmente dividida em sagrada, organizada de acordo com as Escrituras, e profana, definida pelo Estado, abordado ainda por Citron⁹⁶ e Bittencourt⁹⁷, e norteadas pela história da Europa.

No Império a história ganha a responsabilidade de delinear uma nação brasileira, surge o IHGB⁹⁸ cuja missão era delimitar uma identidade nacional homogeneia através da produção historiográfica e representar uma perspectiva de progresso.

No Brasil, a introdução da História no currículo escolar ocorreu sob forte influência do modelo educacional francês, a partir do estabelecimento do Colégio Pedro II “que durante o Império funcionaria como estabelecimento-

⁹² ABREU, M. História Local e Ensino de história: Interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo.

⁹³ Ibid., p.61

⁹⁴ Ibid., p.61

⁹⁵ MAGALHÃES, M. História e cidadania: porque ensinar história hoje? In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel (Orgs). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

⁹⁶ CITRON, S. Ensinar a História Hoje. Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

⁹⁷ BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos e ensino: da História Sagrada à Profana. In: _____. Livro didático e saber escolar (1810-1910). Belo Horizonte: Autentica, 2008.

⁹⁸ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro criado em 1838 no Rio de Janeiro

padrão de ensino secundário, o mesmo ocorrendo na República, sob a denominação de Ginásio Nacional” (NADAI, 2001, pág.146). Este, por sua vez, estruturou-se seguindo as diretrizes ideológicas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, criado em 1838 e que tinha como principal função tornar-se arquivo e guardião da história brasileira, estabelecendo parâmetros muito definidos em relação ao que deveria ou não ser histórico ou historicizado. Apesar de não estar ligado diretamente à estrutura escolar brasileira, a instituição atuou como estratégia eficaz no processo de fortalecimento do estado monárquico, tornando-se o grande centro da intelectualidade da Corte na segunda metade do século XIX.⁹⁹

Apenas em 1895 que a história do Brasil surge como disciplina distinta, caracterizada pela cronologia política e pelo estudo dos brasileiros ilustres e dos acontecimentos marcantes, assim cumpria seu papel de construir uma unidade indivisível.

(...) existia uma legislação específica para prescrever quais obras poderiam ser adotadas e de que forma deveriam ser usadas, algo próprio de uma concepção de educação influenciada pela moral religiosa decorrente da relação entre Igreja e Estado¹. Essa preocupação excessiva é explicada pelo fato de que a literatura didática era entendida como uma possibilidade de unificar a educação escolar em todo o território nacional. (...) Dentre as primeiras obras nacionais produzidas para a disciplina de História destacaram-se no período monárquico e republicano respectivamente, as maiores referências são dos livros *Lições de História do Brasil para os alunos do Imperial Colégio Pedro II* de Joaquim Manuel de Macedo e *História do Brasil – curso superior* de João Ribeiro.¹⁰⁰

As décadas de 20 e 30 são marcadas pela Escola Nova propondo reformas no ensino tanto dos conteúdos quanto dos métodos de ensino. E os anos pós-guerra são marcados pela expansão da escola secundária¹⁰¹.

Desde a implantação da república (...), acompanhando um processo de secularização do ensino, houve o predomínio de um ensino de História baseado numa combinação de Positivismo e Nacionalismo (...) E sendo assim, só são dignos de entrar para a História “fatos relevantes”, ou seja, a narrativa dos feitos dos governantes, dos heróis, das grandes batalhas, propondo uma evolução da História a partir de uma noção de progresso, com uma ênfase excessiva sobre a história política, tomando como referência a civilização europeia ocidental. E nesse caso, a história predominante era uma história das elites, em que são levados em grande estima os documentos oficiais do Estado, uma história rica em informações, precisão, vendo a História como uma ciência do passado.¹⁰²

⁹⁹ QUAIATTO, D. Ensino de história local uma história didática de santa maria e região, p.13

¹⁰⁰ Ibid., p. 14

¹⁰¹ MAGALHÃES, M. História e cidadania: porque ensinar história hoje? p. 170

¹⁰² QUAIATTO, D. Ensino de história local uma história didática de santa maria e região, p.14

Os anos 60 trazem a história o caráter da interdisciplinaridade e a preocupação em ensinar o método de fazer história, porém com a chegada da Ditadura Militar a história é substituída por Estudos Sociais que visava formar um espírito cívico nos alunos. Com o fim da ditadura, nos anos 80, iniciam-se as reformas curriculares das disciplinas, incluindo história.¹⁰³

Entrelaçando-se então a formação da nacionalidade com a identidade temos por Hobsbawm,

O exemplo-padrão de uma cultura de identidade, que se ancora no passado por meio de mitos disfarçados de história, é o nacionalismo. Ernest Renan observou há mais de um século, “Esquecer, ou mesmo interpretar mal a história, é um fator essencial na formação de uma nação, motivo pelo qual o progresso dos estudos históricos muitas vezes é um risco para a nacionalidade”. As nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo.¹⁰⁴

Esta prática acaba sendo assegurada pelo que nos expõe Hobsbawm como sendo o controle desses governos em cima do canal mais importante de difusão das informações, as escolas, através do controle do que é ensinado em história na educação pública.

A história de grandes coletividades, nacionais ou não, não se apoiou na memória popular, mas naquilo que os historiadores, (...) escreveram sobre o passado, diretamente ou mediante livros escolares, naquilo que os professores ensinaram a seus alunos a partir desses livros escolares (...)¹⁰⁵

Com a redemocratização no Brasil pós-ditadura militar ganha força a perspectiva de estabelecer diálogo entre os saberes a serem ensinados com a realidade do aluno, conferindo a história esse caráter de formadora de cidadãos críticos e conscientes conforme nos diz Velasco¹⁰⁶.

No contexto de redemocratização a partir da década de 1980, o ensino de História passou a ser ilustrado por múltiplas abordagens possíveis. A partir de então, apresenta-se uma crítica à abordagem eurocêntrica e pela primeira vez são introduzidos conteúdos relacionados à história local e regional nos currículos escolares. De forma pioneira, passam a ser desenvolvidas propostas por Eixos Temáticos e difundidas reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, os estudantes passam a ser considerados como participantes ativos do

¹⁰³ MAGALHÃES, M. História e cidadania: porque ensinar história hoje? p. 170

¹⁰⁴ HOBSBAWM, E. Não basta a história de identidade. p.285

¹⁰⁵ Ibid., p.291

¹⁰⁶ VELASCO, D. Conhecimento escolar, realidade do aluno e cidadania: articulações no currículo de história. In: GABRIEL, C.T.; MORAES, L.M.S (Orgs). Currículo e conhecimento: diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas. Petrópolis: Editora DP et Alii, p. 151-170, 2014.

processo de construção do conhecimento, representando perspectivas muito presentes na concepção de ensino contemporâneo.¹⁰⁷

Os currículos escolares passam então a apresentar uma valorização do ensino voltado para a realidade do aluno buscando auxiliar na formação de “cidadãos críticos”¹⁰⁸ e como solução para os problemas sociais atuais.

No caso específico do Brasil, Cardoso afirma que desde os anos 1930 já era confiada à História este objetivo de formar os cidadãos do país. O sentido de cidadão que se buscava formar alterou-se com o advento da Ditadura Militar, quando o entendimento da História como formadora de um espírito crítico perdeu espaço para o estudo dos grandes acontecimentos e dos grandes personagens. Já nos anos 1980, no período da redemocratização, a representação da História vinculada a uma cidadania “crítica” tornou-se mais forte, marcando a passagem de um cidadão consciente da sua pátria para um cidadão crítico e participativo¹⁰⁹

O papel de formador de cidadãos atribuído a história foi sendo alterado de acordo com os interesses dos governos e de suas definições para cidadania, assim a escola cumpre sua função de formação de cidadãos de acordo com a necessidade do Estado. A disciplina surge no século XIX com a função de formar moral e civicamente as crianças e jovens e passa no século XX a contribuir com a construção da unidade nacional desenvolvendo o patriotismo e a participação consciente, preparando-o para a convivência em sociedade e suas futuras responsabilidades com o Estado e a Nação.¹¹⁰

A História enquanto componente curricular passou por grandes mudanças nos últimos cem anos, tanto em relação às questões de aspecto teórico e historiográfico, quanto a sua metodologia de ensino. De uma disciplina meramente decorativa e de exaltação das elites, a História evoluiu para uma área do conhecimento que ampliou o conceito de fontes e sujeitos históricos e abriu diálogo com as mais variadas ciências. Nessa nova perspectiva, o próprio aluno transformou-se em um sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, deixando de ser um mero receptor do conhecimento científico.¹¹¹

Com os PCNs na década de 90 passamos a levar para sala de aula como atribuições da disciplina de história nesses campos as seguintes definições,

Nos PCNs, a questão da identidade entra no ensino de história para facilitar o trabalho de construção com os alunos de noções como semelhança/diferença,

¹⁰⁷ QUAIATTO, D. Ensino de história local uma história didática de santa maria e região, p.16/17

¹⁰⁸ VELASCO, D. Conhecimento escolar, realidade do aluno e cidadania: articulações no currículo de história. p.5

¹⁰⁹ Ibid., p.5

¹¹⁰ Ibid., p.8

¹¹¹ QUAIATTO, D. Ensino de história local uma história didática de santa maria e região, p. 17

permanência/mudança e, também, a percepção de que no âmbito do social existem processos múltiplos de pertencimento (...) Na questão da cidadania, os PCNs partem do pressuposto de que o ensino de história favorece a formação do estudante como cidadão, no sentido de ter uma atitude crítica diante da realidade (...) ¹¹²

Essa necessidade de reformas no ensino e suas propostas “partiam da crítica à História essencialmente nacional e centrada nas estratégias de memorização.”¹¹³ A busca era por aprender a fazer História e não apenas aprender história, substituindo a preocupação com a formação da “identidade nacional pela constituição de sujeitos históricos autônomos.”¹¹⁴

(...) situavam em um novo lugar a história local em dois sentidos: a possibilidade de tratar de maneira consequente as regionalidades no âmbito nacional e de investigar a história imediatamente visível aos estudantes – a própria escola, o bairro, a cidade.¹¹⁵

2.2 SALA DE AULA

2.2.1 História da minha terra: Baixada Fluminense

Pretende-se aqui elaborar uma série de atividades para serem desenvolvidas em sala de aula pelo professor com seus alunos, nas séries do ensino médio, que estabeleçam uma relação entre os conteúdos abordados em aula ao longo do ano letivo e a história local, evidenciando assim as relações existentes entre os processos históricos nacionais e regionais. Para tal, delimitamos o nosso local a região da Baixada Fluminense por se tratar do meu lugar de origem além de corresponder a minha região de atuação profissional.

Dessa forma, deu-se a observação da participação e da influência da região no contexto geral e vice e versa, a fim de ilustrar tais acontecimentos. Trabalhei com três esferas: história local (Nilópolis), história regional (região de Iguassu e posterior município de Nova Iguaçu até os processos de emancipação), e a história nacional. Dentro desta pesquisa partimos da história nacional, dividida ao longo das

¹¹² MAGALHÃES, M. História e cidadania: porque ensinar história hoje? p.176

¹¹³ ABREU, M. História Local e Ensino de história: Interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo, p.62

¹¹⁴ Ibid., p.63

¹¹⁵ Ibid., p.64

três séries do ensino médio em Brasil colônia no 1º ano, Brasil Império no 2º ano e Brasil República no 3º ano, e assim relacionando a história no contexto nacional e no contexto regional e local. Minha busca foi no sentido de estabelecer as ligações entre essas esferas e propiciar aos meus alunos essa compreensão. Assim, este trabalho de pesquisa compreendeu processos históricos abordados ao longo do 2º e 3º anos de formação do ensino médio, previamente selecionados com base no currículo mínimo e no livro didático utilizado atualmente, e sua relação com a historiografia acerca de Baixada Fluminense já publicada por diferentes autores. Não havia aqui pretensão de escrever uma versão para a história da região, mas sim de aproximar os alunos daquilo que vem sendo produzido ao longo dos anos sobre o tema.

A proposta foi propiciar ao aluno a compreensão de que as regiões que formam o Estado, a nível regional, e o país, a nível nacional, estão integradas em todos os aspectos enfatizando as influências sociais, econômicas e políticas que exercem umas nas outras e assim desconstruir a noção de hierarquia histórica que veio sendo construída ao longo do processo de concepção e implementação da disciplina história no ensino no Brasil:

A nacionalização da História sustentava-se na nacionalização do tempo e as consequentes hierarquias daí decorrentes. É possível, então, falar em uma nacionalização de histórias e tempos locais e do passado distante (...) tratava-se de integrar ou submeter a história das cidades e comunidades ao concerto da História nacional.¹¹⁶

Para tal partimos do programa de ensino utilizado em sala de aula que segue o currículo mínimo preparado pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

O professor da rede estadual pode acessá-lo através do site da SEEDUC-RJ ou encontra-lo disponibilizado impresso nas escolas.

Desde 2012, a Seeduc vem oferecendo mais uma ferramenta importante para auxiliar no seu planejamento escolar. O Currículo Mínimo serve como referência a todas as nossas escolas, apresentando as competências e habilidades básicas que devem estar contidas nos planos de curso e nas aulas. Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Está disponível material para consulta das 12 disciplinas da base Nacional comum, além de Resolução de

¹¹⁶ ABREU, M. História local e ensino de história: interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo, p. 60

Problemas Matemáticos, Produção Textual, Conhecimentos Didáticos, Formação Complementar, Fundamentos da Educação, Laboratórios Pedagógicos, Parte Diversificada e Práticas Pedagógicas.¹¹⁷

Este programa nos é apresentado dividido por cada série que compõe o ensino médio, assim temos:

	1º ANO	2º ANO	3º ANO
1º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo Introdutório - Renascimento - Reforma e Contrarreforma 	<ul style="list-style-type: none"> - Império Colonial português - Brasil Colonial - Tráfico Negreiro - Iluminismo - Revolução Francesa - Bloqueio Continental e transferência da Família Real para o Brasil 	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil republicano: República velha - Imperialismo, ocupação da África e da Ásia - 1ª Guerra
2º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> - Estados Nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Revolução Industrial - Doutrinas sociais do século XIX - Política imperialista dos Estados europeus 	<ul style="list-style-type: none"> - Movimentos socialistas do século XX - Sistemas totalitários do século XX - Era Vargas
3º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> - América - África 	<ul style="list-style-type: none"> - Crise do sistema colonial e independências das américas 	<ul style="list-style-type: none"> - 2ª Guerra - Guerra Fria - Ditadura militar no Brasil
4º Bimestre	<ul style="list-style-type: none"> - América Colonial 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação do Estado Nacional brasileiro 	<ul style="list-style-type: none"> - Socialismo de mercado e neoliberalismo - República democrática no Brasil

¹¹⁷ Disponível em <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=759820>. Acesso em 20 de dezembro de 2017

2.2.2 História local e produção acadêmica: quem escreve sobre Baixada?

Neste ponto temos como objetivo apresentar o caminho percorrido para a escolha dos autores que utilizamos em nossas aulas procurando explicitar sua relação com nossa proposta e sua contribuição para a historiografia da Baixada Fluminense.

As atividades apresentadas em sala de aula basearam-se quanto aos conteúdos tradicionalmente abordados no currículo mínimo e no livro didático. Quanto a história local optamos por apresentar aos alunos a historiografia já produzida e publicada em relação a Baixada Fluminense.

Para tal, elegemos autores que abordam o tema em seus trabalhos e pesquisas e estão envolvidos no processo de democratizar a história da região.

Consideramos importante esta decisão no sentido de proporcionar ao aluno o conhecimento de que Baixada Fluminense é tema de estudo na academia e não apenas pelos problemas do cotidiano, mas também por sua história e participação política e econômica.

Permitir a visualização do espaço em que vivemos como espaço produtor de conhecimento e detentor de sua própria história tornou-se ponto decisivo na escolha do material levado para sala de aula.

Sendo assim, para cada tema selecionado no âmbito local escolhemos um trecho de um dos livros publicados por esses autores ou artigos de revista para nortearmos as conversas com os alunos.

Como autores temos primeiramente, Tania Maria Amaro de Almeida doutora em Humanidades, Culturas e Artes pela Unigranrio, universidade localizada em Duque de Caxias, Baixada Fluminense. Graduada em História pela Uerj, atua como docente da rede estadual de ensino e no ensino superior nos Cursos de Graduação em História da Feuduc e Unigranrio, ambos localizados na região da Baixada. É diretora do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Concentra-se em estudos na área de Preservação, Patrimônio, História, História Local e Regional.

Tânia Amaro, que além de ter sido minha professora na graduação foi minha orientadora na monografia, participou deste trabalho auxiliando a seleção e indicação da seleção dos autores fundamentais para a elaboração das atividades com temáticas em Baixada Fluminense.

Outro selecionado foi José Claudio Souza Alves, graduado em Estudos Sociais e doutorado em Sociologia pela USP. Atualmente é professor titular da Ufrj. Atua principalmente nos temas de Baixada Fluminense, criminalidade, sociologia da religião, igreja católica - pastorais sociais e cebs, igrejas evangélicas, segregação sócio espacial, grupos de extermínio e milícias.

Antônio Augusto Braz é mestrando em História Social pela Universidade Severino Sombra. Atualmente é professor-colaborador nas disciplinas História Contemporânea e História da América no curso de graduação em História da UNIGRANRIO. Membro do corpo editorial da Revista Hidra de Igoassu, sócio fundador da Associação de Amigos do Instituto Histórico e sócio emérito da Associação de Professores e Pesquisadores de História Clio, Diretor de Pesquisa do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e além disso atua como professor público da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias(RJ).

A seguir temos Nielson Rosa Bezerra, doutor em História pela Uff e licenciado em História pela Fundação Educacional Duque de Caxias. É autor de "As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888"(EDUFF, 2008), "Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX" (CLIO, 2011) e "A cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós Abolição no Recôncavo da Guanabara" (CLIO, 2012), contribuiu neste trabalho com suas inúmeras pesquisas com temáticas ligadas a escravidão na região da Baixada histórica.

O trabalho de Natalia Azevedo Crivello foi incorporado a esta pesquisa devido a sua dissertação de mestrado pela UERJ-FFP, com o título "Os laranjais da cidade de Nova Iguaçu: representações fotográficas de uma transformação (1930-1940)". Atualmente é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Iguaçu. Dentre suas áreas de interesse contamos com fotografia, História Regional, Cultura, Memória, Representações e Patrimônio.

Prosseguimos com Ana Lucia Enne, graduada em Comunicação Social pela Puc-Rj e doutora em Antropologia pela Ufrj. Atualmente como professora da UFF, atua como docente no Departamento de Estudos Culturais e Mídia e no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT). Tem experiência na área de cultura e comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, mídia, memória, Baixada Fluminense, cultura popular, mediações, política, consumo, juventude, fluxos narrativos e mobilização social. Estes temas a colocam dentro desta pesquisa quando abordamos Baixada Fluminense sob uma perspectiva mais atual, visando apresentar aos alunos uma Baixada diferente daquela que vemos representada em nosso dia a dia.

Linderval Augusto Monteiro possui graduação em História e doutorado em História Social pela Ufrj. Tem experiência, tanto docente quanto administrativa, na área de história, com ênfase em história política do Brasil, atuando principalmente em temas como mobilização popular, cidadania, história oral, microanálise histórica e história local.

Mariza de Carvalho Soares é pesquisadora, tem doutorado em História pela UFF e autora do livro *Devotos da Cor* (Civilização Brasileira, 2000) publicado nos Estados Unidos como *People of Faith* (Duke University Press, 2011, prêmio BRASA 2011). Aposentada continua atuando como membro do Laboratório de História Oral e Imagem-LABHOI/UFF e como professora do PPGHIS/UFF além de também ser pesquisadora colaboradora do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ onde atua no Setor de Etnologia e Etnografia como curadora da coleção africana.

Contamos ainda com Marlucia Santos de Souza que torna-se o principal nome desta seleção de autores por ser considerada uma das precursoras da pesquisa acadêmica com temática em Baixada Fluminense. Possui graduação em Estudos Sociais pela Fundação Educacional Duque de Caxias e mestrado em História pela Uff. Foi uma das fundadoras da APPH-CLIO (Associação de Professores e Pesquisadores de História da Baixada Fluminense) e da ASAMIH (Associação Amigos do Instituto Histórico). Atualmente é servidora pública Estadual (RJ) lotada no Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias como Coordenadora Geral.

Para concluirmos temos Rogério Torres, graduado em pedagogia e posteriormente em história pela Sociedade Universitária Augusto Mota,

desempenha a função de professor nas redes estadual e municipal em Duque de Caxias e realiza pesquisas sobre a história da Baixada Fluminense com enfoque especial para a cidade de Duque de Caxias, através do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

2.2.3 História local e docência: Baixada no dia a dia escolar

O conhecimento histórico deve, portanto, propiciar aos alunos o dimensionamento de si mesmos e de outros indivíduos e grupos em temporalidades históricas distintas, possibilitando uma reflexão sobre contemporaneidade pensada e vivida, enquanto produto da racionalidade humana. Assim, a escolha dos conteúdos deve fundamentar a compreensão de que os problemas atuais e cotidianos não podem ser explicados unicamente a partir de acontecimentos restritos ao presente, promovendo questionamentos ao passado, análises e identificação de relações entre vivências sociais no tempo. Isso significa que os conteúdos a serem trabalhados com os alunos não devem se restringir unicamente ao estudo de acontecimentos e conceituações históricas, mas que o aluno possa reconhecer continuidades e mudanças em todas as áreas do conhecimento. É preciso promover práticas de ensino e incentivar atitudes nos estudantes que sejam coerentes com os objetivos da História, tais como partir de problemáticas atuais identificando origens, continuidades e rupturas ao longo do tempo no sentido de promover a compreensão de sua realidade espacial e temporal.¹¹⁸

Os eixos temáticos, temas selecionados para serem abordados em sala dentro deste projeto foram escolhidos de acordo com o currículo mínimo e o livro didático utilizado em nossa escola. A partir deste ponto estabelecemos uma ligação dos mesmos com a produção historiográfica já publicada de Baixada Fluminense procurando elucidar o porquê de nossas escolhas.

Neste ponto não necessariamente esta ligação foi conduzida pela linha cronológica, mas buscando uma identificação temática que permitisse ao aluno compreender conceitos antes abstratos e distantes de forma mais prática.

Como exemplo temos a atividade sobre Revolução Industrial que dentro desta proposta foi iniciada com uma aula sobre o processo de industrialização da Baixada que ocorreu séculos após o conteúdo temático abordado no bimestre. O objetivo aqui era de permitir ao aluno visualizar o impacto no seu dia a dia do processo de industrialização iniciado na Inglaterra no século XVIII aparentemente tão distante do seu cotidiano.

¹¹⁸ QUAIATTO, D. Ensino de história local uma história didática de santa maria e região, p.22

Nossas atividades foram utilizadas como introdução das temáticas ao longo dos bimestres partindo da premissa de que traríamos assim os conceitos e acontecimentos da história do livro didático para o meio onde vivem buscando assim propiciar uma maior identificação dos alunos com o tema o que nos permitiu ao passarmos para a aula sobre o tema em questão nos depararmos com alunos mais receptivos.

Nas turmas de 2º ano o conteúdo programático se inicia abordando Império Colonial português; Brasil Colonial; Tráfico Negro; Iluminismo, Revolução Francesa e Bloqueio Continental e transferência da Família Real para o Brasil, assim conforme determinamos inicialmente, nos atemos neste ponto a trabalhar com o Brasil colônia. No aspecto local nos concentramos em apresentar ao aluno que a região da Baixada Fluminense estava ocupada neste momento da história do Brasil, permitindo ao aluno ver que aqui já existiam pessoas habitando e mais do que isso que a região tinha importância econômica para o Rio de Janeiro, através de sua produção de gêneros alimentícios e como caminho para chegar a outros pontos da colônia. Além disso, trabalhamos com a questão da escravidão, visando a discussão do tráfico negro partindo da presença dos escravos nas fazendas da região da Baixada Fluminense.

O segundo bimestre aborda Revolução Industrial, doutrinas sociais do século XIX e Política imperialista dos Estados europeus. Neste caso relacionamos, Revolução industrial e o processo de industrialização da Baixada Fluminense ocorrido nas décadas de 60 e 70. Mas uma vez podemos assim evidenciar aos alunos a participação econômica da região na economia do Estado e neste momento já do país.

É importante aqui salientar que embora tenhamos apresentado antes que o cronograma didático do segundo ano se basearia em Brasil colônia, neste ponto abrimos uma exceção por considerar importante estabelecer esta relação. Afinal, ao longo da escrita da história da Baixada estigmatizou-se a região como local de violência e por muito tempo como “cidades dormitório”. O conhecimento do processo de industrialização da mesma permite aos discentes entenderem que a região desde o início de sua colonização se caracterizou como uma importante região produtora economicamente participativa e este papel estende-se a nossa realidade atual.

Retornamos do recesso trabalhando com a Formação do Estado Nacional brasileiro, abordando o processo de independência do Brasil e as principais características deste Império recém-nascido. Ao relacionarmos tal conteúdo com Baixada Fluminense nos ativemos a demonstrar o crescimento populacional e econômico das fazendas da região ao longo dos anos do Brasil império.

Cabe aqui observar que as temáticas abordadas ao longo do ano letivo do segundo ano do ensino médio, nos concentramos em apresentar as questões econômicas da região da Baixada Fluminense desde seus primeiros registros até mais recentemente. Tal decisão foi deliberada e visava permitir ao aluno identificar seu local de origem e região onde habita como economicamente viável e importante. Esclarecer assim, que Baixada não tem de necessariamente estar relacionada a uma visão de pobreza, mas como produtora de gêneros e oportunidades de empregos.

Passando ao 3º ano do ensino médio, iniciamos o ano com Brasil republicano: República velha e Imperialismo, ocupação da África e da Ásia e suas implicações na 1ª Guerra. Dentro deste bimestre iniciamos as aulas acerca de 1ª guerra mundial abordando os movimentos migratórios ocorridos posteriormente a esse momento para a região da Baixada, pois tal movimento propiciou um enorme crescimento populacional e comercial da região. Além disso, ao abordarmos o período da primeira república no Brasil, nos foi possível estabelecer as bases para a formação dos municípios da Baixada, bem como de seus processos de emancipação, sendo estas apenas possíveis devido ao crescimento populacional e econômico gerado pelos movimentos migratórios abordados anteriormente.

Nesta atividade, mas uma vez, abdicamos de nos concentrar apenas em história nacional, por tratar-se de um ponto de extrema importância na história do desenvolvimento da Baixada.

O conteúdo programático do segundo bimestre para o terceiro ano concentra-se em Movimentos socialistas e Sistemas totalitários do século XX, nos permitindo abordar os movimentos de emancipação dos municípios da Baixada iniciados na década de 30 e 40, por tanto no decorrer do governo Vargas e do Estado Novo, ambos conteúdos apresentados aos alunos nesta etapa. Neste caso em

específico nos ativemos a uma relação cronológica por considerarmos importante propiciar aos alunos o conhecimento do nascimento dos municípios da região.

Durante o terceiro bimestre abordamos 2ª Guerra, Guerra Fria e Ditadura militar no Brasil, neste momento especialmente não realizamos aulas dentro deste projeto, pois utilizamos este espaço para realizar uma série de debates acerca da democracia brasileira. Consideramos importante abrir espaço neste ponto para conversar com os alunos e apresentar a eles o funcionamento das esferas executivas e legislativas no Brasil especialmente por tratar-se de um ano eleitoral e coincidentemente da primeira participação política destes alunos.

Ao concluirmos o ano temos Socialismo de mercado e neoliberalismo e República democrática no Brasil. Aproveitamos aqui para estabelecer um paralelo mais atual entre os principais pontos do Brasil republicano em sua história recente e o dia a dia dos alunos na região da Baixada.

Desta forma este trabalho ficou dividido de acordo com a tabela abaixo:

2º ANO		
Bimestre	Tema Curricular	Tema Local
1	Império Colonial português: Colonização do Brasil Trabalho e organização econômica no Brasil colônia Tráfico Negroiro	Formação da Baixada Fluminense Produção econômica da Baixada Fluminense: formação/ crescimento das fazendas na região Escravidão no território da Baixada
2		
3	Independência do Brasil	Crescimento econômico da Baixada no Império

4		
3º ANO		
Bimestre	Tema Curricular	Tema Local
1	Primeira Guerra Mundial Primeira República no Brasil	Movimentos migratórios para a Baixada: crescimento populacional Estabelecimento dos primeiros municípios na Baixada
2	Era Vargas e Estado Novo	Processos de emancipação dos Municípios
3		
4	Brasil Contemporâneo	Baixada de hoje em dia: a Baixada segundo o mundo X a Baixada em que vivo

3

BAIXADA FLUMINENSE NA ESCOLA**Plano de Aula 1**

Duração da atividade: Duração em minutos: 90 minutos/ Duração em tempos de aula: 2 tempos

Série ou Período: 2º ano/ Ensino Médio

Tema Local: Formação da Baixada Fluminense

Tema Curricular: Império colonial português: Colonização do Brasil

Título: Nossas origens: A Baixada sempre existiu?

Objetivos**Objetivo Geral:**

Proporcionar ao aluno a compreensão de que a região da Baixada Fluminense tem um histórico de formação que se remete ao período da colonização do Brasil.

Objetivos específicos:

Visa uma apresentação do processo de formação da Baixada Fluminense ao discente, bem como possibilitar que o mesmo localize este processo dentro do conteúdo abordado acerca do processo de colonização do Brasil buscando observar a simultaneidade da formação da Baixada Fluminense com a formação do que viria a ser a cidade e o estado do Rio de Janeiro.

Apresentar ao aluno a perspectiva de que todas as regiões existentes no Brasil tem seu processo de formação e que em nosso caso específico da Baixada Fluminense o mesmo remonta ao período da colonização do Brasil, nos propomos a elaborar um paralelo entre a história que conhecemos e a história da Baixada,

Conteúdos

- Império colonial português
- O Estado do Brasil
- Antecedentes: A região de Iguassú

Recursos

Cópias do capítulo I do livro De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da cidade de Antônio Augusto Braz e Tania Maria Amaro de Almeida, anexo 1.

Livro didático

Desenvolvimento da aplicação

Dividindo a turma em grupos distribuir cópias do capítulo I do livro De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da cidade de Antônio Augusto Braz e Tania Maria Amaro de Almeida, anexo, solicitando aos alunos a leitura do texto.

A partir desta leitura solicitar aos alunos que procurem encontrar as simultaneidades quanto ao tempo dos acontecimentos descritos no texto com o capítulo do livro didático que aborda o processo de colonização do Brasil.

Bibliografia

ALVES, Alexandre. OLIVEIRA, Leticia Fagundes de. Conexões com a história. São Paulo: Moderna, 2016. 3ª edição.

BRAZ, Antônio Augusto. ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2010

Plano de Aula 2

<p>Duração da atividade: Duração em minutos: 90 minutos/ Duração em tempos de aula: 2 tempos</p> <p>Série ou Período: 2º ano/ Ensino Médio</p> <p>Tema Local: Produção econômica da Baixada Fluminense: formação/ crescimento das fazendas na região</p> <p>Tema Curricular: Trabalho e organização econômica no Brasil colônia</p> <p>Título: Economia colonial brasileira, qual o papel da Baixada Fluminense?</p>

Objetivos

<p>Objetivo Geral:</p> <p>Estabelecer a existência e a importância da participação econômica da região da Baixada Fluminense na economia colonial brasileira.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Identificar os produtos produzidos pela região do Iguassú durante o período colonial brasileiro bem como sua importância no mercado consumidor interno e sua participação no volume de exportações do Brasil para sua metrópole.</p>

Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - Brasil açucareiro - Produção econômica dos engenhos da região do Iguassú no século XVIII

Recursos

<p>Imagem: Quadro de distribuição dos engenhos no século XVIII página 67 e 68 do livro Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política de Genesis Tôres, anexo 2.</p> <p>Livro didático</p> <p>Data show</p>

Desenvolvimento da aplicação

Solicitar aos alunos que observem a imagem do Quadro de distribuição dos engenhos no século XVIII, livro Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política de Genesis Tôrres, anexo, projetado no quadro da sala.

Com a observação deste quadro anotar em seu caderno os produtos produzidos pelas Freguesias ao longo do século XVIII.

Identificar a partir do livro didático os principais produtos com participação na economia colonial.

Relacionar os produtos encontrados no livro didático com os observados no quadro buscando identificar aqueles que seriam de consumo interno e os que seriam de exportação.

Bibliografia

ALVES, Alexandre. OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. Conexões com a história. São Paulo: Moderna, 2016. 3ª edição.

TÔRRES, Genesis (Org.) Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004

Plano de Aula 3

<p>Duração da atividade: Duração em minutos: 180 minutos/ Duração em tempos de aula: 4 tempos</p> <p>Série ou Período: 2º ano/ Ensino Médio</p> <p>Tema Local: Escravidão no território da Baixada</p> <p>Tema Curricular: Tráfico Negreiro</p> <p>Título: Existiu escravidão por aqui?</p>

Objetivos

<p>Objetivo Geral:</p> <p>Permitir a observação da região de Iguassú com a escravidão.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Afirmar a participação da região de Igassú no tráfico negreiro através da presença do trabalho escravo na produção econômica da região da Baixada Fluminense.</p>

Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - Tráfico Negreiro - Presença de escravos nos engenhos de Iguassú

Recursos

<p>Pesquisas dos alunos</p> <p>Livro didático</p>

Desenvolvimento da aplicação

Após a aula expositiva apresentando o capítulo do livro didático que aborda a questão do tráfico negreiro e suas consequências bem como a participação do Brasil colonial neste processo, questionar aos alunos:

“Existiu escravidão na Baixada Fluminense?”

Propor aos alunos que elaborem uma pesquisa na internet buscando artigos e textos que embasem suas opiniões.

Apresentar e discutir estes resultados posteriormente em sala de aula com o auxílio da bibliografia complementar.

Bibliografia

ALVES, Alexandre. OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. Conexões com a história. São Paulo: Moderna, 2016. 3ª edição.

BEZERRA, Nielson Rosa. Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – Séc. XIX. Duque de Caxias: Secretaria de Estado de Cultura – RJ/ INEPAC-RJ/ APPH-CLIO, 2011

_____. As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888). Niterói: EdUFF, 2008

MACHADO, Rubens da Mota. Demografia e escravidão no Recôncavo da Guanabara nos séculos XVIII – XIX. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo.

Disponível em:
http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312338939_ARQUIVO_Anpuh-2011-Revisado.pdf. Acessado em 20 de maio de 2018.

Plano de Aula 4

<p>Duração da atividade: Duração em minutos: 90 minutos/ Duração em tempos de aula: 2 tempos</p> <p>Série ou Período: 2º ano/ Ensino Médio</p> <p>Tema Local: Crescimento econômico da Baixada no Império</p> <p>Tema Curricular: Independência do Brasil</p> <p>Título: A Baixada e o Império brasileiro</p>

Objetivos

<p>Objetivo Geral:</p> <p>Reconhecer o processo de crescimento econômico da Baixada ao longo do período do Brasil Império.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Identificar a diversificação econômica ocorrida na região de Iguassú ao longo do século XIX</p>

Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - Independência do Brasil - Brasil Império - Economia da Baixada Fluminense no século XIX

Recursos

<p>Cópias do capítulo 9 “Economia no século XIX” do livro Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política do Genesis Tôres, anexo 3.</p>

Desenvolvimento da aplicação

Dividir a turma em 4 grupos.

Cada grupo recebe uma parte do texto selecionado, anexo.

Em grupo os alunos deveram relacionar em tópicos o processo de crescimento e desenvolvimento econômico da região da Baixada Fluminense no século XIX.

Estabelecer uma linha do tempo no quadro da sala apresentando esse processo de desenvolvimento com base nas anotações de cada grupo.

Bibliografia

ALVES, Alexandre. OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. Conexões com a história. São Paulo: Moderna, 2016. 3ª edição.

TÔRRES, Genesis (Org.) Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004

Plano de Aula 5

<p>Duração da atividade: Duração em minutos: 180 minutos/ Duração em tempos de aula: 4 tempos</p> <p>Série ou Período: 3º ano/ Ensino Médio</p> <p>Tema Local: Movimentos migratórios para a Baixada: crescimento populacional</p> <p>Tema Curricular: Primeira Guerra Mundial</p> <p>Título: Imigração e Baixada, crescimento populacional</p>

Objetivos

<p>Objetivo Geral:</p> <p>Ilustrar o processo de desenvolvimento urbano ocorrido pós primeira guerra mundial.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Relacionar o processo de crescimento populacional no início do século XX com o processo de desenvolvimento e crescimento da região da Baixada Fluminense.</p>

Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - 1ª Guerra Mundial - República Velha - Baixada Fluminense no início do século XX: crescimento populacional

Recursos

<ul style="list-style-type: none"> - Data show - Fotografias

Desenvolvimento da aplicação

Em sala de aula apresentar através do data show uma série de fotografias selecionadas a partir do livro Baixada Fluminense memória fotográfica, anexo, identificando ao município atual a que a fotografia pertence.

A partir da observação da fotografia solicitar aos alunos se conseguem identificar a região da fotografia atualmente a partir de suas vivências na região.

Posteriormente, solicitar que os alunos pesquisem ou fotografem as possíveis localizações presentes em seu cotidiano nessas fotos.

Bibliografia

NOGUEIRA, Marcus Antônio Monteiro (org). Baixada Fluminense: memória fotográfica. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008

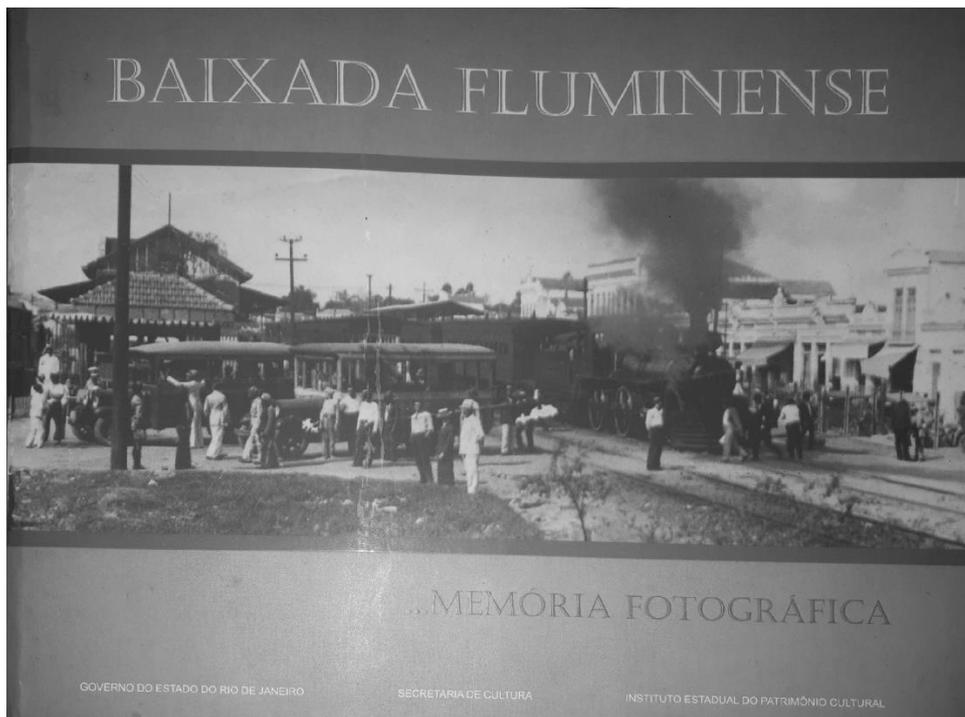


Figura 1: Livro Baixada Fluminense... Memória Fotográfica



Figura 2: Porto de Estrela, ao fundo o Hotel, 1913 - Magé



Figura 3: Fazenda de Frágoso, 1911 - Magé



Figura 4: Escritório da Comissão de Saneamento, Vila de Estrela, 1911 - Magé



Figura 5: Reservatório Rio D'ouro, 1905 – Nova Iguaçu



Figura 6: Fazenda São Bento, década de 1910 – Duque de Caxias



Figura 7: Visita de Nilo Peçanha à Estação de Merity, 1916 – Duque de Caxias



Figura 8: Duque de Caxias, 1919



Figura 9: Capela São Matheus, fundada em 1637, foto de 1910 - Nilópolis



Figura 10: Villa Emma, primeira casa de alvenaria construída pelo Coronel Júlio de Abreu, após o loteamento da Fazenda São Matheus - Nilópolis



Figura 11: Inauguração da água encanada em Nilópolis, 13 de novembro de 1918
- Nilópolis



Figura 12: Estação de Lages, 1908 - Paracambi



Figura 13: Belford Roxo, década de 1930



Figura 14: Matriz de São Francisco Xavier, 1922

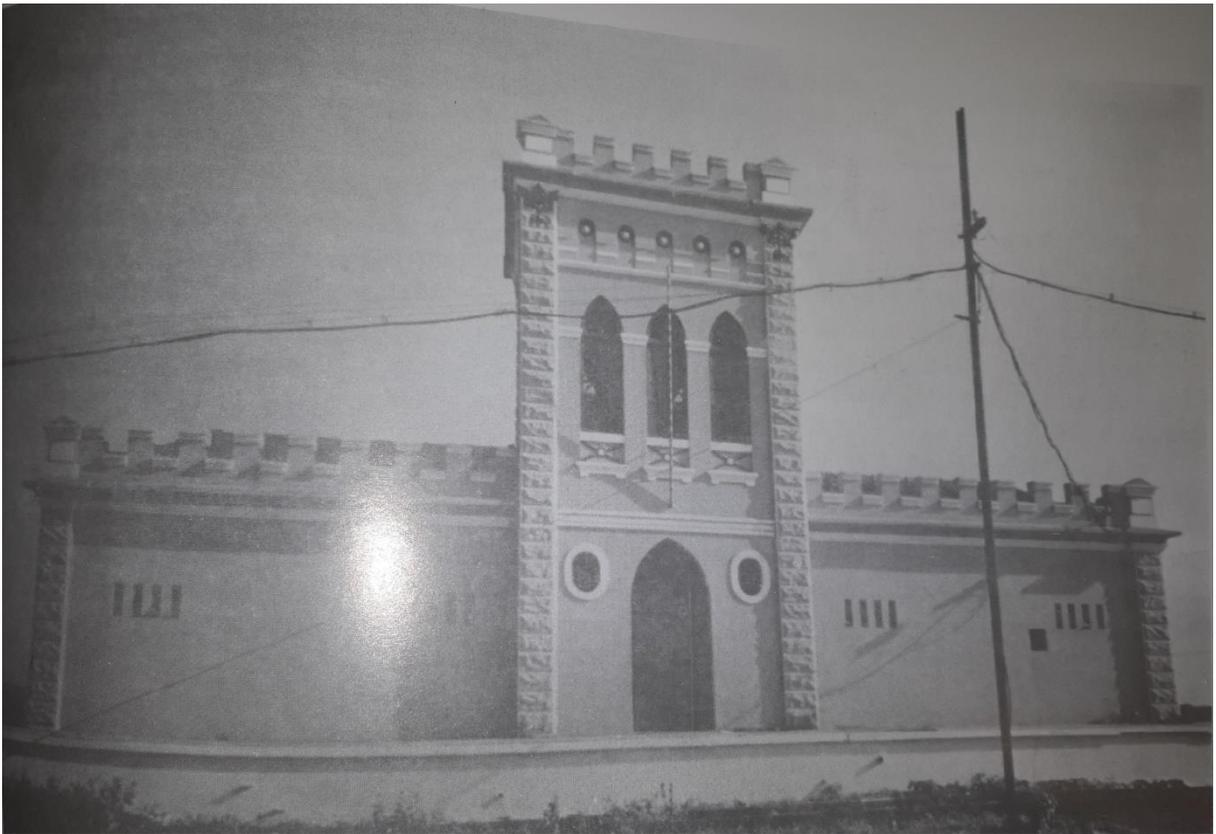


Figura 15: Estação de Itaguaí

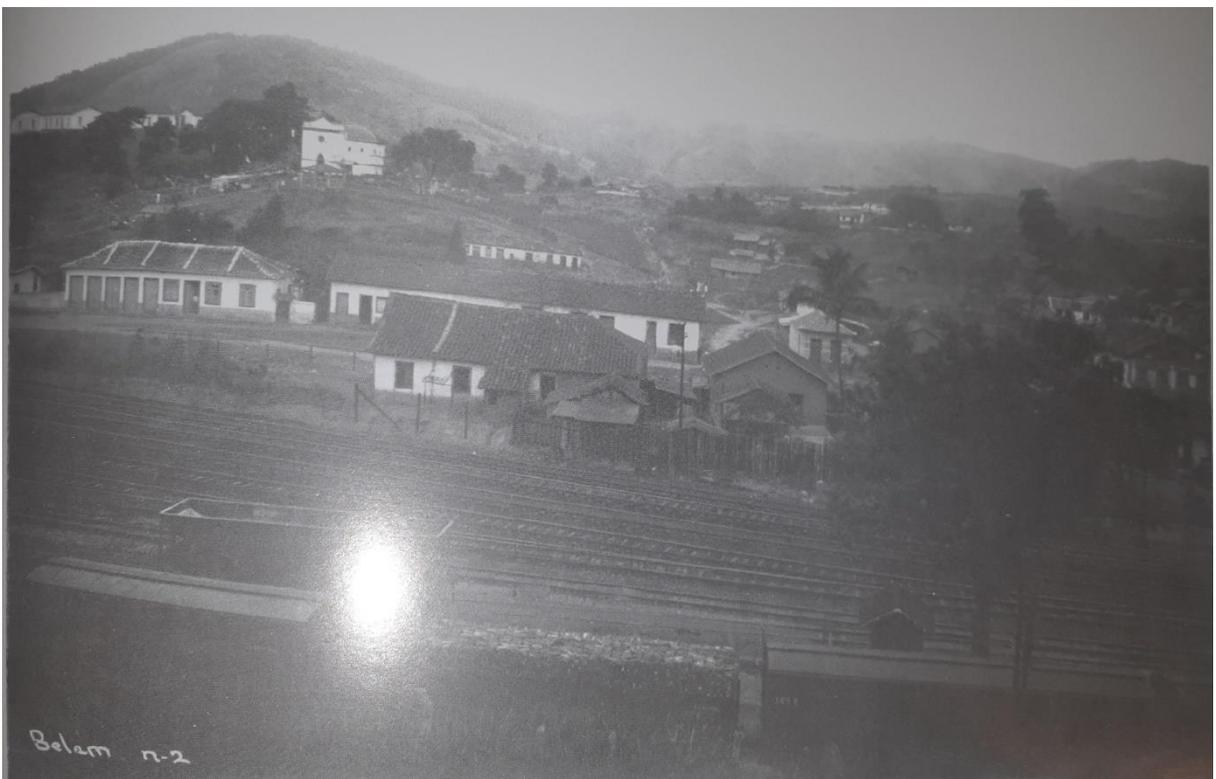


Figura 16: Panorâmica, com a Capela de Nossa Senhora de Belém e do Menino Deus, início do século XX - Japeri



Figura 17: Fábrica de Tijolos e Telhas da Cia de Materiais de Construção, 1913 -
Mesquita



Figura 18: Fábrica de Tijolos e Telhas da Cia de Materiais de Construção, 1913 -
Mesquita

Plano de Aula 6

<p>Duração da atividade: Duração em minutos: 90 minutos/ Duração em tempos de aula: 2 tempos</p> <p>Série ou Período: 3º ano/ Ensino Médio</p> <p>Tema Local: Estabelecimento dos primeiros municípios na Baixada</p> <p>Tema Curricular: Primeira República no Brasil</p> <p>Título: Brasil Republica e emancipações na Baixada</p>

Objetivos

<p>Objetivo Geral:</p> <p>Iniciar a apresentação dos processos de emancipação dos municípios da Baixada Fluminense.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Relacionar o processo e o período de estabelecimento das famílias dos alunos com o processo e a periodização das emancipações.</p> <p>Estabelecer correlação entre as histórias das famílias dos alunos com a história da Baixada Fluminense visando inserir as mesmas no momento da primeira república brasileira.</p>

Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - Primeira República no Brasil - Brasil no início do século XX - Processos de emancipação dos municípios da Baixada Fluminense

Recursos

<ul style="list-style-type: none"> - Imagem: Cronologia Histórica da Baixada Fluminense em relação ao Brasil e a Portugal, página 202 a 204 do livro Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política de Genesis Tôrres, anexo 4.

Desenvolvimento da aplicação

Cada aluno deve com a colaboração oral de suas famílias elaborar um resumo acerca do período e história do estabelecimento de suas famílias na Baixada Fluminense, identificando o município onde o mesmo ocorreu e possivelmente o caminho percorrido para tal.

Em sala de aula partindo dos seus resumos estabelecer uma correlação entre os acontecimentos vivenciados por seus familiares descritos em seus resumos e o quadro de cronograma histórico da Baixada Fluminense, anexo.

Bibliografia

TÔRRES, Genesis (Org.) Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004

Plano de Aula 7

<p>Duração da atividade: Duração em minutos: 180 minutos/ Duração em tempos de aula: 4 tempos</p> <p>Série ou Período: 3º ano/ Ensino Médio</p> <p>Tema Local: Processos de emancipação dos Municípios</p> <p>Tema Curricular: Era Vargas e Estado Novo</p> <p>Título: Brasil Republica e emancipações na Baixada</p>

Objetivos

<p>Objetivo Geral:</p> <p>Representar os processos de emancipação dos municípios da Baixada Fluminense e localizá-los dentro do tempo na história brasileira.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Proporcionar o conhecimento da história recente dos municípios da Baixada Fluminense.</p>

Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - Processos de emancipação dos municípios da Baixada Fluminense - Era Vargas e Estado Novo - Brasil no século XX

Recursos

<ul style="list-style-type: none"> - Cópias do texto “Evolução histórica dos distritos e os processos de emancipação” páginas 161 a 181 do livro Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política de Genesis Tôres, anexo 5.

Desenvolvimento da aplicação

Dividir a turma em 5 grupos.

Cada grupo recebe o texto correspondente ao processo de emancipação de um município da Baixada Fluminense, anexo 5.

O grupo deve estudar essa história e elaborar uma apresentação artística para apresentar aos demais alunos e representar a história estudada.

Bibliografia

TÔRRES, Genesis (Org.) Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política. São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004

Plano de Aula 8

<p>Duração da atividade: Duração em minutos: 180 minutos/ Duração em tempos de aula: 4 tempos</p> <p>Série ou Período: 3º ano/ Ensino Médio</p> <p>Tema Local: Baixada de hoje em dia: a Baixada segundo o mundo X a Baixada em que vivo</p> <p>Tema Curricular: Brasil Contemporâneo</p> <p>Título: a Baixada do jornal X a Baixada em que vivo</p>

Objetivos

<p>Objetivo Geral:</p> <p>Estabelecer uma possível diferenciação entre a Baixada Fluminense retratada na imprensa e a vivenciada no cotidiano.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Proporcionar ao aluno uma identificação real com a região onde habita, estabelecendo um maior vínculo de pertencimento.</p> <p>Encerrar a sequência de atividades apresentando pontos positivos existentes na região da Baixada Fluminense em detrimento do cenário comumente divulgado pela imprensa.</p>

Conteúdos

<ul style="list-style-type: none"> - Brasil contemporâneo - Baixada Fluminense atualmente - Baixada Fluminense e imprensa

Recursos

- Matérias de jornais impressas e digitais

Desenvolvimento da aplicação

<p>Cada aluno deve levar para a sala de aula duas reportagens veiculadas na imprensa que correspondam ao município da Baixada onde reside, ou caso não resida na região de um município a sua escolha. Uma deve ser com temática positiva e a outra com temática negativa relacionada a seu objeto de pesquisa.</p>

Em sala de aula com as reportagens expostas os alunos devem observá-las buscando selecionar aquelas que fazem parte do seu cotidiano.

A seguir cada aluno deve elaborar um texto que contenha qual seria a reportagem mais fidedigna para representar sua experiência morando e/ou estudando na Baixada Fluminense.

Propor uma discussão em sala baseada no texto da Ana Lucia Enne, “Imprensa e Baixada Fluminense”, e os textos produzidos pelos alunos.

Bibliografia

<p>ENNE, Ana Lucia. <u>Imprensa e Baixada Fluminense</u>: múltiplas representações. Ciberlegenda (UFF), n.n.14, 2004. Disponível em: http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/222/118. Acessado em 21 de maio de 2017</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido ao longo de um período de dois anos em quatro turmas do ensino médio, em cada ano contamos com uma turma de 2º ano e uma turma de 3º ano.

O colégio onde atuo localiza-se no município de Nilópolis em uma área extremamente central e por tanto recebe alunos oriundos dos mais diversos lugares, além de configurar-se como um dos maiores colégios estaduais do município o que somado a sua localização torna o Colégio Estadual Antônio Figueira de Almeida um ponto de referência para Nilópolis.

As turmas onde leciono contam em média com 40 alunos com idades em sua grande maioria correspondentes ao ciclo escolar vigente. E embora seja um colégio público é bastante grande a presença de alunos oriundos do sistema educacional privado.

Ao longo desta jornada tornou-se possível a aplicação de todos os planos de aula em uma das turmas, pois os mesmos estiveram comigo no 2º ano em um ano letivo e no 3º no ano seguinte. Esta possibilidade permitiu que percebêssemos que a continuidade do trabalho intensifica o alcance do objetivo, bem como estimula a participação dos discentes, pois já conheciam previamente a dinâmica das aulas e suas possibilidades.

Um episódio oriundo desta experiência que vale ser mencionado foi nos depararmos com o post de um aluno em uma rede social nos marcando para observar uma reportagem que remetia ao tema de Baixada trabalhado em sala de aula. Tal fato nos permitiu entender que ainda que minimamente conseguimos alcançar nosso objetivo e fortaleceu nosso desejo de buscar novas metodologias e práticas visando melhorar nosso trabalho.

Os planos de aula aqui apresentados contam com nossas alterações através de nossas tentativas em sala buscando aperfeiçoar tal prática e torná-la o mais executável possível. Por esse mesmo motivo não incluímos aqui o plano de aula sobre a revolução industrial e a industrialização da Baixada, pois mesmo após nossas tentativas de implementá-lo e adaptá-lo a nossa realidade não consideramos seu resultado satisfatório.

Da mesma forma que pudemos observar que as aulas com temáticas mais atuais, principalmente a partir dos processos de emancipação obtiveram maior êxito em nossa proposta.

Considero extremamente importante salientar um ponto fundamental que tornou-se extremamente claro ao longo desta experiência de pesquisa, a possibilidade de vivenciar a dicotomia da perspectiva professor/ aluno. Por tratar-se de um programa de pesquisa voltado aos professores e por, ao longo desta experiência, permanecer atuando em sala de aula, vi-me na posição de experimentar o ensino sob as duas perspectivas ao longo de um mesmo dia, como professora pela manhã e como aluna a tarde.

Essa vivência me parece uma característica diferenciada deste processo de qualificação profissional, pois me possibilitou uma maior compreensão acerca de comportamentos e práticas comuns nos estudantes com os quais tenho convivido em minha jornada profissional.

Esse novo olhar quanto a participação do aluno, seus interesses e curiosidades passa a ser em minha prática docente aspecto que considero inovador e revolucionário em minha forma de ver e pensar o espaço escolar.

Relembrar o que é ser aluno e como me sinto na posição de discente proporcionou já desde o princípio deste processo uma experiência transformadora na minha posição de professora.

O período para aplicação deste trabalho em sala de aula me permitiu compreender que o ensino de história local não pode ser entendido como a solução para a questão da educação básica quanto a prática do dia a dia, porém apresentou-se como uma ferramenta pedagógica que encaixou-se em minha rotina e minhas preferências. Sendo assim consigo entender que a proximidade dos alunos com os conteúdos passa primeiramente por uma busca do profissional de educação de encontrar um caminho próprio dentro de um universo infinito de possibilidades.

Dessa forma, não proponho aqui nenhuma reformulação curricular, mas o incentivo de uma busca por atividades que motivem professores inicialmente, dando-lhes o entusiasmo necessário para reencontrar o prazer de estar em sala de aula. Quanto mais empolgada me sentia com as atividades esse sentimento contagiava meus alunos proporcionando assim uma maior assimilação dos conceitos e conteúdos e permitiu em muitas oportunidades que os próprios alunos trouxessem para nossas aulas seus próprios questionamentos e curiosidades.

Entendendo o papel do ensino de História dentro de uma perspectiva de contribuição para a compreensão por parte do aluno que a realidade que vivemos em sociedade é fruto de uma construção, um processo, vivenciado por todos nós em nosso dia a dia que gera consequências no futuro assim como foi influenciado pelo passado, acredito que essa nova visão de proximidade do aluno com a história possa lhes permitir exercer a função de agentes históricos de forma mais consciente e segura, plenos no entendimento de sua participação neste fenômeno.

Tal experiência me permitiu vivenciar a sensação de que conceitos como cidadania, tão importantes no momento atual, podem ser mais facilmente incorporados na prática diária da sociedade se for vivenciado através de experiências em sala de aula. Ver assim a escola como espaço efetivo de preparação e discussão para a vida em sociedade.

Inicialmente pude identificar uma certa resistência por parte dos discentes em aderir essa experiência pedagógica derivada da concepção ultrapassada de que tais conhecimentos não teriam utilidade prática e portanto aplicabilidade.

Neste ponto coube a mim enquanto professora me perceber como dona da minha prática e proposta e me permitir realizar alterações e adaptações dentro do meu planejamento mesmo que durante a execução das atividades.

Me possibilitar essa apropriação do espaço da sala de aula como momento de criação e criatividade tornou-se, a meu ver, umas das partes mais enriquecedoras que esta experiência me proporcionou.

Perceber-me como professora e pesquisadora e a sala de aula como espaço de produção e não apenas reprodução de conhecimento possibilitou-me rever minhas expectativas profissionais e encontrar no aluno um parceiro neste processo de troca e o prazer de exercer esta tarefa.

Aliado a isso, faz-se necessário compreender que cada sala de aula e cada turma é única e por isso fórmulas muito pré-determinadas e engessadas deixam de atender seus objetivos, pois descartam as especificidades de cada ser humano. Ponto fundamental esse para mim, perceber o aluno como uma individualidade tão dotada de interesses e curiosidades assim como eu. Não ignorar estas especificidades também contribuiu para o bom andamento desta pesquisa me possibilitando entender que mesmo nos momentos em que a princípio parecia não estar alcançando o objetivo em sua totalidade é possível alcançar algum progresso.

Como professora de História fui motivada pela impressão de haver uma dificuldade que na maioria dos alunos em relacionar a sua realidade com realidades temporais e espaciais mais afastadas, por isso o uso da história local me permitiu aproximar a história de cada aluno da história do município onde residem e/ou estudam e conseqüentemente inseri-la no contexto macro e nacional.

Dentro desta perspectiva de proximidade fez-se bastante evidente que as aulas que tratavam de conteúdos mais próximos, principalmente os apresentados nas aulas do 3º ano do ensino médio que abordavam temáticas mais atuais geravam maior participação e entusiasmo. Além disso, com a possibilidade gerada pelo adiamento de minha defesa, tive a chance de trabalhar com a mesma turma no 2º e 3º ano sucessivamente, tornou-se assim possível realizar a aplicação dos oito planos de aula em uma mesma turma. A continuidade do trabalho, bem como o fato de a turma já conhecer previamente a proposta gerou uma maior aceitação e resposta por parte dos alunos.

Sob esse aspecto foi muito interessante e gratificante presenciar o interesse dos alunos em conhecer a continuação das histórias que tinham sido abordadas ao longo do 2º ano. Vivenciar esta experiência foi definitiva para entender meu papel e responsabilidade enquanto educadora em sala de aula, despertar e alimentar a curiosidade que movimenta o desejo do saber e é este que me motivou a esta pesquisa e motivou meus alunos também a apresentarem e identificarem suas próprias preferências dentro do campo do conhecimento.

Ensinar precisa passar por mais do que o currículo pré-determinado e incluir o aluno dentro dessa discussão, inserir seus conhecimentos prévios e dúvidas nos possibilitam o enriquecimento do processo educacional. Como já foi colocado aqui, a história local não se apresenta como uma única possibilidade, mais uma dentre várias e em meu caso específico torna-se a que melhor se adapta aos meus interesses acadêmicos.

A possibilidade de ensinar história partindo da realidade do aluno possibilitando sua participação no processo de aprendizagem apresenta a este uma nova relação entre a escola, o município, a região e a sociedade através da construção da identidade e do reconhecimento do pertencimento.

Além disso, outro ponto que me pareceu muito importante dentro desta trabalho na prática foi a possibilidade de apresentar aos discentes parte da produção acadêmica, levar a academia e as possibilidades de estudo e pesquisa para a sala de

aula propicia uma desmistificação deste universo que ainda lhes parece tão distante, embora esteja a alguns anos de distância de suas vidas, mesmo que em muitos casos ainda sim lhes pareça muito distante de suas possibilidades.

Dentro deste aspecto tenho de considerar ainda o fato de ter sido possível apresentar a jovens a presença da Baixada Fluminense no ensino superior como objeto de estudo e não apenas sob a perspectiva da pobreza e violência, mas como objeto de importância histórica.

Tornou-se assim ainda mais importante para mim enquanto professora e como cidadã nascida e criada na região uma busca por uma ressignificação da ideia de morar e pertencer a Baixada Fluminense.

Ensinar História possibilita diferentes conexões entre tempo e espaço, assim história local, regional e do mundo, possibilita ao aluno, estabelecer inúmeras e novas conexões com o conhecimento. Conhecer a história da sua cidade possibilita ao discente relacionar a sua realidade local com a do seu país e do mundo onde vive.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo. História Local e Ensino de história: Interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo. In: GABRIEL, Carmen Teresa. MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. MONTEIRO, Ana Maria. **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Edição 1. Rio de Janeiro: MAUADX, 2016. p. 59-79

ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **Olhares sobre uma cidade refletida: Memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980)**. Duque de Caxias, RJ: ASAMIH, 2014

ALVES, Alexandre. OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Conexões com a história**. São Paulo: Moderna, 2016. 3ª edição.

ALVES, José Claudio Souza. **Dos Barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003

ARAUJO, Sílvia Isabel Brochado. “Só se ama o que se conhece...”: **Contributos da História local no Ensino da História**, 2017. 244f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2017.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. **Ensino de história local: Redescobrimos sentidos**. SAECULUM – Revista de História. João Pessoa, n.15, 2006

BARROS, Carlos Henrique Farias de. **Ensino de história, memória e História Local**. Revista de história da UEG. v.2, n.1, 2013

BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

BEZERRA, Nielson Rosa. **Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – Séc. XIX**. Duque de Caxias: Secretaria de Estado de Cultura – RJ/ INEPAC-RJ/ APPH-CLIO, 2011

_____. **As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888)**. Niterói: EdUFF, 2008

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História sociedade e cidadania**. 1ªed. São Paulo: FTD, 2013

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRAZ, Antônio Augusto. ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade.** Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2010

BRUM, Mário Sérgio Inácio. **Memórias, identidades e silêncios:** a História Local em sala de aula, trabalhada com diferentes gerações. *Revista de História & Ensino.* v.4, n.7, 2015. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/181>. Acessado em: 27 de nov. de 2016

CAMPOS, Flávio de. CLARO, Regina. **Oficina de História.** 1ª ed. São Paulo: Leya, 2013.

CARDOSO, Ernesto. **Nilópolis de ontem e de hoje.** Nilópolis: L. & J. Berkowitz, 1938.

CRIVELLO, Natalia Azevedo. **Os laranjais da cidade de Nova Iguaçu, representações fotográficas de uma transformação (1929-1940).** Tese (Mestrado em História Social) Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

DONNER, Sandra Cristina. **História Local: discutindo conceitos e pensando na prática.** O histórico das produções no Brasil. In: Encontro Estadual de História. 11, 2012, Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares>. Acessado em: 27 de nov. de 2016

ENNE, Ana Lucia. **Lugar, meu amigo, é minha Baixada: memória, identidade e representação social.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, UFRJ, 2002.

_____. **Imprensa e Baixada Fluminense:** múltiplas representações. *Ciberlegenda (UFF)*, n.n.14, 2004

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e identidade fluminense.** Rio de Janeiro, 2009. 268p. Tese (Doutorado em história) – Departamento de história, PUC-Rio.

FIGUERÊDO, Maria Aparecida de. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. **Revista Geo-paisagem.** (on line), Ano 3, v. 5, 2004.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & Ensino de História.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FORTE, Jose Mattoso Maia. **Memoria da fundação de Iguassu**. Rio de Janeiro Typografia do Jornal do Commercio. 1933

GABRIEL, Carmen Teresa. **Memória e ensino de História**. Programa Salto para o Futuro, 2006

GERMINARI, Geyso. BUCZENKO, Gerson. História local e identidade: Um estudo de caso na perspectiva da educação histórica. **História & Ensino**. Londrina, v.18, n.2, p.125-142, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12593>.

Acessado em 27 de nov. de 2016

GONÇALVES, Marcia de Almeida. **Entre o local e o nacional: uma reflexão sobre éticas de pertencimento e identidades sociais**. In: Seminário Perspectivas do Ensino de História. 4, 2001, Minas Gerais. Disponível em: http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm.

Acessado em: 27 de nov. de 2016

_____. **História Local: O reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância**. In: Encontro Perspectivas do Ensino de História. 5, 2004. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/FEH/article/view/5401/4310>. Acessado em: 27 de nov. de 2016

HOBBSAWM, Eric. Não basta a história de identidade. In: _____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. p. 09-24.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 133-161

MACHADO, Rubens da Mota. **Demografia e escravidão no Recôncavo da Guanabara nos séculos XVIII – XIX**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312338939_ARQUIV_O_Anpuh-2011-Revisado.pdf. Acessado em 20 de maio de 2018.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e cidadania: porque ensinar história hoje? In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel (Orgs). **Ensino de**

história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MONTEIRO, Ana. Maria. Ferreira da Costa. Ensino de História: entre História e Memória. In: Gilvan Ventura da Silva; Regina Helena Silva e Simões; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). **História e Educação: territórios em convergência.** 1ed.Vitória(ES): GM/ PPGHIS/UFES, 2007, v. 1, p. 59-80.

MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense: identidades e transformações. Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense.** A criação do município de Belford Roxo e a mitificação de seu primeiro prefeito. (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Trajetórias de duas famílias negras no pós abolição (Nova Iguaçu, século XX).** In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 6, 2013, Santa Catarina.

NOGUEIRA, Marcus Antônio Monteiro (org). **Baixada Fluminense: memória fotográfica.** Rio de Janeiro: INEPAC, 2008

OLIVEIRA, Claudio de. **Breve histórico da Baixada Fluminense Nilópolis.** Disponível em <http://www.ipahb.com.br/nilopo.php>. Acessado em 31 de maio de 2009

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. Da sala de aula para a rua ou da rua para a sala de aula? Os movimentos inesperados da vida na cidade e a relação com o saber escolar. **Revista História Hoje.** v.3, n.6, p.121-137, 2014

PRADO, Walter de Oliveira. **História Social da Baixada Fluminense das sesmarias a foros de cidade.** Rio de Janeiro Ecomuseu fluminense, 2000.

QUAIATTO, Denise Belitz. **Ensino de história local uma história didática de santa maria e região.** 2016. 84f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

RAPOSO, Fernanda Capri. Nilópolis Judaica: De cidade imaginada à tradição inventada. **Revista Periferia.** n. 1, v. 6, p. 27-38, 2014.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

Revista Pilares da História Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Duque de Caxias, Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/ Câmara Municipal de Duque de Caxias e Associação dos Amigos do Instituto Histórico

REZNIK, Luís. **História local e comunidade**: O exercício da memória e a construção de identidades. In: Mostra de Extensão da UERJ. 6, 2002, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm.

Acessado em: 27 de nov. de 2016

_____. **Qual o lugar da História Local?** In: Taller Internacional de História Regional y Local. V, 2002, Havana/ Cuba. Disponível em: http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm.

Acessado em: 27 de nov. de 2016

ROCHA, Renato. Nilópolis Rio de Janeiro. In Coleção de Monografias.

SANTOS, Flávio Batista dos. **O ensino de história local na formação da consciência histórica**: Um estudo com alunos do Ensino Fundamental na cidade de Ibaiti-PR. 2014. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, UEL, Londrina, 2014.

SERNE, Ana Lucia. **Lugar meu amigo e a minha Baixada**. 2000

SILVA, Luis Carlos Borges da. **A importância do estudo da história regional e local no ensino fundamental**. In: Encontro Estadual de História. 3, 2006, Bahia. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/luis_carlos.pdf. Acessado em: 27 de nov. de 2016

SOARES, Mariza de Carvalho. BEZERRA, Nielson Rosa. **Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara (Séculos XVII-XIX)**. Niterói: EdUFF, 2011

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade: história política da Cidade de Duque de Caxias**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Revista Antíteses**. Londrina, vol. 3, n. 6, p. 743-758, 2010. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/issue/view/439>.

Acessado em: 27 de nov. de 2016

TÔRRES, Genesis (Org.) **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004

_____. **Baixada Fluminense, o processo de ocupação pela fé**. Disponível em <httpwww.ipahb.com.br>. Acessado em 31 de maio de 2009.

TORRES, Rogério. FREIRE, Elyseu Adail de Alvarenga. **O coronel Elyseu e o seu tempo**. Duque de Caxias: Asamih / Ipahb, 2010

VELASCO, Diego Bruno. Conhecimento escolar, realidade do aluno e cidadania: articulações no currículo de história. In: GABRIEL, C.T.; MORAES, L.M.S (Orgs). **Currículo e conhecimento: diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas**. Petrópolis: Editora DP et Alii, p. 151-170, 2014.

ANEXOS

Antonio Augusto Braz
Tania Maria Amaro de Almeida

*De Merity a
Duque de Páeias:*

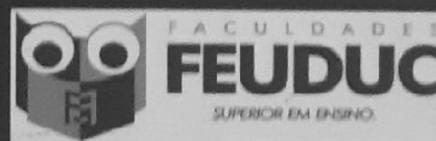
Encontro com a História da Cidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1621993/CA



Associação dos Amigos do Instituto Histórico

AH



CAPÍTULO I

ANTECEDENTES: A REGIÃO DE IGUASSÚ.

O território, que hoje corresponde à Baixada Fluminense³⁰ nos dias atuais, abrigava a partir do século XVI a porção do Recôncavo da Guanabara situada ao norte da Vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, conhecida como Iguassu³¹.

Baixada Fluminense, termo polissêmico que possui múltiplas definições. Seu recorte altera-se a partir do interesse dos pesquisadores, da escala de observação, da atuação das instituições de pesquisa ou dos objetivos dos órgãos públicos. A expressão pode assumir configurações geográficas, econômicas, políticas e culturais diferenciadas. Segundo o dicionário Aurélio, baixada significa "planície entre montanhas", já fluminense origina-se do latim *flumen*, que significa "rio"; esta denominação se aproxima da de "iguassu" que na língua tupi significa "muita água". Esta designação já era utilizada pelos nativos da região antes da chegada dos europeus e, provavelmente, pelo Rio Iguazu contar, em seu entorno, com muitas áreas alagadiças. Aproximando-se destas concepções, a Baixada Fluminense seria uma região de terras baixas, planas, cortadas por rios e, em boa parte, alagadiças, que estaria compreendida entre as cidades de Campos, no extremo norte do Estado do Rio de Janeiro, e Itaguaí. Esta interpretação está ligada às análises históricas que tratam da realidade regional até o século XIX, e aproxima-se de um conceito muito utilizado pelos geógrafos, o de Recôncavo Guanabarino: área de terras baixas entre a Serra do Mar e a Baía de Guanabara, estendendo-se de São Gonçalo a Nova Iguaçu.

Atualmente, a denominação Baixada Fluminense designa uma série de municípios que, de acordo com o objetivo das pesquisas, pode relacioná-la a uma área mais próxima ao entorno da Baía de Guanabara ou ainda, a uma extensão que abranja municípios mais distantes.

Originalmente essas terras eram cobertas pela Mata Atlântica e por uma vegetação de várzeas e mangue. Seu relevo

³⁰ Atuais municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita, Japeri e Queimados.

³¹ Do tupi "Igoa" (seio d'água) e "Assú" (grande) In SAMPAIO, Teodoro. **O Tupi na Geografia Nacional**. Ed. Brasiliense. São Paulo. 19. A "terra de muitas águas" dos tupinambás, numa referência a sua hidrografia da região que somada ao relevo criava um ambiente úmido e constantemente alagado.

formado por planícies mais amplas a leste ganha altitude na medida em que acompanha o curso dos rios em direção às suas nascentes a oeste e a noroeste. Inúmeras elevações, morros e colinas pontilham seu território, tornando-se mais compacto ao se aproximarem das encostas da Serra do Mar (norte-noroeste) e do maciço Medanhá-Gericinó (sul). Sua complexa rede hidrográfica é formada pelas bacias dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu e mais ao norte pelo Estrela-Inhomirim, nascendo nas altitudes que margeiam a região e corre em baixa declividade pela planície, o que dificulta seu escoamento, formando e alimentando inúmeros brejos e pântanos. Nessa região, viviam, quando da chegada dos portugueses, o grupo nativo conhecido como tupinambá e, antes dele, as populações nativas sambaqueiras.

Os 468 quilômetros quadrados que formam o atual município de Duque de Caxias situam-se na banda oriental desse complexo, no curso baixo dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu e Saracuruna; em terras, majoritariamente, muito baixas propensas a inundações periódicas.

Os colonizadores portugueses estimulados a ocupar rapidamente a região, devido à concorrência francesa instalada entre 1555 e 1567 - por conta da luta pela posse da baía da Guanabara, o que resultou na fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1565) -, implantaram um sistema de ocupação baseado na concessão de extensos lotes de terra que seriam destinados ao cultivo, as sesmarias.

Após a expulsão dos franceses no século XVI, as áreas do Recôncavo da Guanabara desenvolveram-se através da doação dessas sesmarias àqueles que deveriam ocupar esta parte da colônia para iniciar o processo de produção que atendesse às demandas da metrópole.

Através dos rios que cortavam a região do Recôncavo da Guanabara - Meriti, Sarapuí, Iguaçu, Inhomirim, Magé, Suruí, entre outros -, a ocupação portuguesa foi se implementando e dezenas de engenhos de açúcar, capelas e povoados foram surgindo.

Do século XVI até 1828, quando esse regime de doação de terras foi abolido, pelo menos 269 sesmarias foram concedidas em Iguassu³², sendo a primeira delas, já em 1565, doada a Cristóvão Monteiro, posteriormente primeiro ouvidor mor do Rio de Janeiro e sesmeiro das terras que formariam a Fazenda de Santa Cruz, e uma segunda doada a Braz Cubas com "nada menos do que 3.000 braças de testado pela costa do mar e 9.000 de fundos pelo rio Meriti,

³² SILVEIRA, Jorge Luís Rocha. **Transformação na Estrutura Fundiária do Município de Nova Iguaçu Durante a Crise do Escravismo Fluminense (1850-1890)**. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói. 1998.

correndo pela piassaba da aldeia de Jacutinga"³³. Os interesses portugueses afirmaram-se e os vales iguassuanos passam a ser ocupados por cultivos e engenhos onde se ergueram portos e capelas, dando à região o padrão de ocupação que predominaria até o final do século XIX. O rio Iguassu, o mais extenso e caudaloso da região seria o eixo norteador dessa ocupação³⁴.

Um dos exemplos desse modelo produtor era a Fazenda Iguassu³⁵, fundada na sesmaria do Iguassu, doada a Cristóvão Monteiro. A Marquesa Ferreira, viúva de Cristóvão Monteiro, doou parte das terras ao mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro que, aos poucos, possuiria as terras que formariam a Fazenda de São Bento. Ao longo dos séculos XVI e XVII, sob propriedade da Ordem Beneditina, a fazenda produziria açúcar, melão e aguardente. Ao longo do século XVIII, então denominada São Bento, especializar-se-ia na produção de farinha, aguardente, feijão e na extração de madeira que abasteceria o cada vez mais significativo mercado consumidor da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A região e abeleceu-se, então, como uma área de produção agrícola voltada para o abastecimento da urbe carioca e da Capitania, mas sem abandonar uma bem assentada produção de açúcar voltada para a exportação que, no entanto, não alcançou a mesma relevância de outras áreas produtivas da Colônia³⁶, assim como uma importante produção de farinha voltada para o mercado interno, mas também para abastecer o comércio interatlântico de cativos africanos³⁷.

Do ponto de vista administrativo, Iguassu tinha sua área delimitada em circunscrições eclesiásticas conhecidas como freguesias³⁸. Entre os séculos XVII e XVIII, foram criadas na região seis freguesias, sendo que quatro delas (Pilar, Meriti, Jacutinga e a parte ocidental de Estrela) corresponderiam, de uma forma um tanto imprecisa, as fronteiras do atual município de Duque de Caxias. No século XIX, esse conjunto de freguesias deu origem a duas grandes

³³ MAIA FORTE. José Mattoso. **Memória da Fundação de Iguassu**. Typografia do Jornal do Comércio, 1993. p. 08.

³⁴ Idem. p. 09.

³⁵ Atualmente, conhecida como Fazenda São Bento, localizada no bairro com o mesmo nome no município de Duque de Caxias.

³⁶ SOUZA: 2002. p. 36 a 38.

³⁷ BEZERRA, Nielson Rosa. *As Chaves da Liberdade*. Niterói: Eduff, 2008.

³⁸ As freguesias centralizavam as obrigações religiosas dos habitantes das áreas que as compreendiam, como batizados, nascimentos, casamentos, óbitos, testamentos e recebiam as visitas pastorais que conferiam a presteza dessas ações que deviam estar registradas em seus livros de assento. A sede de uma freguesia era a Igreja Matriz, a partir da qual podiam se relacionar outras chamadas filiais e no entorno dessas a vida social e os relacionamentos pessoais através das quermesses, cultos e da ação das irmandades religiosas que apoiavam a ação cotidiana das igrejas e das capelas. Essa divisão eclesiástica foi apropriada pelo Estado português ao longo do período colonial e pelo Império brasileiro no século XIX servindo a administração civil até o advento da República.

Vilas, a de Iguassu e a de Estrela, atestando a pujança econômica que a região alcançou nesse período.

Freguesias

Freguesia (Matriz / Paróquia)	Capelas Filiais
<p><u>Nossa Senhora do Pilar do Aguassu</u> Freguesia: 1637 1ª Capela - N. Senhora das Neves - 1612 2ª Capela - N. Senhora do Pilar - 1696 Prédio atual: 1717 (em obras).</p>	<p>N. Senhora do Rosário (Saracuruna) - 1730 Santa Rita de Cássia - Xerém - 1765/1766</p>
<p><u>Santo Antônio de Jacutinga</u> Freguesia: 1755 1ª Capela - Jambuú 1657 2ª Capela - Calhamaço (lugar não identificado por Monsenhor Pizarro), próximo do rio Santo Antônio. 3ª Construção de um novo prédio no mesmo lugar 4ª Transferência para Maxambomba. Igreja acabada de pedra e cal em 1785.</p>	<p>N. Senhora dos Rosários dos Homens Pretos - 1600 (S. Bento) N. Senhora da Conceição do Pantanal - 1753 (atual Pantanal) N. Senhora da Conceição do Engenho da Cachoeira - 1731 (Fazenda Maxambomba) N. Senhora Madre de Deus - 1767 (Fazenda de Francisco Duarte Figueira) N. Senhora da Conceição do Sarapuú (Sarapuú)</p>
<p><u>São João Batista de Trairaponga</u> Freguesia: 1647 1645 (Margens do rio Meriti, onde hoje está localizado a Igreja Santa Terezinha do Parque Lafaiete) 1660 - Nova construção; 1708 - Transferência do nome de Trairaponga para Meriti; Transferência de Orago para o Arraial da Pavuna. * Restauração da Igreja com um novo Orago, o de Santa Terezinha do Menino Jesus.</p>	<p>N. Senhora do Bom Sucesso (Engenho da Covanca) N. Senhora da Conceição do Sarapuú N. Senhora da Conceição (Engenho do Porto) S. Matheus - 1637 (Atual Nilópolis) N. Senhora da Ajuda (Anterior a 1790)</p>
<p><u>Nossa Senhora da Piedade do Igoassú</u> Freguesia: 1719 1ª Capela - 1699; 2ª Capela - 1710; 3ª Capela - de pedra e cal - 1759/1760.</p>	<p>Santo Antônio - 1742</p>
<p><u>Nossa Senhora da Conceição de Marapicu</u> Freguesia: 1759 1ª Capela arruinou-se (s/d); 2ª Capela - 1737; Tornou-se matriz em 1759.</p>	<p>N. Senhora de Guadalupe - 1750</p>

De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade

<p><u>Nossa Senhora da Piedade de Anhum-mirim</u> Freguesia: 1759 1677 – Capela distante 2/4 de léguas do Porto Estrela; 1696 – Elevada a paróquia 1770 – Nova Construção da Fazenda Figueira.</p>	<p>N. Senhora da Estrela – 1650 N. Senhora do Rosário (Taquara) - 1742 N. Senhora da Conceição – 1760 N. Senhora do Amor de Deus – 1749 N. Senhora da Lapa – 1763 Santana (Sítio de Cebola) – 1769 Senhor do Bom Jesus de Matozinhos (Sítio do Sardoal) – 1773</p>
--	--

Freguesia (Matriz / Paróquia)	Capelas Filiais
<p><u>Nossa Senhora da Piedade de Magepe</u> Freguesia: 1696 1ª Capela – Nossa Senhora da Piedade Velha - 1657</p>	<p>Santa Ana – Iriri – 1737 N. Senhora de Nazaré – Iriri – 1765/1766 Santo Aleixo – Santo Aleixo – 1743</p>
<p><u>Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba</u> Freguesia: 1647 1ª Capela – Devoção a Santa Margarida (anterior a 1677) Paróquia e Freguesia Margarida de Pacobaiba – 1677 2ª Capela – N. Senhora da Guia de Pacobaíba – 1717</p>	<p>N. Senhora dos Remédios – 1740 São Francisco de Croará – 1745 São Lourenço – 1760 Todas elas localizadas na atual Praia de Mauá e São Francisco. Foram construídas em áreas elevadas de frente para o mar.</p>
<p><u>São Nicolau do Sururuí</u> Freguesia: 1647 1ª Capela – N. Senhora de Copacabana - (anterior a 1683). 2ª Capela – São Nicolau de Sururuí – 1628.</p>	<p>N. Senhora da Conceição da Santa Virgem - 1718; São Francisco – 1616. Não foi possível encontrar vestígios da presença das capelas acima até o tempo presente.</p>

Freguesia	Localização	Limites
<p><u>Nossa Senhora do Pilar</u> 1637</p>	<p>Margens do Rio Pilar</p>	<p>Norte – N. S. da Conceição do Alfares Leste – N. S. da Piedade de Inhum-mirim Sul e Oeste – N. S. da Piedade de Iguaçú</p>
<p>São João Batista de Trairaponga, depois recebeu a denominação de <u>São João de Meriti</u> 1647/1708</p>	<p>Margens do Foz do Rio Meriti (Engenhos da Covanca, Pavuna, S. Matheus, Palmeiras e Gericinó)</p>	<p>Norte – S. Antônio de Jacutinga Leste – Baía da Guanabara Sul – Irajá, Campo Grande (RJ)</p>

<p><u>Santo Antônio de Jacutinga</u> 1755</p>	<p>Margens do Rio Santo Antônio, Sarapuí e Meriti</p>	<p>Norte – Cava, rumo a fazenda S. Bento até o Porto dos Saveiros e com a Freguesia do Pilar Leste – Baía da Guanabara e Freguesia de Meriti Oeste – Marapicu</p>
<p><u>Nossa Senhora da Piedade de Igoassú</u> 1719</p>	<p>Margens do Rio Igoassú</p>	<p>Leste – Pilar Sul e Oeste – S. Antônio de Jacutinga, Serra do Tingua, Serra do Mar</p>
<p><u>Nossa Senhora da Piedade de Anhum-mirim</u> 1677</p>	<p>Margens do Rio Estrela</p>	<p>Norte – Freguesia de Paraíba Velha Leste – Freguesia de Suruí Sul – Freguesia de Guia de Pocabaíba Oeste – Freguesia do Pilar</p>
<p><u>Nossa Senhora da Conceição de Marapicu</u> 1759</p>	<p>Margens do Rio S. Antônio</p>	<p>Freguesia de S. Antônio de Jacutinga, Rio Guandu Leste – Até além do Rio D'ouro</p>

Fonte: ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Volumes 1,2,3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

A partir do século XVIII, a crescente produção aurífera das Minas Gerais redefiniu a lógica administrativa portuguesa, implicando na mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1763). O porto carioca tornou-se fundamental para o escoamento do precioso metal com segurança para a metrópole, permitindo, através da proximidade da cidade com o altiplano mineiro, um melhor controle e fiscalização; além disso, o abastecimento dessa região, cada vez mais povoada, tornou estratégica essa aproximação.

Rotas terrestres e fluviais foram revitalizadas e novos caminhos foram abertos, pois até o século XVII, apenas o distante e penoso Caminho dos Guaianás cumpria essa função, partindo de Paraty. Guilherme Peres comenta a respeito dessa rota:

"jornada longa e penosa, exigindo embarque e desembarque dentro da Baía de Sepetiba, apresentando perigos decorrentes do estado do mar e da presença de baleias e piratas entre Angra e Parati. [...] Artur de Sá levou 99 dias, sendo 43 de marcha para chegar às Minas.

Em carta ao rei expõe os planos para abertura de uma nova estrada, mencionando-lhe o projeto do bandeirante paulista Garcia Rodrigues Pais, que reduziria a 15 dias o tempo que se gastava em 3 meses de viagem, sendo o mesmo aprovado por sua majestade".³⁹

Para superar essas dificuldades, foi aberto, em 1700, e entregue ao tráfego em 1704, o caminho que partindo da freguesia do Pilar ficaria conhecido pelo nome de seu desbravador, o Caminho de Garcia Pais. Brasil Gerson descreve as peculiaridades desse trajeto:

"O seu Caminho Novo, partindo de Borda do Campo, passava pela Garganta de João Aires, na Mantiqueira, e pelas terras de João Gomes (hoje Palmira), pelas de Matias Barbosa (bêrço de Juiz de Fora), por Serraria, Entre Rios e Paraíba do Sul, Barra do Piraí, Macacos (lugar de outra de suas sesmarias) e descendo pela Serra da Estrêla, um tanto para o lado da do Tinguá, atingia a planície nas proximidades do sítio que depois seria Posse, onde haveria o engenho do Capitão-Mor Francisco Gomes Ribeiro, o Môço, com sua capela de N. S. de Cássia (perto da atual Fábrica Nacional de Motores) – e para fazer ponto final no porto fluvial de Pilar, que era de onde o viandante podia prosseguir para o Rio, ou por mar, em pequenos veleiros ou barcos a remo, ou por terra, tomando o atalho que levava a capela de N. S. da Piedade do Iguazu (pero da fazenda dos monges beneditinos), e da de Iguazu à de S. Antonio de Jacutinga (á margem do quilometro 13 da atual Rodovia Dutra), e de Jacutinga à de S. João Batista de Meriti e à de N. S. de Apresentação de Irajá."⁴⁰

Logo outros "caminhos novos" seriam abertos, retalhando a região. Em 1721, Bernardo Soares de Proença abriu nova rota, alcançando a serra do Mar, a partir do porto de Estrela, sendo este novo caminho calçado em 1809.

"[...] com sua gente e seus escravos, meteu mãos à obra no pôrto de Estrêla, passando pela

³⁹ PERES, Guilherme. **Baixada Fluminense: os caminhos do ouro – ensaio**. Duque de Caxias/RJ: Gráfica Register, 1993.

⁴⁰ GERSON, Brasil. **O ouro, o café e o Rio**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1970.

capela da Conceição na Fazenda do Reboredo (hoje Piabetá), e por um sítio onde seria o de Albino Fragoso (hoje lugar da entrada da fábrica de Pau Grande) e na Raiz da Serra enfrentou a montanha ao lado do Rio Caioaba, por traz da hoje, Vila Inhomirim (onde no início do século XIX seria a fazenda de mandioca, do excêntrico Langsdorff), e atingiu o Alto no Morro de Santo Antônio, e daí acompanhou o Córrego Sêco, e o Itamarati, e passou ao pé da rocha Maria Comprida, e seguiu pelo Piabanha, até onde seria Pedro do Rio, na fazenda do sesmeiro Domingos Rodrigues da Rocha, até encontrar-se no Paraíba com o traçado do filho do Caçador de Esmeraldas".⁴¹

Em 1728, uma nova rota, partindo de Iguassu, constituiu o chamado "Caminho Novo do Tinguá" ou "Caminho de Terra Firme". Todos esses caminhos, depois de subir a serra do Mar, se encontravam em Santo Antônio da Encruzilhada, pouco antes de atingir a margem direita do rio Paraíba. Daí em diante, juntavam-se em um só caminho.

Sobre os caminhos que, partindo do Rio de Janeiro, atingiam as "Gerais", assim escreveu o pesquisador Guilherme Peres em seu "Os Caminhos do Ouro":

"Durante o século XVIII, três eram os caminhos oficialmente reconhecidos entre o Rio de Janeiro, através da Baixada Fluminense e a região das Gerais.

Descritos em ordem cronológica de abertura tínhamos:

"Caminho Novo do Pilar" ou do "Guaguassú" ou ainda de Garcia Rodrigues Pais, aberto entre 1699 e 1704.

"Caminho Novo do Inhomirim" ou "Caminho de Bernardo Soares de Proença" ou "Caminho do Proença", aberto em 1724.

"Caminho do Mestre de Campo Estevão Pinto" ou "Caminho Novo do Tinguá", aberto em 1728.

Queremos assinalar que o adjetivo "novo" era aplicado à outro caminho que viesse surgir,

⁴¹ Idem.

encontrando-se dessa forma vários "caminhos novos" naquela época."⁴²

Revitalizadas pela nova função intermediária que passaram a exercer, articulando os acessos terrestres e fluviais entre a capital e o interior, as freguesias de Iguassu, Estrela e Pilar alcançaram e solidificaram, no século XIX, uma nova posição econômica e política que resultou na transformação das duas primeiras povoações em Vilas (1833 e 1846, respectivamente) e na ascendência econômica da Freguesia do Pilar⁴³.

A entrada do café no âmbito da circulação na região em larga escala, a partir de meados do século XIX, deu novo fôlego a essa função intermediária. A produção aurífera decaiu e as faluas, barcas e canoas passaram a escoar, cada vez mais intensamente, a crescente produção cafeeira do Vale do Paraíba. Da freguesia de Iguassu, seguiu em direção ao Vale, uma nova e pavimentada via de acesso, a Estrada do Comércio, inaugurada em 1822 e, de Estrela, partiu a Estrada Normal de Estrela, consolidada em 1844.

A sociedade iguassuana refletia o impacto dessas transformações. Sua elite proprietária modificou, de certa forma, os próprios interesses econômicos, reduzindo os investimentos na produção local, direcionando-os para os negócios de transporte e armazenamento, na medida em que "nos portos e freguesias da Baixada as fortunas faziam-se com o simples transacionar com o café"⁴⁴.

A população mais simples dinamizou a vida nas sedes das vilas e freguesias. Tropeiros, viajantes, mercadores e comissários do café, em trânsito, somavam-se a uma pequena população estável, formada por negociantes, taberneiros e ferreiros, entre outros. Era grande também a tensão entre o mundo dos senhores e dos cativos, o que produziu revoltas, fugas e a formação de quilombos como formas de resistência⁴⁵.

Enquanto os iguassuanos livres e cativos moviam seus interesses e relações por entre as engrenagens construídas ao longo

⁴² PERES, Guilherme - 1996.

⁴³ Os registros dos viajantes que por lá circulavam atestam seu dinamismo, que sobrevivendo à crise de produção de metal se estenderia até fins do século XIX. VER: ADOLFHE, MILIET. **Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brasil**. 1863. p 102.

⁴⁴ ALVES, José Cláudio de S. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias. APPH-CLIO, 2003, p. 40.

⁴⁵ BEZERRA, Nielson Rosa. **As Confluências da Escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguazu e Estrela (1833-1888)**. Dissertação de Mestrado. Vassouras/RJ: USS, 2004. e GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombos: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - Século XIX**. Dissertação de Mestrado. Campinas/SP: UNICAMP, 1992.

do século XIX, em meados do século, as atenções e investimentos, destinados a cada vez mais poderosa e próspera economia cafeeira no Vale do Paraíba, trouxe uma mudança de enorme impacto para Iguassu. Implantado no final do século XVIII, no Pará, o café atingiu o Rio de Janeiro no início do século XIX, alcançando o Recôncavo nas suas primeiras décadas, não logrando muito êxito em seu cultivo. No entanto, ao penetrar nas terras do Vale do Paraíba atingiu proporções nacionais, tanto que, em 1858/1860, já representava 48,8% do total de nossas exportações, apresentando saldos cada vez mais expressivos na balança comercial brasileira.

Essa espetacular produção exigiu investimentos maciços na constituição de uma rede de circulação que livrasse o crescente tráfico de mercadorias e do café dos problemas ligados ao transporte fluvial como a dependência das marés, do baixo nível das águas na seca e do constante entulhamento dos rios e canais. O híbrido sistema que articulava os caminhos terrestres às vias fluviais mostrava-se saturado, custoso, incapaz de atender as progressivas exigências da circulação entre a região cafeeira e o porto do Rio de Janeiro.

Como resposta a essa questão, surgiu já, em 1840, a idéia de ligar o porto de Sarapuí ao porto de Iguassu através de uma estrada de ferro, mas foi só em 1854, que um empreendimento privado de grande porte conduzido por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, concretizou "essa opção ferroviária", inaugurando a primeira estrada de ferro do Brasil, ligando o porto da Guia de Pacobaíba, logo batizado de Mauá, à Fazenda Frágoso e logo depois à Raiz da Serra, prolongando-se até Petrópolis e Areal, servindo toda a região de Piabanha, no Médio Paraíba. Entre 1854 e 1869, o fluxo de passageiros na estação de Mauá saltaria de 19.175 para 42.901, o que assinalou o incontestável sucesso do empreendimento⁴⁶.

Alguns quilômetros daí, a oeste, no curso baixo do rio Estrela-Inhomirim, o porto Estrela, até então o mais importante entreposto da região, dava início a uma inevitável decadência. O vitorioso modelo adotado pelo Barão de Mauá motivou o governo imperial à construção, em 1858, da Estrada de Ferro D. Pedro II, que partindo do Rio de Janeiro, atravessaria o território iguassuano, onde seria constituída a estação de Maxambomba, até Queimados, sede da freguesia de Nossa Senhora de Marapicu, prolongando-se, no fim do mesmo ano, até Belém (atual Japeri) e alcançando o Vale do Paraíba, em 1864.

Esse novo eixo de transporte contribuiu para o início de um processo que, progressivamente, iria desfazer os "profundos laços"

⁴⁶ FRÓES, Vânia. **O Município de Estrela - 1846-1892**. Dissertação de Mestrado. Niterói/RJ: UFF, 1974. p. 31.

que durante três séculos haviam unido o Recôncavo à capital. Até então, pelas vias fluviais e pelos caminhos terrestres, haviam convergido, de Iguassu para o Rio de Janeiro, uma grande variedade de produtos agrícolas destinados ao abastecimento da sua crescente população. Gêneros produzidos na própria região ou para além dela, como os vindos de Minas Gerais, que desde o final do século XVIII, com o fim da produção aurífera, havia direcionado sua economia para o abastecimento interno. Nesse momento, com o advento das estradas de ferro ligando o litoral da baía (porto de Mauá) e, depois, a própria capital, a Serra do Mar (Estrada de Ferro D. Pedro II) e ao planalto, os portos fluviais que, até então, ocupavam a privilegiada posição intermediadora do fluxo de pessoas e riquezas, perderam velozmente sua importância, sendo levados a um profundo ostracismo.

Na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Iguassu, os efeitos dessa mudança logo foram sentidos. Sua sede, devido ao progressivo abandono de seu porto, foi transferida, em 1891, para o arraial de Maxambomba. A freguesia do Pilar e a Vila de Estrela sofreram as mesmas conseqüências. A produção agrícola ressentia-se da concorrência no que diz respeito ao cultivo da cana de açúcar. A inadequação das terras para o plantio do café e o cansaço das matas, pois exauridas que estavam pelas práticas agrícolas inadequadas e pelo intenso uso, aprofundavam a decadência do Recôncavo. Em 1886, foi inaugurada a "The Rio de Janeiro Northern Railway", conhecida mais tarde como Estrada de Ferro Leopoldina, que ligou a cidade do Rio de Janeiro ao povoado de Merity, atual centro do município de Duque de Caxias.

As obras de construção dessas ferrovias agravaram a situação de drenagem da região, que já estava comprometida com o desinteresse pela conservação e limpeza dos rios e canais cada vez menos usados. Os aterros necessários para o assentamento dos trilhos represavam o curso natural das vias fluviais que atravessavam. A soma desses fatores com a intensa ação de desmatamento, produzida pela atividade extrativa da lenha, contribuiu para o assoreamento e obstrução dos rios, fazendo reaparecer ou dilatar os brejos, multiplicando os pântanos e charcos insalubres, promovendo um vertiginoso aumento da cólera, da malária e do impaludismo, o que levou ao rápido despovoamento da região.

"A Baixada da Guanabara passou a ser somente uma zona de passagem rápida, pois o impaludismo dizimava aqueles que ousavam permanecer na região. As populações fugiam dessa zona amaldiçoada e nada havia que pudesse retê-las ou atraí-las. Nas vilas, as casas eram demolidas para

a venda de materiais, enquanto outras, abandonadas, iam aos poucos sendo despojadas por gente da própria zona rural. O mato crescia nas ruas e nos cemitérios, as igrejas tornavam-se ruínas. Porto das Caixas, Estrela, Iguazu, aglomerações que viviam exclusivamente de sua função de intermediárias, entraram numa rápida e profunda decadência⁴⁷."

O flagelo das epidemias não era novidade na região. Um exemplo foi a grave crise ocorrida entre 1854 e 1856, quando uma grande mortandade atingiu várias localidades, trazida pelo vibrião da cólera (*Cholera Morbus*), que chegou a Iguassu através de um escravo empregado na cabotagem e serviço de navegação entre os rios locais e a freguesia da Ilha do Governador⁴⁸. A população escrava da região e dos arredores foi duramente atingida pela epidemia, assim como os escravos destinados as áreas cafeeiras de Vassouras e Valença, que foram expostos ao contágio quando cruzavam as estradas e vias fluviais.

A situação de esgotamento do modelo escravista também foi um fator que contribuiu para o aprofundamento da crise que se abateu sobre a região nas últimas décadas do século XIX. De 1840 a 1872, o número de trabalhadores escravos em Iguassu diminuiu cerca de 50%⁴⁹. Alguns fatores explicam essa forte redução, como o aumento súbito dos preços dos cativos, motivado pela proibição formal do tráfico negreiro em 1850, e principalmente, devido ao redirecionamento dessa mão-de-obra para as lucrativas áreas cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense. Os plantadores locais que investiam em pequenas e médias lavouras de produtos alimentícios ou a decadente produção açucareira encontravam enormes dificuldades em manter regularmente seus plantéis.

Nos últimos anos do século XIX, o quadro de dinamismo econômico que a região havia conquistado na primeira metade do século havia se dissolvido. A sua posição intermediária entre o litoral e o interior foi superada pelo novo eixo de transporte ferroviário. Os interesses de sua elite proprietária deslocaram-se para o lucrativo negócio do café, tanto no que diz respeito à produção com a aquisição de propriedades no Vale do Paraíba, quanto no investimento em financiamento e no transporte. Isso, no entanto, não significou o imediato desaparecimento de seus interesses na

⁴⁷ SOARES, Maria Terezinha de Segadas. **Nova Iguazu: Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro**. Revista Geográfica Brasileira. Rio de Janeiro, nº 2 - ano XVII. IBGE, abr/jun. 1995. p. 167.

⁴⁸ GOMES. 1992. p. 55.

⁴⁹ Idem. p. 56 e 57.

região, visto que através das práticas de arrendamento de terras para a produção de alimentos e criação de gado, essa elite conservava boa parte de suas propriedades, o que lhes garantia acesso ao crédito bancário e a manutenção do status político necessário através das práticas clientelistas e do domínio da política local.

Nesse sentido, é necessário afirmar que essa crise atingiu, na verdade, os setores intermediários e inferiores da sociedade iguassuana, já que sua elite proprietária adaptou-se às novas circunstâncias resistindo, enquanto pôde, ao fim da economia agrária que a sustentava. Mais tarde, em fins do século XIX e início do XX, os proprietários iguassuanos lançaram mão de uma outra forma de capitalização, antevendo o total esgotamento das práticas agrícolas em vários pontos da região, a venda de terras em forma de lotes menores sem trabalho incorporado.

"Em Iguassu, a aceleração gradual do processo de empobrecimento da região, a partir da metade do século passado beneficiou inicialmente os grandes senhores de terras que viviam a oferta destes bens imóveis crescer. Após a instalação da nova ordem política republicana, alguns grandes proprietários de terras começariam a dispor de suas propriedade como forma de obter capitais. O que não significou o declínio das elites locais, mas a substituição de seus grupos de composição. (...) Entre os anos de 1900 e 1920, os proprietários das grandes unidades agrícolas aprofundaram o processo que privilegiava o oferecimento de 'terrenos' como imóveis passaram a serem referenciados nos documentos cartorários, numa clara referência a áreas de dimensões menores, sem trabalho incorporado."⁵⁰

A fragmentação de grandes propriedades foi profunda nas áreas mais fortemente atingidas pelo declínio da produção agrícola. Principalmente, nas regiões que vinham sendo inviabilizadas pelo esgotamento do solo e pela crise ecológica gerada pelo assoreamento e abandono dos cursos fluviais. A oeste da Vila de Iguassu, na área de Maxambomba, a partir da década de 80 do século XIX, o fracionamento de grandes fazendas em chácaras e sítios, atendeu a um outro projeto, o da implementação de

⁵⁰ SILVEIRA: 1998. p. 146 e 147.

cultivo e beneficiamento da laranja. A citricultura⁵¹ alcançou enormes resultados abrangendo extensas áreas que correspondem, hoje, a boa parte dos municípios de Nova Iguaçu e Belford Roxo, transformando a região em grande exportadora nas décadas de 20 e 30 do século XX. Esse direcionamento da terra para a prática agrícola, que em 1945⁵² entrou em colapso, conteve ali a onda loteadora que já retalhava o restante da região desde o início do século XX.

Do ponto de vista político-administrativo, muitas transformações ocorreram a partir do final do século XIX. Em 1891, como vimos, a sede de Vila de Iguassu deslocou-se para o povoado de Maxambomba. Ainda em 1891, a reordenação jurídica republicana transformou as vilas em municípios e as freguesias em distritos. Nesse mesmo ano, a Vila de Estrela perdeu sua autonomia administrativa tendo seu território dividido entre Magé e Iguassu, que por sua vez passou a ser composto pelos distritos de Santo Antônio de Jacutinga, Marapicu (atual Queimados), Piedade de Iguassu, Merity (atuais São João de Meriti e Duque de Caxias), Santana das Palmeiras (Tinguá) e Pilar, este último formado pelos atuais distritos de Xerém e Imbariê, desanexados da extinta Vila de Estrela. Em 1916, agora denominado Nova Iguaçu, o município encontrava-se dividido nos distritos de Nova Iguaçu (1º), Marapicu (2º), Cava (3º), Arraial de Pavuna e São João de Meriti (4º), Santa Branca (5º), Xerém (6º) e São Mateus (7º). Em 1921, o distrito de São Mateus recebeu a denominação de Nilópolis. E, em 1931, foi criado o oitavo distrito, denominado Caxias, tendo como sede o povoado de Merity, formado por terras desanexadas do distrito de Xerém, como Pilar, e pelo povoado de São João de Meriti.

Essas mudanças político-administrativas representaram o assento político de uma reconfiguração econômica e social. O universo social, econômico e político iguassuano que vigorou sob formas e funções rurais durante três séculos, pulverizou-se sob o

⁵¹ As atividades relacionadas a citricultura foram iniciadas em São Gonçalo e introduzidas no município de Nova Iguaçu ainda nas últimas décadas do século XIX. O impulso decisivo para a transformação do cultivo e da venda a laranja foi dado pelo governo Nilo Peçanha, que reduziu drasticamente as taxas aduaneiras e regularmente as condições de transporte e acomodação dos frutos nas viagens internacionais. Além disso, assinou um tratado de reciprocidade de isenção de taxas no comércio de frutas entre o Brasil e a Argentina (1909). Essas medidas abriram o mercado internacional, a laranja nacional estimulando enormemente sua produção.

⁵² Com o advento da II Guerra Mundial, o mercado consumidor europeu fechou-se às exportações brasileiras de laranja acumulando sua produção nos armazéns e mesmo nas próprias lavouras. Essa situação estimulou o aparecimento da praga conhecida como "mosca do Mediterrâneo". Ao final do conflito mundial a produção encontrava-se desarticulada e a situação dos pomares calamitosa. A citricultura iguassuana jamais se recuperaria do golpe reduzindo a produção e a área cultivada progressivamente a partir dessa crise.

impacto das transformações ocorridas nas últimas décadas do século XIX. Com exceção das terras no entorno da estação de Maxambomba, que prosperavam com o efêmero negócio da laranja a partir dos anos 30, toda a região mergulhou numa letargia econômica e social que atravessou, pelo menos, as primeiras décadas do século XX.

Bem ao leste, o ainda quarto distrito de Nova Iguaçu, Merity (que será renomeado Caxias em 1931, tornando-se o oitavo), situado em terras baixas e atormentadas pelas "febres", sofreu particularmente, o peso dessa decadência que reduziu sua população, em 1910, para menos de 800 habitantes. No entanto, nas décadas seguintes, uma conjunção de três grandes fatores modificou esse quadro de abandono.

O deslocamento populacional de uma massa de migrantes em direção às cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX, a expansão da malha ferroviária na região que permitiu o acesso e o assento dessa população na região e a parcial recuperação ambiental do solo promovida pelas sucessivas obras de saneamento realizadas na Baixada Fluminense, proporcionaram uma intensa recuperação demográfica da região, fazendo emergir do vazio populacional as bases do que viria se constituir, nas décadas seguintes, numa extensa e complexa periferia urbana moderna.

BAIXADA FLUMINENSE

A construção de uma história

Sociedade * Economia * Política

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1621993/CA

Organizador
Gênesis Tôrres

IPAHB
editora

Esperança, espertamente, declara no inventário que *tinha uma ilhota no mar, de meias com o genro, cristão velho, o capitão-engenheiro Manuel de Melo de Castro (que herdou sua parte do sogro Diogo de Montarroio)*. No processo de Mateus Fogaça, a ilhota foi chamada de ilha dos Montarroio. Os sobrinhos netos de Esperança a tratam de ilha dos Sete Engenhos, como foi conhecida.³²

Fazenda Jacutinga, perto de São João de Meriti, tem como proprietária Esperança plantadora de mandioca, bananas e tinha pasto para muito gado. É a única mulher presa no Rio que tem atividade própria, distinta dos cuidados rurais. No inventário, ela relaciona grande quantidade de cidra e material para o fabrico e venda de doces.³³

Engenho de Magé, construído em 1567, pertencente a Cristóvão de Barros, situado nas terras de Magé. A região desde o Rio Surui até São Gonçalo era dominada por cristãos-novos desde o início da ocupação.

16. A economia açucareira no século XVIII

Matoso Maia Forte em sua obra *Memória da Fundação de Iguassú*, em edição comemorativa do primeiro centenário da fundação da Vila em 15 de novembro de 1833, ao descrever a vida econômica das Freguesias de Meriti, Jacutinga, Marapicú, Pilar, Piedade de Iguassú e a localidade de São Nicolau de Suruhi, usou o relatório do Marquês do Lavradio de 1769/1779, para descrever a vida econômica da região. Apresentou os dados abaixo descritos, onde procuramos organizá-los de forma que ficasse mais compreensivo para o leitor.

Quadro de distribuição dos engenhos no século XVIII (1769-1779)- Relatório do Marquês do Lavradio

Localidade	Nome do Engenho	Nome do Proprietário	Nº de escravos	Produção
São João de Meriti	Porto	Tenente Manoel "Mis" dos Santos	50	15 caixas de açúcar e 06 pipas de aguardente
São João de Meriti	N. S. da Ajuda	Francisco "Mis"	32	08 caixas de açúcar e 03 pipas de aguardente
São João de Meriti	Covanca	Marcelino da Costa Barros	20	05 caixas de açúcar e 06 pipas de aguardente
São João de Meriti	Barbosa	Capitão-Mor Domingos Vianna	30	11 caixas de açúcar e outras tantas de aguardente
São João de Meriti	N.S. do Desterro da Pavuna	Capitão Ignácio da Silva	50	05 caixas de açúcar e 05 pipas de aguardente
São João de Meriti	São Matheus	Alferez Ambrozio de Souza	50	30 caixas de açúcar e 14 pipas de aguardente
São João de Meriti	Bananal	Capitão Ayres Pinto	20	10 caixas de açúcar e 03 pipas de aguardente
São João de Meriti	Gerikinó	D. Maria Andrade	37	07 caixas de açúcar e 02 pipas de aguardente
São João de Meriti		Capitão Miguel Cabral	18	18 caixas de açúcar e meia pipa de aguardente
São João de Meriti	Engenhoca	Capitão João Pereira Lemos	07	05 pipas de aguardente
São João de Meriti	Engenhoca	Capitão Antonio da Rocha Rosa	16	12 pipas de aguardente
Freguesia de N.S. do Pilar		Capitão Luciano Gomes Ribeiro	74	40 caixas de açúcar e 17 pipas de aguardente
Freguesia de N.S. do Pilar	Engenhoca	Matheus de Chaves	Sem registro	Sem registro
Freguesia de N.S. do Pilar	Engenhoca	Capitão Pedro Gomes de Assumpção	Sem registro	Sem registro

³² DINES, A., op.cit., p.p. 382

³³ DINES, A., op.cit., p.p. 382

Freguesia de N. S. do Pilar	Engenhoca	Capitão João Carvalho de Barros	Sem registro	Sem registro
Freguesia de S. Antonio de Jacutinga	Madureira	Manoel Luiz de Oliveira	70	40 caixas de açúcar 30 pipas de aguardente
Freguesia de S. Antonio de Jacutinga	Posse	Herdeiros do Capitão Francisco de Veras Nascentes	25	20 caixas de açúcar e 05 pipas de aguardente
Freguesia de S. Antonio de Jacutinga	Maxam-bomba	Sargento mor Martim Corrêa Vasques	12	15 caixas de açúcar e 04 pipas de aguardente
Freguesia de S. Antonio de Jacutinga	Brejo	Capitão Appolinário Maciel e seu irmão o padre Antonio Maciel	35	25 caixas de açúcar e 08 pipas de aguardente
Freguesia de S. Antonio de Jacutinga	Cachoeira	Capitão Manoel Correa Vasques	80	60 caixas de açúcar e 30 pipas de aguardente
Freguesia de S. Antonio de Jacutinga	Santo Antonio do Mato	Mestre de Campo Ignácio de Andrada Souto Maior Rendon	Sem registro	Obs.: Engenho estava abandonado. Adquirido em 1778
Freguesia de S. Antonio de Jacutinga	Conceição	Herdeiros de Ignácio Gomes	14	03 cxas de açúcar e 1/2 pipa de aguard. Principal era o cultivo da mandioca
Freguesia de Nossa S. da Conceição	Marapicú, Cabussú, Piranga e Matto	Morgadio dos Ramos	200	Produziam 120 caixas de açúcar e de 30 a 60 pipas de aguardente
Freguesia de Nossa S. da Conceição de Marapicú	Piranga	Tenente Antonio Marinho de Moura		20 caixas de açúcar e 12 pipas de aguardente
Freguesia de Nossa S. da Conceição de Marapicú	Matto Grosso	Mestre de Campo Ignácio de Andrada Souto Maior Rendon	70	12 caixas de açúcar e 04 pipas de aguardente
Freguesia de Nossa S. da Piedade	engenhoca	Capitão Luiz Barbosa	50	18 pipas de aguardente
Freguesia de Nossa S. da Piedade	engenhoca	D. Luiza Maria	20	12 pipas de aguardente

BAIXADA FLUMINENSE

A construção de uma história

Sociedade * Economia * Política

PUC-Rio - Certificação Digital N° 1621993/CA

Organizador
Gênese Tôres

IPAHB
editora

IX

ECONOMIA NO SÉCULO XIX

Prof. Gênesis Torres

O Ciclo do Café na Baixada

Fluminense

Segundo Waldick Pereira, in *Cana, Café & Laranja*, em *História Econômica de Nova Iguaçu*, p. 85, nos diz que:

"O café não chegou a constituir um ciclo econômico em Iguaçu, embora tenha sido amplamente cultivado em todo seu território, principalmente nas terras altas.

Aprendemos que "ciclo econômico" é um fenômeno resultante de uma conjuntura, que se demonstra através de movimentos regulares, incluindo: mão-de-obra, mercado exterior, volume de produção, subprodutos etc.

Os ciclos econômicos nascem de níveis inferiores, atravessam uma fase evolutiva de adaptação, chegam ao apogeu e declinam até os níveis em que começaram.

Entretanto, desde o início da cultura cafeeira no estado do Rio, quando tropeiros de Minas Gerais e São Paulo iam deixando sementes entre as fazendas do percurso de retorno da Corte, já aqui, em Iguaçu, se plantava café.

Estrela, que pertencera a Iguaçu, embora por pouco tempo, era um dos mais importantes portos de embarque de café para a Corte. Cerca de 10 portos de embarque e desembarque estavam localizados ao longo do rio Iguaçu e na vila do mesmo nome diversos trapiches e armazéns concentravam a produção cafeeira vinda de outros municípios e estados".



PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1621993/CA

Hildebrando de Araújo Goes cita relatos e descrições mais antigas:

"(...) a leste da Fazenda de Santa Cruz, estava o Morgadio de Marapicú, hoje Marapicú, proveniente de uma sesmaria concedida a Garcia Aires, em 1592. Pizarro, descrevendo a freguesia de N.S. de Marapicú, assim se exprime: 'Com a cana doce se cultiva também a mandioca, o milho, legumes, arroz e o café, cujos efeitos são conduzidos à cidade, ou por caminhos de terra até os portos das freguesias de Meriti, Jacutinga e Irajá, ou levados em canoas pelo rio Guandu até a barra do rio Itaguaí, onde as lanchas os recebem para transportá-los, desde Angra dos Reis da Ilha Grande, donde vêm procurar a barra da cidade'." (GOES - 1947, 16)

A Estrada do Comércio, aberta em 1822, pela Junta Real do Comércio, passou a denominar "Caminho do Comércio", teve seu calçamento iniciado em 1837, pelas mãos do engenheiro Conrado Jacob Niemeyer. Esta estrada começava em Ubá (Porto) do rio Paraíba do Sul, passando em Sant'Ana das Palmeiras no alto da Serra de Tinguá e terminava nas margens do Rio Iguaçu, no porto do mesmo nome, onde estava assentada a Vila de Iguaçu.

Muito antes, porém, já esta estrada, como a Estrada Normal da Estrela, era de vital importância à economia fluminense. Por ela transitava todo o comércio entre a Corte e as províncias de Minas Gerais e São Paulo.

Assim, Iguaçu tornava-se geograficamente estratégica, como ponto de ligação entre as províncias do Sul e a sede do governo imperial, graças ao satisfatório sistema hidrográfico que dava continuação

às estradas. (PEREIRA - 1977, 86).

Tropas de carga e passageiros vindos ou indo para aquelas províncias, forçosamente tinham que se demorar em Iguaçú - na sede da vila ou mais longe dela, como em Santana das Palmeiras, no alto da Serra do Mar, à margem da Estrada do Comércio. (Ibidem)

Conta J.M. Maia Forte:

"Na época em que o café passou a ser cultivado em mais larga escala nas fazendas do valle do Parahiba e ainda na zona iguassuana, muior foi a prosperidade de Iguassú, já Villa, chegando esta a possuir grandes armazens, verdadeiros trapiches e estabelecimentos commerciaes, que gyravam com vultosos capitaes." (FORTE - 1933, 58)

Expandindo para o sul, o café é plantado nas regiões do Tinguá e Estrela.

"Na Serra, entretanto, a ofensiva do café contra a floresta foi repentina e acelerada (...). Todo palmo de chão vermelho, toda encosta, por mais íngreme, tentava o plantador de café." (LAMEGO - 1963, 92)

Segundo Waldick Pereira, obra citada:

Durante o ciclo econômico do café no Brasil, se Iguaçú não desfrutou de projeção como grande produtor, pelo menos foi um dos maiores entrepostos deste produto, no seu roteiro para exportação.

Quando o engenheiro Paulo Pessoa transcreveu em seu Guia da Estrada de Ferro Central do Brasil o impresso que angariava subscrições de ações populares para construção da segunda ferrovia brasileira, ressaltou que Iguaçú era a vila "mais opulenta da Província do Rio de Janeiro", exportando "diariamente cinco mil arrobas de café (...)

Fortunas se fizeram apenas com o simples transacionar com o café: compra, revenda, armazenagem e transporte.

Proprietários de terras inadequadas à cultura da cana-de-açúcar lançaram-se à lavoura do café e obtiveram bons resultados.

Não houve, propriamente, uma substituição de cultura agrícola. Em Iguaçú, o café não substituiu a cana. Apenas o primeiro se adaptou excelentemente às terras altas, e ainda hoje podemos encontrar cafeeiros, perdidos dentro da mata agreste, em estrela, Adrianópolis, Tinguá, Jaceruba e Japeri, remanescentes de fazendas das quais restam poucas ruínas.

Santana das Palmeiras, antes uma pousada para descanso de tropas, em 1855 foi elevada a freguesia, com uma população de quase dois mil habitantes, entre os quais se encontravam dezenas de fazendeiros de café.

Enquanto os vales e pequenas elevações se cobriam de canaviais, nas serras se multiplicavam os cafeeiros.

Predominando nas regiões de declive, das chamadas "terras roxas", o cultivo do café durante quase toda a fase deste ciclo econômico fluminense foi tecnicamente bastante precário. O lavrador brasileiro aprendera de seus avós índios e portugueses o primitivo emprego das "queimadas", que destruíam a cobertura verde do solo, ocasionando o início do processo de erosão.

Com a erosão surgia grande prejuízo: o empobrecimento do solo, provocado pela carbonização repetida a cada safra.

As terras de encosta, que através dos tempos ficavam cobertas de uma rica superfície de húmus, submetidas agora à falta de cuidados do lavrador, perdiam pouco a pouco a fertilidade, dificultando a expansão das fazendas cafeeiras.

Ninguém pensava em investir dinheiro no preparo do solo. O fertilizante que se usava para a recuperação da terra, e assim mesmo apenas nas pequenas lavouras de legumes e hortaliças, era o esterco de gado. Nos cafezais, empregava-se o resíduo do próprio cafeeiro como fertilizante natural.

O trem de ferro e a mudança da sede da vila para Maxambomba também contribuíram para o desaparecimento da cafeicultura em Iguaçú, que, situando-se nas regiões mais altas do município, contava com as estradas do Comércio, da Polícia e da Estrela e com os rios para o seu natural escoamento e desenvolvimento; e a estrada de ferro roubou destes meios de comunicação a importância, aniquilando povoações e vilas.

A Vila da Estrela foi a primeira a sofrer com o aparecimento do trem, naquele momento já desmembrada da Vila de Iguaçú.

Reconhece João Manoel Pereira da Silva:

"Conquanto com a estrada de Ferro de Mauá tenha muito decaído este porto, todavia ainda conserva bastante animação. Imensas tropas da província de Minas Gerais, e do município de Paraíba do Sul a procuram"

Além de um vapor que faz uma viagem diária para a Corte, emprega 15 faluas e 20 barcos, que exportam anualmente para a Corte mais de 400 mil arrobas de café... " (SILVA - 1857, 71)

Era assim o porto de Estrela.

Quanto ao porto de Iguaçu, ainda o mesmo presidente da província fluminense nos informa: "É de certo o segundo mais importante da Província, como porto comercial".

A sua exportação para a Corte foi no último triênio a seguinte, segundo Waldick Pereira:

Café

1854 - 1.886.306 arrobas

1855 - 1.821.742 arrobas

1856 - 2.192.168 arrobas

Quase todos os gêneros exportados são produzidos pelos municípios de Iguassú, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul e outros circunvizinhos da nossa Província e da de Minas Gerais, que descem ao Porto pelas estradas do Comércio, Verneck, Policia e Presidente Pedreira.

"A navegação é feita com demora em consequência da parte superior do rio, onde está assentada a Vila, e do mau estado da barra; emprega-se nela 24 lanchas de dois mastros carregando cada uma de 2 a 3 mil arrobas, além de muito saveiros; navega constantemente além disso grande número de barcos, que exportam lenha, telha, e muitos artigos produzidos pelo município. Este porto tem muito de decair logo que funcione a estrada de ferro de Pedro II." (SILVA - 1857, 28)

Todas estas conseqüências de ordem econômico-social estavam implícitas. A estrada de ferro nizeria ou aniquilaria a importância dos rios, como vias de comunicação.

Depois da estrada de ferro e da extinção do tráfico escravo, chegaram a cólera e a febre amarela encontraram no organismo depauperado do negro, fértil terreno de propagação.

Sabia-se, assim, pela simples análise destes fatores, que estava próxima a ruína agrícola de muitas províncias brasileiras. Este aspecto tem sido largamente estudado por vários historiadores. Inácio Francisco Silveira da Mota, chefe do governo provincial fluminense, assim o relata:

"A cessação do tráfico de africano, que à humanidade e à moralidade do país tanto aproveitou, sob o ponto de vista econômico, pode ser considerada, como causa do esmorecimento da lavoura, única fonte de riqueza do país, se o trabalho escravo que vai escasseando, não for de prompto substituído pelo trabalho livre." (MOTA - 1859, 20)

Todos sabiam que a falta do braço escravo seria o declínio das duas maiores riquezas do Brasil - a cana e o café - e o recesso da única fonte de renda que sustentava o trono - a lavoura.

Mas nem todos pensavam como João Manoel Pereira da Silva:

"(...) extinguir o tráfico de escravos, não é só cumprir a Lei, não é executar o dever que impõe o interesse do país; não é salvar o nosso futuro; não é só obedecer à moral e à religião; é um empenho de honra do governo, e do povo brasileiro". (SILVA - 1857, 29)

A partir da segunda metade do século XIX, um conjunto de fatores ao nível nacional se juntaram às conjunturas locais, acelerando o processo de decadência econômica da Vila, senão vejamos o que nos diz Waldick Pereira:

"Quando a lei de 4 de setembro de 1850 acabou com o tráfico de escravos, a Província do Rio de Janeiro era a terceira mais importante do Brasil para o comércio da escravidão. Este ano assinala, também, o fim da chamada "Era do Liberalismo" que começara com a vinda de D. João VI, mesmo

assim, muitos tentaram ludibriar a vigilância das autoridades, ensaiando o tráfico clandestino. Havia também os que, antecipando-se às determinações do governo ou fazendo-as cumprir imediatamente, davam condição de liberdade a seus escravos, como entre nós, o Barão do Tinguá. Este era o panorama com que se apresentava a agricultura fluminense na metade do século passado. Panorama sombrio, de perspectivas assustadoras.

Ricos fazendeiros iguaçuanos, que até então viviam na Corte ou ali possuíam belas vivendas onde passavam a maior parte do ano, tiveram que dedicar mais tempo às suas terras no município. Outros teimam diante de um fracasso total que se antevia pela soma das conseqüências oriundas do trem de ferro (1854/58), da cólera-morbo (1855), da febre amarela (1859/63), da abolição do tráfico escravo (1850) e da carestia dos gêneros alimentícios (1857), que dificultava a manutenção do contingente servil, tudo isto aliado à falta de apoio do governo e à decadência da Vila de Iguaçu. Estrela, vizinha da Vila de Iguaçu, já estava em franca decadência, com sua população fugindo para regiões que ofereciam melhores perspectivas; o mesmo acontecia com Santana das Palmeiras e outras localidades que surgiram e viveram em função das estradas da Serra do Mar.

Os escravos libertos pelo Fundo de Emancipação (cujo presidente neste município era o Barão do Tinguá) diminuía ainda mais os braços dedicados à lavoura. Não houve, entre nós, nenhuma tentativa de instituição de colônias agrícolas de imigrantes, como ocorreu em outras regiões.

A única notícia que encontramos sobre a presença de colonos estrangeiros em Iguaçu está no ofício enviado pela presidência da Província do Rio de Janeiro à Câmara Municipal, datado de 29 de novembro de 1887, dando ciência de que o Ministério da Agricultura havia despachado o requerimento do ten.-cel. Francisco de Paula de Bulhões Saião, autorizando-o "a contratar e introduzir em sua fazenda denominada Mato-Grosso cinco famílias de agricultores italianos".

Por outro lado, o lavrador livre nacional já estava, há muito, divorciado de suas pequenas roças e se dedicava às atividades liberais".

Em vão gritava João Manoel Pereira da Silva, do alto da administração provincial:

"Necessitamos também de colonos, que por contractos de parceria ou por salários, substituam os braços africanos e escravos, que vão faltando à lavoura, e que amparem os fazendeiros e proprietários contra diminuição da produção, que os ameaça, se não tomarem esta providência." (SILVA - 1857, 34)

Anteriormente, o governo imperial havia estimulado e ajudado a imigração, embora esta ajuda restringisse à propaganda e transporte do colono desde o lugar de residência até o porto de embarque.

Para amenizar a carência de braços na lavoura, o governo imperial contratou com a casa comercial Sampson & Tappan, de Boston, a vinda de 2 mil chineses. Em 18 de março de 1855, pela galera "Irapuã", procedente de Whampoa, após 80 dias de viagem, chegavam os primeiros imigrantes - 366 chineses, "todos naturais de distritos agrícolas e cultivadores de chá e cana (...)."

Estes 366 chineses foram distribuídos entre fazendas do Paraná, Bahia e Pernambuco, ficando boa parte servindo no Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro. Eram, quase todos, plantadores de chá, cultura que o governo pretendia implantar no Brasil, como tentou até em Mangaratiba.

Chegou-se ao fim do Império, tendo a República recebido a desanimadora herança e obrigação de soerguer a agricultura em quase todo o país, salvando-o da falência e das especulações políticas. Instruções terminantes foram enviadas pelo governo republicano aos governos estaduais e à imprensa, no sentido de encetarem uma campanha objetivando estimular a lavoura em bases mais amplas e diversificadas.

O governo de Agnelo Gerarque Collet, a 15 de setembro de 1916, fazia entrega, em ruidosa solenidade, dos prêmios concedidos aos lavradores que se apresentaram numa exposição agrícola. Naquela data, foram premiadas as culturas de milho, arroz, feijão, mandioca, batata-inglesa e fumo, enquanto se aguardava oportunidade para a outorga dos prêmios às lavouras de trigo, frutas, algodão, fibras têxteis e até cacau.

É curioso se observar que Nova Iguaçu se fizera presente àquela exposição agrícola através dos senhores José Chaves e Simon Firjan, obtendo o prêmio de um conto duzentos e cinquenta mil réis com o artigo ... fumo!

Assumindo a Presidência da República, Nilo Peçanha, que sempre colocara a agricultura e o saneamento como pontos principais de sua administração estadual, lançou as bases para a "organização integral do ensino agrícola que, até então, estivera confiado à iniciativa particular e à ação dos governos

locais". (apud COLLET - 1917, 15)

Era a campanha de diversificação das atividades agrícolas. Era o governo, finalmente, convencionando de que o ciclo econômico do café já agonizava no estado do Rio, de que a alta do custo de vida, que solapava a economia pública e privada, tinha sua origem na falta de um programa racional de aproveitamento da terra. Ou o estado do Rio cultivava outras lavouras, ou se tornaria uma região faminta, deficitária, importando os gêneros alimentícios mais indispensáveis.

É verdade que alguns municípios, como Nova Iguaçu, produziam boa safra de arroz, feijão, milho e mandioca. Mas esta produção não chegava sequer para as necessidades locais, já que grande parte da terra cultivada ainda estava entregue à cana e ao café.

Nilo Peçanha, para estimular a policultura, distribuiu a lavradores de todos os municípios, há e Egito; cacau da Bahia, Pará e Amazonas; algodão de Pernambuco, São Paulo Ceará e Bahia; arroz maranhense e norte-americano; cebola e alho da Alemanha e batata de Portugal.

Nesta fase, o município de Nova Iguaçu possuía 28.157 alqueires de propriedades rurais, no valor venal de 14.438.900\$327 rs. E justamente aqui nascia o terceiro ciclo econômico de Nova Iguaçu - a laranja -, enquanto algumas propriedades eram desmembradas em novos núcleos residenciais. Foi a época do baixo preço da terra iguaçuana...

A cana e o café haviam tido sua época, e o saneamento necessário à recuperação de grandes extensões pantanosas de nosso território ainda não havia sido executado. E o saneamento da Baixada Fluminense era um desafio à capacidade administrativa de seus governantes. Todos anteviam a importância econômica da Baixada Fluminense como região produtora.

Em 1930, o governador Manoel de Matos Duarte Silva deixava claro que:

"De resto, sanear a Baixada fluminense será criar junto da Capital da República, a mais rica região do Brasil. Esgotada de seus pântanos, drenada, apropriada economicamente, cortada de estradas de ferro e rodovias, limpa do impaludismo e da ankylostomiase, a Baixada Fluminense é alguma coisa formidável, maravilhosa, quase inimaginável. São dezenas, de milhares de quilômetros quadrados, hoje afogados em águas pútridas, que florescerão em mil culturas, junto do maior mercado de consumo do país e do mais intenso entreposto para trocas internacionais." (SILVA - 1930, 31)

Como vimos anteriormente, o café não chegou a constituir um ciclo econômico em Iguaçu. Entretanto, este município, assentando toda sua estrutura na atividade rural, não poderia deixar de sofrer influências de outras regiões agrícolas, principalmente quando tinha a seu favor certas características morfológicas que o colocavam entre os primeiros municípios da Província do Rio de Janeiro em importância econômica.

A importância de Iguaçu, já tão analisada, se apoiava na Estrada do Comércio, a principal artéria que ligava as províncias do Sul à Corte. Por ela, repetimos, além de todo o comércio e trânsito de viajantes, passava o Correio Terrestre que partia da Corte para Minas Gerais de 5 em 5 dias:

"O correio de Minas Gerais conduz as malas que pertencem a esta Província e as que se dirigem para as de Goiás e Mato Grosso, assim como para as Vilas de Valença, Vassouras, Paraíba do Sul, Iguaçu e, Freguesia do Paty, da Província do Rio de Janeiro." (LAEMMERT - 1847, 21)

Em Santana das Palmeiras, freguesia iguaçuana criada em 1855, foi instalada uma agência postal em 1857. Era o café arrastando atrás de si o progresso, instalando vilas e povoados, abrindo estradas e criando fortunas, como de resto acontecia no Brasil, nas palavras de Rafael A. Sampaio Vital:

"El café es la columna principal de la economía brasileña, representando más de cincuenta por ciento entre los valores de la exportación y constituyendo por ello el elemento preponderante de la situación de cambio y de la situación monetaria del país (...)." (VITAL - 1922, 214)

E o braço escravo era o grande suporte de tal situação. Para se enriquecer com o café, naquela época, necessitava-se menos de dinheiro e mais de projeção social. Esta última condição, quase sempre advinda do nome de família ou de prestígio político, possibilitava créditos, quando necessários, para a compra de escravos ou de terras.

O principal era contar com disponibilidade de negros. Havia quem vivesse quase exclusivamente dos rendimentos que lhe davam seus escravos como "negros de aluguel" ou "negros de ganho". Os

primeiros, como se entende, eram alugados para servir a terceiros na lavoura ou fora dela. Os "de ganho" gozavam de relativa liberdade de ação, contando que entregassem a seu senhor, em prazo convencionado, certa importância em dinheiro.

Silva Lima, citado por Edison Carneiro, fala sobre os "negros de ganho":

"(...) os que não tinham ocupação no serviço doméstico, eram 'ganhadores' isto é, pagavam por dia, uma pataca, ou mais, conforme suas aptidões. Não trazendo à noite a pataca ou seis patacas no sábado, havia na casa uma sessão de palmatoadas com um final de chicote (...)". (apud CARNEIRO - 1964, 9)

Assim era o sistema escravagista, que, sob o ponto de vista econômico, pressupunha "(...) uma economia de desperdício pois, comprada a mão-de-obra, é necessário fazê-la render, independentemente das boas ou más condições da oferta e da procura dos produtos do mercado". (COSTA - 1965, 235)

É ainda Waldick Pereira que nos afirma:

"Ressaltamos este aspecto para que se entenda o motivo por que vamos encontrar, em diversos processos de inventário realizados em Iguazu, o arrolamento de escravos hipotecados, como bem ilustra o inventário procedido por morte de Inácio de Oliveira Pires (Cartório do 2º Ofício desta Comarca), quando dez escravos foram hipotecados a Francisco Alves Machado pela importância de 2.162\$593 - equivoalente ao atual Cr\$ 2,16".

Neste particular, convém esclarecer que Iguazu nunca dispôs de grande contingente servil, como se pode verificar pelos quadros estatísticos oficiais, relacionando apenas os municípios com maior volume de braço negro:

Em 30/09/1873

Vilas	Homem	Mulheres
Campos	18.965	16.703
Valença	15.339	11.760
Vassouras	11.695	9.398
Paraíba do Sul	10.940	7.861
Cantagalo	9.111	8.451
São Fidelis	8.236	7.457
Nova Iguassú	3.645	3.319

Em 30/06/1883

Vilas	HOMEM	MULHERES
Campos	15.212	13.585
Valença	14.109	10.702
Cantagalo	10.921	10.542
Vassouras	10.097	8.264
Paraíba do Sul	8.622	6.368
São Fidelis	9.820	8.950
Nova Iguassú	2.886	2.410

(FIGUEIREDO - 1884, 142, apenso 1)

Waldick chega as seguintes conclusões a respeito das informações contida nos dados e pesquisas finais:

Neste primeiro levantamento a população escrava da Província do Rio de Janeiro somava 164.581 homens e 136.771 mulheres. No segundo, realizado dez anos depois, estava reduzida a 143.853 homens e 129.402 mulheres, tendo Iguaçú, neste decênio, sofrido uma baixa de 1.668 escravos.

Com estes dados, podemos compreender por que Iguaçú não foi um dos maiores produtores de café do Rio de Janeiro, embora suas terras altas e férteis a isso se prestassem bem.

O motivo principal foi que a cafeicultura apenas passou pela Província do Rio de Janeiro, em busca de solo e clima adequados, indo encontrá-los em São Paulo, sem contudo ter deixado de influir na economia e desenvolvimento de muitos municípios fluminenses.

A cultura cafeeira em Iguaçú se originou do aproveitamento das terras altas que não se prestavam para canaviais.

Em todo o Brasil, o café ia-se firmando como uma perspectiva certa de fortuna. Iguaçú, situado no caminho entre a Corte e as ricas províncias de São Paulo e Minas Gerais, recebia com curiosidade e entusiasmo as notícias do franco desenvolvimento da cafeicultura.

O município era novo, mas continuava, como antes de 1833, a chamar a atenção de todo o país pela grandeza e fertilidade de seu solo, além da invejável situação geográfica no Sul brasileiro. A cana-de-açúcar secundara seu prestígio social e econômico, mas os engenhos já apresentavam as primeiras evidências de declínio.

As fazendas do alto da Serra do Mar, da Estrela ao Tinguá, não poderiam permanecer como simples pomares ou como pasto para engorda de animais. O café vinha passando pelo alto da serra e por ali poderia estender seu lençol verde-vermelho, se lhe dessem a devida atenção.

De acordo com o Almanaque Laemmert, de 1848, Iguaçú contava, apenas na Vila, com os seguintes fazendeiros de café: Bento Antônio Moreira Dias, guarda-mor Francisco Machado, Antônio José Pereira da Costa, Antônio José de Sá, Antônio Moreira Coelho Lousada, Francisco de Paula e Silva, Francisco da Costa Rodrigues, José de Mendonça Drumond Vasconcelos, José Joaquim de Azeredo Coutinho, Joaquim Carlos da Silva, Lino José Alves Jacutinga, Januário Fernandes Alves, José Gonçalves Bastos, Luísa Maria de Grimaldi e Almeida, Miguel Joaquim da Silva e Nicolau José Rodrigues.

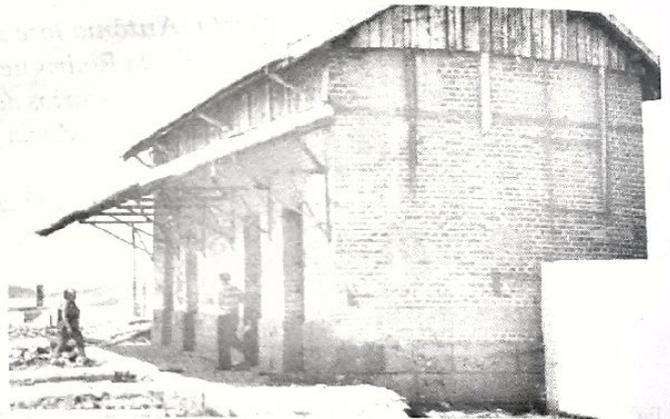
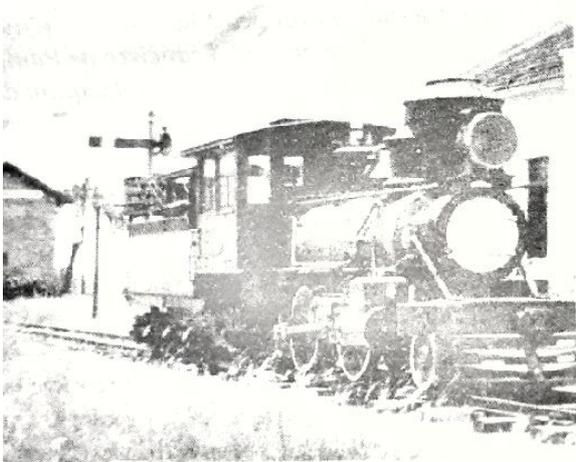
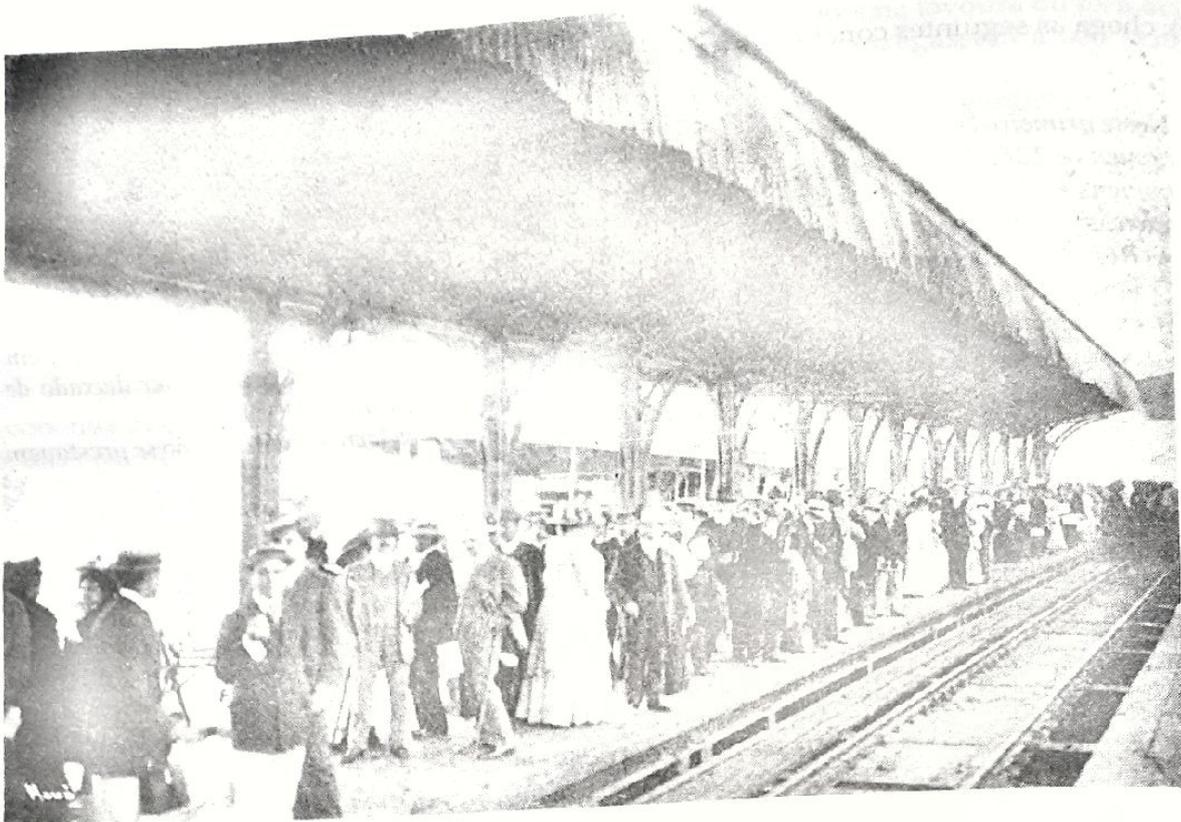
Assim se iniciou a lavoura do café em Iguaçú. Mas este início tardio veio esbarrar em acontecimentos que viriam neutralizar e até sufocar qualquer possibilidade de evolução.

Primeiro, a abolição da escravatura; depois, as pestes, que dizimavam os escravos subnutridos e cansados"

Conta J. Matoso Maia Forte (FORTE - 1933, 62) que durante a fase mais aguda da cólera-morbo a navegação do rio Iguaçú foi interrompida, tendo-se acumulado nos trapiches da Vila mais de 30 mil arrobas de café. Em seguida o trem, minimizando a importância da Estrada do Comércio e do rio Iguaçú; a estrada pública, abolindo as honrarias nobiliárquicas; e, por último, a mudança da sede da vila para Marumbomba.

E finalmente conclui Waldick Pereira:

"A importância de Iguaçú, no ciclo econômico brasileiro do café, não foi a de centro produtor, mas a de um dos mais fortes entrepostos do produto. Mesmo assim, algumas dezenas de fazendas se dedicavam ao café, até mesmo em terras baixas da Vila de Iguaçú e algumas fazendas possuíam mais de 30 mil pés de café".

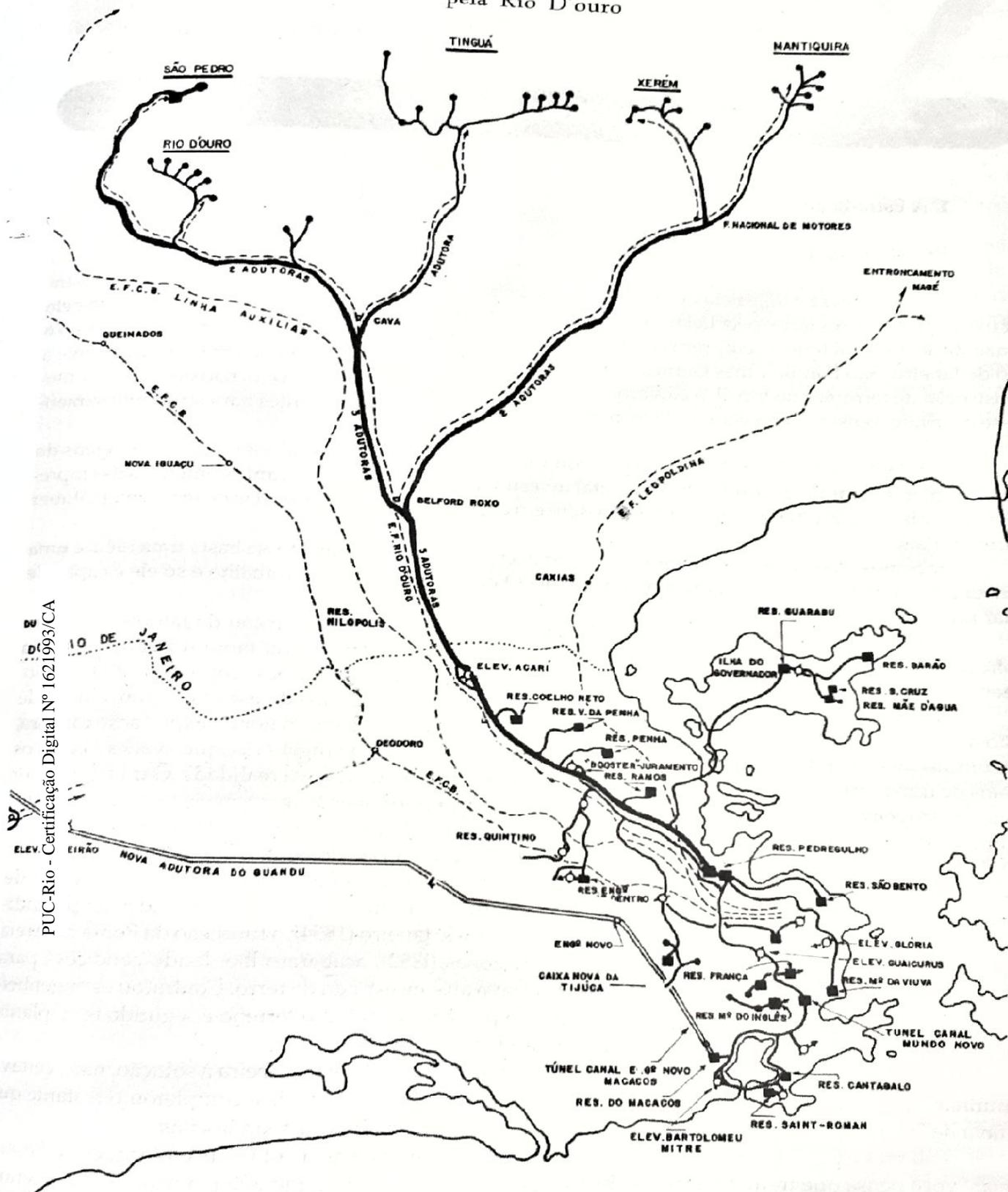


PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1621993/CA

Estação e Cais da Guia da Pacobaíba



Esquema de abastecimento de água da Cidade do Rio de Janeiro pela Rio D'ouro



CONVENÇÕES

- DIVISA COM ESTADO DO RIO
- ESTRADA DE FERRO

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1621993/CA

BAIXADA FLUMINENSE

Abordando uma história

Sociedade * Economia * Política

PUC-Rio - Certificação Digital N° 1621993/CA

Organizador
Gênesis Tôrres

IPAHB
editora

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA BAIXADA FLUMINENSE EM RELAÇÃO AO BRASIL E A PORTUGAL

Prof. Gênesis Torres

NA BAIXADA	NO BRASIL	EM PORTUGAL
SÉCULO XVI	SÉCULO XVI	SÉCULO XVI
Ambiente Natural Rede Hidrográfica Vegetação Topografia	Expedição de Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio chega em 1º de Janeiro de 1502 na Baía da Guanabara Expedições Guarda-Costa – 1516 Expedição Colonizadora – 1530 Governos Gerais – 1548	Expansão e Colonização Portuguesa Grandes Navegações Descobertas no litoral da África e do Brasil Perseguições Religiosas Implantação do Sistema Colonial
Processo de Ocupação Dizimação Indígena Doação de Sesmarias Surge a 1ª Fazenda em Magé (1567)	Invasão Francesa no Rio de Janeiro – 1565 Economia açucareira em Pernambuco e São Vicente	Estabelece a Inquisição – 1536 União Ibérica – 1580/1640
SÉCULO XVII	SÉCULO XVII	SÉCULO XVII
Surgem as primeiras Igrejas e Freguesias Surge a 1ª Vila (Sto Antonio de Sá) – 1697 Multiplicam-se os Engenhos e Fazendas Cristãos novos na Baixada Nasce o Porto e a Vila da Estrela	Invasão Holandesa na Bahia e Pernambuco Chegada de Cristãos Novos As Bandeiras Descoberta do ouro	Perseguição aos Judeus Fim da União Ibérica Restauração da Monarquia Portuguesa com a Casa de Bragança
SÉCULO XVIII	SÉCULO XVIII	SÉCULO XVIII
Baixada vira passagem obrigatória para o interior Surgem os caminhos Guayanazes Novo de Garcia Pais - 1704 Novo do Proença - 1724 Multiplicam-se as Igrejas na orla da Baía da Guanabara Aumenta o número de Escravos População de Serviço aumenta nas Vilas.	Descobre-se o ouro e inicia a mineração – 1700 2ª Invasão Francesa no Rio de Janeiro – 1711 Revolta dos Emboabas Revolta de Vila Rica – 1720 Mudança do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste Mudança da Capital de Salvador para o Rio de Janeiro Inconfidência Mineira Começa a plantar café no RJ	Reinado de D. José I e o Governo do Marquês de Pombal (Expulsão dos Jesuítas do Brasil) – 1750 Tratado de Methuem entre Portugal e Inglaterra Revolução Industrial na Inglaterra, ouro do Brasil garante o lastro da Libra Inglesa Revolução Francesa – 1789, mexe com a Europa Napoleão assume o poder na França – 1799
1ª METADE DO SÉCULO XIX	1ª METADE DO SÉCULO XIX	1ª METADE DO SÉCULO XIX
O Café desce pelo Porto Estrela É calçada a Estrada do Comércio - 1837 Nasce o Porto e a Vila de Iguassú - 1833 Estrela transforma-se em Vila - 1846 A Vila de Iguassú atinge seu apogeu e o Porto vive seu maior esplendor	O Café torna-se o produto principal e atinge o vale do Rio Paraíba do Sul Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil Chegam os viajantes Brasil Independente	Bloqueio Continental Invasão de Portugal pelas tropas Napoleônicas Abertura dos Portos Tratado de Comércio e Navegação Brasil e transformado em Reino Unido

2ª METADE DO SÉCULO XIX	2ª METADE DO SÉCULO XIX	2ª METADE DO SÉC. XIX - EUROPA
<p>É construída a primeira Ferrovia por Mauá – 1854 A ferrovia chega a Maxambomba, Queimados e Japeri - 1858 Ferrovia chega a Tinguá – 1858 Ferrovia chega a Merity (D.Caxias até Piabetá) em 1886 Ferrovia chega a SJMeriti em 1898 Nasce as Estações de Mesquita em 1884, Nilópolis em 1914, Austim em 1896 Acelera o processo de desmatamento Baixada é toda cortada por ferrovias e muda o perfil de ocupação urbana Começa o dessecamento dos pântanos e brejos Os rios ficam assoreados Aparecem as febres palustres como consequência do desmatamento Populações das vilas ribeirinhas —dam para as margens das linhas reas —dança da Vila de Iguassú em 1891 — a Estação de Maxambomba n da Vila da Estrela</p>	<p>Inicia o II Reinado O Brasil vive um surto industrial com Barão de Mauá Guerra do Paraguai – 1865 Ferrovia chega o Vale do Rio Paraiba do Sul em 1871, sendo responsável por 80% do abastecimento do Rio de Janeiro Processo abolicionista e o fim da escravidão – 1888 Proclamação da República – 1889</p>	<p>2ª Revolução Industrial – dos transportes Karl Max lança o manifesto comunista Revoltas Sociais na Europa Processo de Unificação da Itália e Alemanha Partilha da África e Ásia Neocolonialismo Política das Alianças</p>
<p>METADE DO SÉCULO XX</p>	<p>1ª METADE DO SÉCULO XX</p>	<p>1ª METADE DO SÉCULO XX</p>
<p>axambomba muda para Nova Iguaçu (16) as Freguesias nascem os Distritos – va configuração geográfica ruda Negreiros assume como terventor em Niguaçu – 1930 povoado da Estação de Merity passa chamar-se Caxias (1931) Baixada vira um imenso laranjal e torna-se o maior produtor do Brasil A Baixada recebe grandes contingentes populacionais 1943 – Emancipa-se Caxias o 8º Distrito de Nova Iguaçu, Em 1947 emancipa-se SJ Meriti como 2º Distrito de Caxias, e Nilópolis o 7º Distrito de Niguaçu no mesmo ano.</p>	<p>Revolução de 1930 Processo intervencionista nos Municípios O Brasil deixa de ser uma grande fazenda Início do processo de industrialização Êxodo Rural Grandes correntes migratórias internas Inchaço urbano Fracionamento do solo urbano na capital População é empurrada para a periferia Surtem os grandes problemas urbanos como: saúde, educação, saneamento e transportes Estado Novo/Ditadura Processo de Redemocratização e eleições livres em 1947</p>	<p>I Guerra Mundial O Tratado de Versalhes Recrudescer o nacionalismo Crises no sistema capitalista liberal Crise de 1929 O New Deal Nazismo e o Fascismo II Guerra Mundial É criada a ONU</p>

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1621993/CA

2ª METADE DO SÉCULO XX	2ª METADE DO SÉCULO XX	2ª METADE DO SÉCULO XX
<p>Baixada vira região dormitório do Rio de Janeiro</p> <p>Emancipação de Paracambi – 1960</p> <p>DCaxias vira Área de Segurança Nacional</p> <p>Cidades crescem desordenadamente e em altas taxas demográficas</p> <p>Pressão urbana por melhoria dos Serviços Públicos</p> <p>Organização das Comunidades de Bairros - 1980</p> <p>Década de 1990 eclode movimentos emancipacionistas em Queimados, Japeri, Belford Roxo, Guapimirim, Seropédica e Mesquita</p> <p>Alonga-se as fronteiras industriais do Rio de Janeiro e a Baixada recebe investimentos do setor Público e Privado</p> <p>Multiplica-se os setores de serviços em geral e aumenta a demanda pela qualidade de vida.</p>	<p>Brasil vive um grande salto de crescimento</p> <p>Indústria automobilística (FNM)</p> <p>Nasce a Petrobrás e a REDUC</p> <p>Nasce os planos de metas governamentais</p> <p>Golpe de 64 e Ditadura Militar</p> <p>“O Milagre Econômico” e os Planos econômicos</p> <p>Criação das áreas de Segurança Nacional</p> <p>Abertura Política 1980</p>	<p>Internacionalização do capitalismo monopolista</p> <p>Guerra Fria</p> <p>Aliança para o Progresso e a política de intervenções Americana</p> <p>Ruptura dos Blocos hegemônicos</p> <p>Fim da URSS</p> <p>Fim da bipolarização</p> <p>Derrubada do Muro de Berlim</p> <p>Globalização da Economia</p> <p>Nova ordem econômica internacional</p>

VIDA FLUMINENSE

... criação de uma história

Sociedade * Economia * Política

PUC-Rio - Certificação Digital N° 1621993/CA

Organizador
Gênesis Tôrres

IPAHB
editora

XI

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DISTRITOS E OS PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO

1. Duque de Caxias

Prof. Rogério Torres

A Baixada Fluminense é uma planície que se estende paralelamente à costa, entre a Serra do Mar e o oceano. Seus limites fixam-se entre Itaguaí (RJ) e a divisa com o Espírito Santo. Entretanto, é comum designar-se Baixada Fluminense, apenas a porção da Baixada da Guanabara, na qual estão localizados os Municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti. Situada na Baixada Fluminense, Duque de Caxias abriga quase um milhão de habitantes em seus 442 km².

Os limites da Cidade estendem-se aos Municípios de Miguel Pereira, Petrópolis, Magé, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Nova Iguaçu. A hidrografia pode ser resumida em quatro bacias principais: Iguaçu, Meriti, Sarapuí e Estrela. O clima é quente e úmido, com chuvas abundantes na baixada litorânea, modificando-se ao norte do Município, próximo da Serra do Mar, onde encontramos temperaturas mais amenas.

O parque industrial de Duque de Caxias é significativo, superando as atividades agropecuárias, coisa pouco comum na maioria dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Para se ter uma idéia, basta lembrar que, entre 1960 e 1970, a participação do Município de Duque de Caxias, no valor da transformação industrial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, aumentou de 4,4% para 10,8%. O centro urbano poderia ser comparado a um grande mercado, tal o volume de seu comércio. As ruas são congestionadas, refletem a grandeza e a importância que o comércio adquiriu. Mesmo aos domingos, o comércio não pára, pois, próximo à Praça Roberto Silveira, realiza-se uma grande feira-livre que, outrora, muito lembrava as feiras do Nordeste.

A agropecuária é de pouca expressão econômica. A maioria dos estabelecimentos agrícolas estão localizados no 3º e 4º Distritos. A mandioca, a cana e a banana são os principais produtos cultivados. O povoamento da região data do século XVI, quando são doadas sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro. Um dos agraciados foi Cristóvão Monteiro que recebeu terras às margens do Iguaçu, parte das quais daria origem a Duque de Caxias.

A atividade econômica que ensejou a ocupação do local foi a de cultivo da cana-de-açúcar. O milho, o café, o algodão e o arroz tornaram-se, também, importantes produtos auxiliares durante esse período. O ciclo da mineração, com o deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o centro-sul, daria à região uma de suas funções mais expressivas, a de ponto obrigatório de passagem daqueles que se dirigiam para a região das minas ou de lá regressavam.

Sendo os "caminhos de terra firme" poucos, precários e perigosos, nada mais natural que o transporte fosse feito através dos rios, onde estes existissem. Aqui, os rios não faltavam e, integrados com a Baía da Guanabara, faziam do local um ponto de união entre esta e os caminhos que subiam a serra em direção ao interior. O Porto da Estrela foi o marco mais importante desse período de nossa história. À sua volta, cresceu um arraial que no século XIX foi transformado em Município.

Apesar da decadência da mineração, a região manteve-se ainda "como ponto de descanso e abastecimento de tropeiros, como local de transbordo e trânsito de mercadorias". Até o século XIX, o progresso local foi notável. Entretanto, a impiedosa devastação das matas trouxe, como resultado, a obstrução dos rios e conseqüente transbordamento, o que favoreceu a formação de pântanos. Das águas paradas e poluídas surgem mosquitos transmissores de terríveis febres.

Muitos fogem do local que, praticamente fica inabitável. As terras salubres e férteis outrora, cobrem-se agora, de vegetação própria dos mangues. Em 1850, a situação é de verdadeira calamidade, pois as epidemias grassam, obrigando senhores de engenho a fugir para locais mais seguros. As propriedades vão sendo abandonadas. A situação era de grande penúria; e assim permaneceria ainda por algumas décadas.

O "colera morbus", que já atingira outros portos do país, agora também manifestava-se em Estrela. Estava completo o quadro de destruição daquele Município que começara a entrar em agonia com a inauguração de nossa primeira estrada de ferro, em 1854.

Essa era a situação da Baixada Fluminense no meado do século XIX. A abolição da escravatura foi outro profundo golpe no progresso da região. Agora, a Baixada Fluminense via-se privada de braços para as tarefas agrícolas e de infra-estrutura que mantinham a salubridade local.

Nessa altura, Meriti representava apenas um porto de escoamento de poucos produtos, dentre os quais a lenha e o carvão vegetal. A recuperação de Meriti começa a insinuar-se com o advento da estrada de ferro, a mesma estrada de ferro que levará tantas localidades ao ocaso - Estrela, Vila de Iguaçú, Porto das Caixas. Sob a égide da maria-fumaça, de silvo estridente e penacho de fumo negro, tudo se modificou. As hidrovias com seus barcos, portos e vilas, estavam com seus dias contados. Agora, a ferrovia, obedecendo à lógica do progresso, ditava novos traçados nos caminhos, fazendo surgir à volta de suas estações, povoados que se transformariam em populosas cidades. Quando a ferrovia atinge o vale de Meriti, a região começa a sofrer os efeitos da expansão urbana da Cidade do Rio de Janeiro. Com a inauguração da "The Rio de Janeiro Northern Railway", em 23 de Abril de 1886, ficamos definitivamente ligados ao antigo Distrito Federal. Era o progresso que novamente se avizinhava. Entretanto, apesar dessa "insinuada recuperação" que a ferrovia trouxera, a Baixada continuava sofrendo com a falta de saneamento, fator de estancamento de seu progresso.

Durante os primeiros anos da República, foram tomadas algumas medidas para solucionar o problema do saneamento, entretanto, elas não chegaram a produzir os efeitos esperados, devido à descontinuidade dos programas e à precariedade de recursos materiais. Foi no Governo de Nilo Peçanha que se esboçou uma ação mais consistente em relação ao saneamento da Baixada.

O Serviço de Profilaxia Rural, criado no Governo Delfim Moreira (1918/1919), foi mais um passo para o controle das endemias na região. Mas, apesar de todos esses esforços, o local continuava sendo um grave foco de malária. Foi no Governo de Getúlio Vargas que medidas efetivas foram tomadas para a solução do problema. O programa de abertura de canais, dragagem e retificação dos grandes rios, realizado por Hildebrando de Góis, fez com que os pântanos desaparecessem. Era o problema sendo cabado em suas causas.

Finalmente, o Serviço Nacional de Malária, instalado em 1938, faria retroceder essa perigosa endemia, abrindo caminho para o total saneamento de "Caxias", na época, 8º Distrito de Iguaçú.

Lembra a historiadora Dalva Lazoni que: "Para se ter uma idéia do estrago provocado pela doença, basta verificar que, por volta de 1795, nossa população chegou a ser estimada em número superior a 17.022 habitantes. Nos anos seguintes, de comprovada prosperidade, crescemos muito mais. Pois em já no fim do século XIX, estávamos reduzidos a menos de 400 moradores."

Fiel ao "slogan": "Governar é abrir estradas", Washington Luís inaugura em 28 de Agosto de 1928, a Estrada Rio-Petrópolis que, atravessando a cidade, seria um importantíssimo fator de desenvolvimento da mesma.

Mais dois acontecimentos, também de grande significação para o Município, aconteceram nessa década: a instalação de nossa primeira rede elétrica, em 1924 e a fundação da Escola Proletária Meriti, primeira no Brasil a aplicar os métodos da "Escola Nova". A Escola Proletária Meriti, obedecendo aos métodos montessorianos, mereceu elogios dos mais eminentes educadores e intelectuais do país.

Tais eventos só poderiam favorecer a região, proporcionando um intenso povoamento a partir daí. As terras da Baixada serviam, agora, para aliviar as pressões demográficas da Cidade do Rio de Janeiro, já prenunciadas no "Bota Abaixo" do Prefeito Pereira Passos. Os dados estatísticos revelam que em 1910, a população era de 800 pessoas, passando em 1920, para 2920.

O rápido crescimento populacional provocou o fracionamento e loteamento das antigas propriedades rurais, naquele momento, improdutivas.

O primeiro loteamento legalizado de que se tem notícia é o Parque Artur Goulart, aprovado em 1914, junto à estação de Duque de Caxias.

Mas nem sempre a aquisição de terras foi pacífica e legal. A luta entre proprietários, grileiros e posseiros, algumas vezes assumiu contornos dramáticos, inclusive com mortes.

O grande desenvolvimento pelo qual passava Meriti levou o Deputado Federal Dr. Manoel Reis a propor a criação do Distrito de Caxias. Dessa forma, através do Decreto Estadual 2559 de 14 de março de 1931, o Interventor Federal Plínio Casado elevou o local a 8º Distrito de Iguaçú.

Fato também digno de nota, acontecido na década de 30, foi a fundação da União Popular Caxiense (UPC). A UPC foi a mais importante das associações de Duque de Caxias, pois serviu de célula mater das

demais entidades surgidas em nosso Município. Em sua fundação, teve importante papel o jornalista Paulino Batista da Silva que, inclusive, franqueou sua residência para a primeira reunião, isso em 1933. Embora o nome possa dar idéia de que era uma organização surgida da comunidade, tal não se dera. A UPC foi consequência natural do surgimento da consciência da emergente elite local, diante de seus problemas. Tanto assim que, a Associação Comercial de Caxias seria fundada dentro da UPC, em 1937.

Também dessa década é a inauguração da primeira empresa de ônibus. Fazia ela as linhas Caxias - Penha e Centro - Parque Lafayette (1932). A fundação do Belém Futebol Clube (1935), do jornal "A Voz do Povo de Caxias" (1934), da Igreja Santo Antônio (1939), são marcos importantes de uma década das mais profícuas para o Município. Tudo leva a crer que o "espírito" que animara a Revolução de 30, agora manifestava-se - guardadas as devidas proporções - no Distrito de Caxias.

Os anos 40 encontram o Distrito com uma população que já atingia a casa dos 100.000 habitantes. Nessa altura, já apresentávamos a característica de "dormitório", pois, a população concentrava no Distrito Federal sua atividade profissional.

Preunciando a grande industrialização que surgiria alguns anos mais tarde, tem início, em 1940, a construção da Fábrica Nacional de Motores. Inicialmente projetada para produzir motores de aviões, seria, mais tarde, transformada em Sociedade Anônima, passando a fabricar um caminhão pesado, e que por suas características de robustez e economia, ficaria famoso. O "fenemê", até a década de 60, gozou de merecido prestígio junto aos estradas acidentadas da época. Apesar de feio e lento, o caminhão Motores para a iniciativa privada.

Embora progredindo velozmente, e com uma população que já ultrapassava a casa dos 100.000 habitantes, "Caxias" não dispunha da maioria dos serviços que o Poder Público deve prestar. O Governo Municipal instalado em Nova Iguaçu, mostrava-se impotente para satisfazer às menores necessidades do Distrito. A presença do Governo Municipal era notada apenas através da coleta dos impostos. Dessa forma, a emancipação política ia, aos poucos, seduzindo a elite local. Em 25 de julho de 1940, uma comissão formada por Silvio Goulart, Rufino Gomes Júnior, Joaquim Batista Linhares, José Basílio da Silva, Luiz Antônio Félix, Amadeu Lanzelotte, Antônio Moreira de Carvalho, Mário Pina Cabral, Abílio Teixeira de Azevedo, Ramiro Gonçalves e Costa Maia, encaminha ao Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, um memorial, expondo as possibilidades do Distrito de Caxias emancipar-se.

Ficara adiado o sonho da emancipação. Entretanto, três anos depois, isto é, em 31/12/1943, pelo Decreto nº 1056, foi criado o Município de Duque de Caxias. Em consequência desse ato do Interventor Federal, é nomeado o contabilista Homero Lara para responder pelo expediente da Prefeitura. Nesse dia, é criada a Comarca, sendo o Dr. Miguel Pinaud seu primeiro juiz.

Até 1947, os Prefeitos de Duque de Caxias foram nomeados pelo Interventor Federal. Gastão de Gouveia Reis, foi o primeiro Prefeito eleito por voto popular, tendo seu governo início em 1947 e término 28/12/1950. A Câmara foi instalada em 23/10/1947 e os primeiros Vereadores foram eleitos no mesmo processo eleitoral em que saiu vitorioso Gastão Reis.

No alvorecer dos anos 60, a Cidade já possui um ativo comércio e um parque industrial que, com a instalação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC), se tornaria num dos mais importantes do país.

Mas, apesar de tudo isso, sofríamos, ainda, com agudos e crônicos problemas: o abastecimento de água era um deles. O problema aumentava na medida em que também aumentava a população e, àquela altura, a população atingira a casa dos 243.619 habitantes. No Governo Roberto Silveira (1959/1961), foram instalados equipamentos que permitiram canalizar água para quase todo o Município. Ficou célebre a frase do então Governador: "Duque de Caxias não passará outro 25 de agosto sem água". Dito e feito. A água que servira de trampolim para a eleição de tantos políticos oportunistas, agora jorrava das torneiras, encerrando a carreira de muitos deles.

Na década de 70, Duque de Caxias tornou-se "Área de Segurança Nacional", só recuperando sua autonomia, efetivamente, com as eleições de 15/11/1985. Nelas, sai vitorioso, Juberlan Barros de Oliveira que governaria de 01/01/1986 a 31/12/1988.

A Cidade cresceu muito, em nada lembrando a velha estaçãozinha ferroviária, cercada de meia dúzia de casebres. Suas ruas sempre congestionadas, revelam a desordem de um progresso que nada poupa. Nesta Cidade, as transformações são rápidas. A cada momento derruba-se, aqui e ali, uma velha residência que dará lugar a um novo edifício de apartamentos, talvez uma lanchonete ou (quem sabe?) uma outra agência bancária.

Da velha Meriti só restou "um retrato na parede".

2. De subúrbio dormitório a "cidade progresso" –

Prof. Stélio Lacerda

2.1. Estação de Meriti ... "Caxias – 8º distrito de Nova Iguaçu"

Em 1958, nas comemorações do 15º aniversário da emancipação política de Duque de Caxias, o jornal "Tópico" (Duque de Caxias, edição especial, 25/8/1958) publicou a matéria "Nasce uma cidade – memórias do homem que lhe mudou a denominação", assinada pelo jornalista Waldair José de Souza.

O homem a que se refere a reportagem era o Sr. José Luiz Machado, o popular "Machadinho", radicado em Duque de Caxias desde o início do séc. XX. Na entrevista, recordou que, até 06/10/1930, a Estação Ferroviária era chamada de "Meriti", mais conhecida como a "Meriti do pavor". Na ocasião, a localidade recebia melhoramentos – bicas d'água, calçamentos, posto de correios e telégrafos...- vivendo a expectativa de um futuro melhor. Nessa conjuntura, o nome "Meriti", associado ao antigo abandono da região – onde brejos, malária e carências de toda ordem eram comuns -, tornava-se incompatível com os novos tempos. Assim, por iniciativa de "Machadinho", com apoio de um grupo de moradores, foi trocada a placa indicativa da estação, retirando-se a que continha o nome "Meriti" e, em seu lugar, colocando-se outra com a designação "Caxias", em homenagem ao mais ilustre filho da terra – Luiz Alves de Lima e Silva. A respeito dessa audaciosa ação, a reportagem esclarece:



Caxias na década de 1950

"(...) Pouco a pouco, entretanto, Meriti ia melhorando. Depois da água que Nilo Peçanha deu, e de algum saneamento, o povo já queria novas condições de vida – aqui já não era mais a "Meriti do Pavor", como era conhecida. O sentimento de renovação chegou até à própria mudança do nome, já estigmatizado.

Quem realizou o feito de trocar a placa da Estação foi José Luiz Machado, guardado por quatro homens armados: Jaime Fischer Gamboa, Osvaldo Gamboa, Américo Soares e Francisco Azevedo (...). A placa continha, apenas, o nome 'CAXIAS', homenagem ao filho ilustre. Isto no dia 6 de outubro de 1930" (In Edição Especial do jornal "Tópico", 2º Caderno, Duque de Caxias, 25/8/1958, p. 8)

Bem acolhida pelos moradores, a mudança designativa foi formalizada em ato do Interventor Plínio Casado - Decreto Estadual nº 2559, de 14/3/1931 -, que instituiu o Distrito de Caxias, 8º de Nova Iguaçu. Esse nome perdurou até à emancipação política do município, ocorrida por força de ato baixado pelo Interventor Federal Ernani do Amaral Peixoto – Decreto-lei Estadual nº 1055, de 31/12/1943. A partir de então, o município passou a ser chamado de Duque de Caxias.

Entre outros trabalhos acadêmicos, a emancipação política em referência foi objeto dos estudos - coincidentemente com o mesmo título - "Emancipação Política do Município de Duque de Caxias", realizados por Stélio Lacerda (SUAM/1982) e Helenita Maria Beserra da Silva (UERJ/1995).

Nas conclusões de sua monografia, um dos primeiros estudos sobre a emancipação política de Duque de Caxias, Stélio Lacerda diz: "(...) A obtenção da autonomia foi uma concessão da interventoria federal, um ato 'de cima para baixo', coerente com os procedimentos políticos do Brasil estado-novista.

Inexistência de participação popular, chefias políticas inautênticas e omissas, não formação de uma estrutura político-administrativa preparadora da autonomia, fortalecem a afirmativa que a reivindi-

* Stélio José da Silva Lacerda

Licenciado em Pedagogia em 1969 pela Faculdade de Educação da Baixada

Licenciado em História em 1982 pela Associação Universitária Augusto Motta

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Valença

Pós-Graduado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Educacional Duque de Caxias

ção emancipatória reduziu-se à elite empresarial existente no distrito, constituída por comerciantes e industriais.

A essa elite, conservadora e insuspeita aparentemente à ditadura, pode-se atribuir a iniciativa para a conquista da maioria para o distrito. Mas, não se pode afirmar que tenha sido a razão maior do ato concessório.

Ao Governo do Estado interessava conceder a emancipação do Distrito de Caxias – à época com 100.000 habitantes e com apreciável parque industrial e comercial –, que possibilitaria melhor organizar e aparelhar a máquina arrecadadora de impostos e, ao mesmo tempo, ampliar as áreas de dominação política. Com isso, ter-se-ia, também, reservado à figura do interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, a honra do patrocínio direto e pessoal da emancipação do distrito” (Stélio José da Silva Lacerda. “A Emancipação política do município de Duque de Caxias”, 1982, p. 14)

Em seu fundamentado estudo, Helenita Maria Beserra da Silva aborda a emancipação política de Duque de Caxias sob outro prisma, evidenciado na conclusão de sua monografia: Após esta longa explanação, podemos afirmar que a Emancipação Política do Município de Duque de Caxias se deu em função da política de Getúlio Vargas que, consciente das conjunturas de âmbito nacional e mundial, buscou criar na população um sentimento de nacionalidade, ao mesmo tempo que assegurava a organização do quadro territorial do país e podava o excesso de regionalismo que, entre outras coisas, era a base de sustentação das oligarquias locais.

Ao buscar despertar esse sentimento de nacionalidade, através da ligação mais direta que a população, de maneira espontânea, estabelecia sentimentos bem mais fáceis de florescer, como o apego ao município (ou Distrito), que seria, para a população, um “universo mais próximo” que o país como um todo. Encontramos vestígios que apontam para o surgimento de um ideário emancipatório (1934), que vem de encontro ao projeto de Getúlio Vargas. Este ideário amadureceu e se propagou através de intelectuais orgânicos, que, numa perspectiva baseada em Gramsci, refletindo a realidade local, foram além do senso comum e, com bom senso, optaram por uma estratégia que levasse à divisão de Nova Iguaçu, sem que passasse a ocorrer um levante popular.

Em seria conveniente, do ponto de vista de seus proponentes, que a emancipação se fizesse com uma participação popular mais ostensiva, uma vez que o país se encontrava sob uma ditadura e qualquer mobilização popular, sob qualquer pretexto, poderia desencadear represálias maiores que a simples prisão temporária de alguns intelectuais.

Contrariamente aos resultados esperados por Getúlio Vargas, ao instituir o “Dia do Município”, com certeza parece ter fortalecido os laços regionais. Em Duque de Caxias, como é do conhecimento de todos que se interessam pela história da Baixada Fluminense, assistimos à atuação de uma liderança local muito forte, oriunda exatamente do processo emancipatório, e que, por muitos anos, conduziu toda a política municipal, favorecendo a ascensão de aliados seus aos postos de comando do município, levando à consolidação exatamente da situação que Getúlio Vargas tentava evitar. (...)” (Helenita Maria Beserra da Silva. E. “A Emancipação” - revista “Caxias Magazine”, coluna História, 1997 -, Rogério Torres faz um resumo do artigo da tese defendida na monografia de Helenita - a “emancipação como uma tentativa de reorganização do quadro territorial do país” – contrapondo-se ao estudo de Stélio Lacerda – a “emancipação como uma manobra de Vargas para conquistar a simpatia da população do distrito, diante da antevisão da queda de seu governo”. Concluindo seu texto, afirma:

“(...) Sobre o episódio da emancipação ainda existem dúvidas a serem esclarecidas. Entretanto, elas paulatinamente vão sendo desfeitas graças a trabalhos como o de Stélio Lacerda e da professora Helenita. De parabéns nossa modesta mas persistente historiografia.”

2.2. Anos 60, o subúrbio dormitório em transformação

Por si só, a autonomia municipal não alterou a condição de subúrbio dormitório vivida pela Duque de Caxias dos anos 40. Sua acelerada expansão demográfica decorria – além do crescimento vegetativo - do movimento migratório, de levadas de migrantes atraídos pela metrópole carioca, especialmente do Nordeste do país e do interior fluminense, capixaba e mineiro. Em números redondos, a população chegava aos 123 mil habitantes, em 1950; aos 243 mil, em 1960; aos 431 mil, em 1970. Confrontando os dados de 1950 com os de 1970, isto é, em vinte anos, a população mais que triplicou.

Buscando oportunidade de trabalho e melhoria de vida, uma grande parte dos recém-chegados

instalava-se na periferia do Rio de Janeiro, ocupando áreas públicas ou de propriedade contestada. Disparava-se, assim, desordenado processo de urbanização, caracterizado pela ocupação indiscriminada do solo, disseminando bairros populares e favelas. No campo teórico, porém, o território correspondente ao 1º distrito foi dividido em 32 loteamentos – base da aglomeração urbana –, deixados “praticamente ao azar”, isto é, sem políticas públicas aplicáveis.

Os serviços públicos não acompanhavam a expansão urbana e demográfica. Os loteamentos – e seus bairros populares – e a população favelada não dispunham de escolas, hospitais, saneamento, segurança e demais suportes à qualidade de vida. Gritante relação de dependência se instalava, com a população local buscando no Rio de Janeiro – pelos idos dos anos 40 e 50, principalmente – emprego, vaga em escola pública, internação hospitalar, assistência social...

No início dos anos 40, foi erguido o primeiro grande empreendimento industrial da cidade – a Fábrica Nacional de Motores (FNM). No final dos anos 50, cerca de 220 indústrias encontravam-se ali instaladas, entre as quais: metalurgias, artefatos de madeira, produtos químicos, cerâmica, cimento armado, bebidas, torrefação de café, panificação, têxtil...

O grande avanço na industrialização ocorreu em 1961, com a criação do pólo petroquímico, liderado pela Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e a Fábrica de Borracha Sintética (FABOR). A partir dessa iniciativa, intensificou-se o desenvolvimento econômico da cidade, alcançando a área de comércio e serviços. Um dos indicadores desse quadro econômico favorável é o aumento da arrecadação de tributos em Duque de Caxias, considerando o período de 1962 (primeiro ano após a implantação do pólo petroquímico) a 1968. Em valores expressos em cruzeiros novos (moeda vigente à época), os números mostram esse incremento: em 1962, a União arrecadou 35.210,00; em 1968, 103.664,00 – quase triplicando a receita. Em 1962, o estado recolheu 15.024,00; em 1968, 34.901,00 – duplicando a arrecadação. Em 1962, o município arrecadou 2.597,00; em 1968, 14.544,00. – quintuplicando a receita. (1)

Em 1968, contando com recursos orçamentários desse porte, a municipalidade contratou o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) para empreender a modernização da estrutura administrativa da prefeitura – inclusive, dotando-a dos Códigos de Posturas, Obras e Tributário. Além disso, promoveu a atualização do Cadastro Imobiliário, realizado por empresa especializada em levantamento por fotogramétrico – cerca de 75 mil imóveis foram cadastrados. No ano seguinte, 1969, para orientar sua expansão urbano-industrial até o final do séc. XX, a cidade passou a contar com o “Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Duque de Caxias”, elaborado pelo consórcio formado pelas empresas “Arquitetos Roberto, Arquitetos” e “Planorte- Escritório de Planejamento Técnico e Econômico”. Essas iniciativas ocorreram na gestão do prefeito Moacyr Rodrigues do Carmo (1967-71), acompanhadas de obras públicas possibilitadas pela crescente arrecadação – escolas, hospitais (Geral de Duque de Caxias e Infantil), calçadas, galerias fluviais, criação da biblioteca pública, do Teatro Armando Mello...Era um começo de caminhada.

Outro importante indicador da dinamização econômica municipal foi a expansão da rede bancária. Em fins dos anos 50, contava com oito agências e uma da CEF; em 1969, o município era atendido por 14 agências bancárias. Em volume de negócios, a praça bancária de Duque de Caxias tornava-se a mais importante do Estado do Rio de Janeiro, suplantada apenas pela de Niterói, então capital do estado e beneficiada pelos depósitos do tesouro público.

Com as transformações advindas do crescimento urbano-industrial, a cidade deixou de ser tão somente “subúrbio dormitório”. Em 1960, antes da implantação do pólo petroquímico, o parque fabril de Caxias era responsável por 3,8% da produção industrial da região metropolitana, empregando cerca de oito mil trabalhadores; em 1965, o percentual subia para 15%, ocupando cerca de quinze mil operários. O crescente parque industrial e o setor de comércio e serviços – em franca expansão – geravam novos empregos, absorvendo mão-de-obra. Assim, mais e mais pessoas trabalhavam e residiam na própria cidade. (2)

Naqueles tempos de afirmação do aglomerado urbano, a Rádio Difusora Duque de Caxias – 1590 Kcs., ondas médias – proclamava o refrão “Caxias, cidade progresso – a que mais cresce no Brasil”. Em termos econômicos, muito apropriado. Em termos sociais, porém, havia um mundo de carências a enfrentar. Era evidente o descompasso entre o crescer econômico e o atendimento das necessidades sociais. (3)

Notas:
(1) In “Estudo Preliminar do Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Duque de Caxias”, 1969, p. I. 3/27 – Quadro 3.6-A (Arrecadação efetiva do Município por fontes arrecadoras).
(2) Idem, pp. I.3/16 e I. 3/17 (Dados referentes à produção industrial de Duque de Caxias, em 1960 e 1965).

(3) Além das fontes citadas ao longo do texto, este trabalho baseou-se em meu livro “Uma passagem pela Caxias dos anos 60” (Edição do Autor, Gráfica Shaovan Ltda. – Mesquita/2001).]

3. Notas sobre Duque de Caxias

Prof. Guilherme Peres

3.1. Saneamento

No princípio do século XX, Meriti (Caxias) era um abandono completo. As obras de saneamento iniciadas com a República nunca foram continuadas. No governo Nilo Peçanha, verificaram-se alguns ensaios, abandonados na gestão Hermes da Fonseca.

Esta região de charcos e pantanais estava entregue aos focos de malária, que o mosquito anofelino teimava em contaminar. Até que em 1933 foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, subordinada ao Departamento de Portos e Navegação do Ministério da Viação e Obras Públicas, dirigido pelo engenheiro Hildebrando de Góis. Com o dessecamento do solo e desobstrução dos rios, obras que se arrastaram até o final desta década, sob a direção do DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento, deixaram a Baixada pronta para receber sua ocupação através dos loteamentos.

3.2. Ocupação do solo urbano

Já nas primeiras décadas do século XX, a região começou a sentir os efeitos da expansão urbana: "O primeiro loteamento feito em Meriti foi realizado pelo engenheiro Abel Furquim Mendes, que em 1918 dividiu uma área ao longo da via férrea, entre as ruas Pinto Soares e Manoel Reis. Estes lotes foram oferecidos a cinquenta mil réis cada. Entretanto, a venda foi um fracasso".

Em 1922, começariam a surgir loteamentos que dariam origem a alguns bairros. O primeiro foi a Vila Centenário, de propriedade de D. Francisca Tomé, no local do antigo sítio da Jaqueira. A seguir, veio o loteamento da Vila Itamarati, de propriedade de Antônio Gonçalves Ferreira Neto. O terceiro loteamento foi o do Parque Lafaiete.

A primeira rua calçada foi a José Alvarenga, que na época se chamava Rua do Ingá, devido à presença de um frondoso ingazeiro nas imediações.

Em 1911, já funcionavam as estações de Gramacho, São Bento, Campos Elíseos, Primavera, Saracurutu e Parada Angélica.

O nome de "Merity" continuava denominando a estação local, apesar da população passar a chamar Duque de Caxias, por haver sido descoberto esta região, o local de nascimento do herói nacional realizado na fazenda São Paulo, bairro da Taquara, e seu novo nome ter sido oficializado.

Merity, fundado pelo Dr. Manoel Reis, influente político em "Iguassú", município ao qual pertencia do "a trocena" das tabuletas" da antiga estação.

Em 1932 um "abaixo-assinado" ao então interventor do estado Dr. Plínio Casado, pedindo a alteração do nome de Iguassú, "vanguardeiro das grandes causas", assim registrou o "grandioso" evento no dia 22 de maio de 1932.

Apesar de oficializada a nova designação, o nome de Merity continuava no alto da Estação local, causando a mais justa estranheza".

Procurando corrigir essa verdadeira anomalia, o Sr. Jayme Fischer Gambôa entrou em entendimento com os diretores da Companhia, não lhe sendo difícil conseguir aquiescência imediata para a mudança da referida tabuleta.

3.3. O júbilo do povo

"Ao meio-dia de domingo, chegava a Caxias o Sr. Interventor do município, ali aguardado pelos Srs. Horacio Soares, muito digno inspetor geral do tráfego da Leopoldina Railway, o Sr. Jaime Fischer Gambôa, representando o Dr. Manoel Reis, muitas senhoras, e senhoritas, representantes do povo e pessoas gradas".

Uma girândola de morteiros atroou ao ar à chegada do Dr. Arruda, fazendo ouvir a banda de música caxiense.

Ao ser descoberta a nova tabuleta com o nome de Caxias, tomou a palavra o Sr. Jayme Fischer Gambôa, que produziu o seguinte discurso, sendo aplaudidíssimo:

"Meus senhores:"

"Reunidos nesta pequena festividade, os habitantes de Caxias vêm prestar seu preito de gratidão à Companhia Leopoldina, pela maneira gentil porque atendeu a solicitação para mudança da antiga denominação de nossa

Estação.

Não somos dos que não cultuam o respeito às tradições, e se solicitamos a mudança que hoje se efetiva, não tivemos em mira diminuir o passado desta localidade, porém prestar uma homenagem a um grande vulto de nossa história e bem assim conseguirmos a harmonia entre a denominação dada pelos poderes públicos e o conhecimento pelo povo do novo nome de nossa ex-Merity".

Após a inauguração das tabuletas, os convidados dirigiram-se para o Cartório do Sr. Jayme Fischer Gambôa onde foram servidos chope e sanduíches.

Fizeram ainda uso da palavra o capitalista residente em Caxias e um acadêmico de quem não soubemos o nome. Ambos demoraram-se em justos elogios à administração do Dr. Arruda Negreiros, detalhando as suas principais obras. Também a figura sugestiva do Sr. Jayme, a quem se devia a vitória daquele dia, mereceu os mais entusiásticos encômios por parte dos oradores.

3.4. As guirlandas

Caxias engalanou-se como nunca. Bandeirinhas multicoloridas drapejavam por todos os recantos, numa alegria de algumas aves ensaiarem o vôo para as alturas azuladas e distantes.

Eram já as últimas horas da tarde quando os convidados se retiraram, depois de renovados abraços ao valoroso Jayme por mais aquele triunfo que vinha de alcançar de dedicado amigo de Caxias.

Bibliografia

GOULART, Sílvio - "Correio de Iguassu" nº 59 - Nova Iguassu - 1932 - RJ

SANTOS, Noronha - "Meios de transporte no Rio de Janeiro" - Biblioteca Carioca - 1996 - RJ

TORRES, Rogério - "As histórias de machadinho" - Revista Caxias Magazine - nº 175 - Dq. de Caxias - 00 - RJ

4. Nilópolis

*Prof. Cláudio de Oliveira **

Nilópolis foi parte integrante capitania hereditária de São Vicente, e pertenceu a Martin Afonso de Sousa em 1531.

Dividiu-a em sesmarias, doando grande parte a Braz Cubas fundador de Santos, em São Paulo, constando 3.000 braças por costa do lombo do Salgado e 9.000 braças para dentro em o Rio Meriti, correndo pela piaçaba de Jacutinga, habitada pelos índios jacutingas, em 1568.

Nesta sesmaria incluía-se Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Caxias, até às fraldas do Gericinó, que depois foram transformando em novas sesmarias e grandes fazendas.

Em 1621 esta área denominada Fazenda de São Mateus, veio a pertencer a João Alvares Pereira, com os limites até a cachoeira dos engenhos de Francisco Dutra e André S. Mateus, entre a Cachoeira (rio Pioim) até parte da serra da Maxambomba (atual Nova Iguaçu).

Em 1637 João Alvares Pereira manda construir a Capela de São Mateus, no alto da colina de Nilópolis, de barro batido (adobe) pelos índios aqui existentes, já escravizados.

Sucedeu a João Alvares Pereira, Diogo Pereira, certamente seu parente, até o ano de 1700 quando



* Claudio de Oliveira (1926 - 2003)

Bacharel e Licenciado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes
Fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Nilópolis

as terras passam a pertencer a Domingos Machado Homem, cujo filho o Padre Matheus, casa a irmã Maria Gaga Machado com o capitão Manuel Pimenta Sampaio, em 1742. Em 1747 a Capela de São Mateus é elevada a matriz de São João de Meriti, dando origem à cidade, e recebe a visita do Monsenhor Pizzaro em 1788, atestando o uso como curada, portanto, pronta para todos os atos de fé cristã.

Falecendo Domingos Machado Homem, casado com Joana de Barcelos, sucede-lhe o padre Matheus Homem Machado, que continuou a administrá-lo com engenho e grande produção de açúcar e aguardente que escoava no Porto da Pavuna.

Quando do falecimento do Padre Matheus Homem Machado, do seu testamento constou que a fazenda tinha 1280 braças de terra, que fazem testada no rio Pavuna, que as dividia das terras de Oliveira Braga (engenho Nazareth), correndo aos fundos com o rio chamado Cachoeira Pequena (Maxambomba), que divide as terras do capitão Manuel Correa Vasques; de uma banda partem as terras com o engenho da Pavuna, do capitão Ignácio Rodrigues da Silva e da outra com terras do capitão Manuel Cabral de Mello e do ajudante Ignácio Barcelos Machado.

E, no ano de 1779 seu proprietário é o alferes Ambrósio de Souza Coutinho, e a fazenda atinge seu esplendor com a produção de 30 caixas de açúcar e 14 pipas de aguardente, tendo uma população de 50 escravos sendo a mais importante da região.

O engenho situava-se na atual Antônio José Bitencourt (anteriormente Rua Coronel Júlio de Abreu) esquima da Rua Lúcio Tavares, e que através de um caminho, dava acesso à capela São Mateus, onde residiam e pernoitavam os sucessivos proprietários da área da então fazenda de São Mateus.

Com a inauguração a 29 de março de 1858 da linha de trem da E.F.D Pedro II (atual E.F.C do Brasil), cortando a fazenda com destino a Queimados, a população nativa foi abandonando as terras, não só devido ao movimento abolicionista como também por novas opções de mão-de-obra devido ao progresso e outras novas atividades.

As terras da Fazenda São Mateus a partir de 1866 tinha como proprietários os capitalistas do Rio de Janeiro o Conde e o Barão de Bonfim, e por fim, Jerônimo José de Mesquita, que negociou com o criador e cavalos e mulas, João Alves Mirandela que tinha como sócio Lázaro de Almeida, conforme a escritura consta que além das terras negociadas havia dois barracões e imóvel, que era a

São Mateus, e sede da fazenda que se limitava pelo lado de Maxambomba (atual Nova Iguaçu) com a fazenda da Cachoeira, de propriedade do Barão de Mesquita e com as terras dos herdeiros de Rocha; pelo lado da Pavuna, com as terras dos herdeiros do capitão Augusto da Costa Barreto e Alves de Almeida; pelo lado direito, com o Distrito Federal, com as terras da fazenda de Nazareth (Ancheta) e terras da fazenda do Cabral (do capitão Manuel Cabral).

João Alves Mirandela e seu irmão Manuel Alves Mirandela, grandes criadores de animais para o Exército cercaram uma área, junto à cerca da fazenda do Gericinó, até que seu enteado Vitor Ribeiro de Faria, convenceu-o a desmatar a fazenda para um possível loteamento.

Procedido ao desmatamento o mesmo enteado propôs a João Alves Mirandela que se fizesse uma planta da área, que foi aceito por um documento público, chamando o então engenheiro da Central do Brasil, Teodomiro Gonçalves Ferreira, para executar a planta da cidade que iria surgir das matas da fazenda.

E, já no final de 1913 os jornais anunciavam lotes medindo 12,50m. por 50,00m., em suaves prestações.

Um destes anúncios chamou a atenção do Coronel Júlio de Abreu que veio pessoalmente conhecer a cidade que estava surgindo, e logo enamorou-se, comprando vários lotes e trazendo após, vários importantes amigos, objetivando erguer uma cidade promissora.

Ele mesmo construiu a primeira casa de pedra e cal, dando o nome de Vila Ema, em homenagem à sua esposa, inaugurando-a festivamente, com as presenças de comerciantes, banqueiros, políticos, homens públicos, ligados ao Rio de Janeiro, no dia 06 de setembro de 1914, marco de fundação da cidade de Nilópolis.

No mesmo local fundou o bloco do Progresso de São Mateus, depois de Nilópolis, sob sua inspiração e presidência, tendo como presidente de honra Nilo Peçanha, que aqui esteve duas vezes, com o pensamento voltado para obter os melhoramentos de que uma cidade carece.

Foi através dele que a cidade teve imediatamente ligação d'água, ligação de luz e iluminação pública; agência do correio; escolas particulares e públicas; comunicação; horário de trens; pontes ligadas ao Rio de Janeiro e Nova Iguaçu; serviço de profilaxia rural; bandas de música e uma grande revista "Nilópolis". Nilópolis, já se chamou parada de São Mateus; parada e estação de Engenheiro Neiva, em

homenagem a Lucas Soares Neiva, construtor da parada e plataforma dos trens; e Nilópolis, em homenagem a Nilo Peçanha, a partir de 01 de Janeiro de 1921, grande benfeitor de Nilópolis, numa festividade inesquecível.

Nilópolis esteve por muito tempo vinculado e fazia parte integrante da vida de São João de Meriti, então quarto distrito de Nova Iguaçu, até que por solicitação do Deputado Manoel Reis, pela Lei nº 1332, foi elevado a sétimo distrito de Nova Iguaçu a partir de 1916, com apenas dois anos de existência como cidade.

E seu desenvolvimento foi crescendo extraordinariamente, graças ao empenho de sua população laboriosa ao discutir em 1946 a nova carta constitucional do Estado do Rio de Janeiro o Deputado Lucas de Andrade Figueira propôs uma emenda, promulgada a 20 de junho de 1947, emancipando Nilópolis juntamente com São João de Meriti, e que se comemora a 21 de agosto.

Porém, cometeu-se nesta emancipação uma flagrante injustiça, pois sendo a área de 22 Km², que era a mesma da Fazenda de São Mateus, ficou reduzida a apenas 09 Km², perdendo 5,60 Km² para o Gericinó; 5,60Km² para São João de Meriti e 1,80 Km² para Nova Iguaçu.

4.1. Prefeitos de Nilópolis

O primeiro prefeito nomeado interinamente pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, foi o Dr. Pedro da Silva Pontes, substituído por José de Oliveira, também interinamente, que a 18 de outubro de 1947, passou a pasta ao primeiro prefeito eleito do município de Nilópolis: Sr. João de Moraes Cardoso Júnior.

Governaram o município de Nilópolis, os seguintes prefeitos:

- João de Moraes Cardoso Júnior – 1947 a 1951
- Zélio Mendonça Thuler – 1951 a 1955
- João de Moraes Cardoso Júnior – 1955 a 1959
- Fredro de Almeida Alentejano – 1959 a 1963
- Thales do Couto (vice-prefeito em exercício) – 1962
- Acacydes Lima de Carvalho – 1963 a 1964
- João Batista da Silva – 1964 a 1966
- Zélio Sabino Barbosa (vice-prefeito em exercício) – 1966
- Francisco Gonçalves Filgueiras (interventor) – 1966 a 1967
- João Moraes Cardoso Júnior – 1967 a 1970
- Gilberto Castro Rodriguez (vice-prefeito em exercício) – 1970
- Reinaldo Doile Maia (interventor estadual) – 1971
- Sérgio Cardoso – 1971 a 1973
- Prof. Simão Sessim – 1973 a 1977
- João Batista da Silva – 1977 a 1981
- Zélio Sabino Barbosa (vice-prefeito em exercício) – 1981 a 1982
- Miguel Abrãao David – 1983 a 1988
- Dr. Jorge David – 1988 a 1992
- Manoel da Silva Rosa – 1992 a 1996
- José Carlos Cunha – 1996 a 2000
- Farid Abrão – 2001 a 2005

5. São João de Meriti

Prof. Gênesis Tôrres

5.1. Evolução Histórica

O território que forma hoje a cidade de São João de Meriti, é aquele banhado pelos rios Miriti e Sarapuú, ambos nascem nas encostas, vales e alagados da Serra do Gericinó e da Cachoeira, correndo em direção à baía da Guanabara. Estas terras juntavam-se às de Iguassú até Magé e faziam parte de muitas sesmarias, doadas a portugueses que ajudaram ao rei de Portugal na obra de expansão marítima, colonização e ocupação das terras descobertas.

São João de Meriti tem suas origens em uma sesmaria doada a Braz Cubas em 1568, que não veio ocupá-las, sendo redistribuída posteriormente para Antonio Vaz nas margens do Rio Sarapuú e a André Cardoso em 1578 nas margens do Rio Pavuna-Meriti.

No dizer de Monsenhor Pizarro:

"Sendo o território de Miriti fértil de águas, a maior parte delas não corre com abundância unida, para adquirir o nome de rio; e por isso, melhor se podem dizer córregos, ou ribeiros, aqueles, que, à exceção dos nomeados se apelidam rios, faltando-lhes a permanência".

Essas terras cheias de morros, de terrenos alagadiços, algumas poucas partes de terras firmes, eram cortados por vários riachos, que caminhavam em direção aos rios Meriti e Sarapuú, todos de águas límpidas e que desaguavam na Baía de Guanabara. Em todo o solo de Meriti dominava uma vegetação de floresta do tipo tropical, chamada "mata atlântica". A esse ambiente ecologicamente equilibrado, habitado por centenas de aldeias indígenas, é que chega o homem branco.

Nos anos que se seguiram de 1580 a 1640 o Brasil esteve sob o domínio da União Ibérica e pouca coisa se fez por estas terras.

No início do Século XVII, próximo da foz do rio Miriti, já há notícia da existência da comunidade de Trairaponga, formada possivelmente por cristãos-novos. Somente em 1644 é que se tem notícia da criação da freguesia de Trairaponga, com sede em uma capela erguida na região de Meriti. Porém, a partir de 1647, durante a prelazia do Padre Antônio de Almeida, a Cruz de Cristo foi erguida no povoado surgindo na localidade a Igreja de São João de Meriti.

A primeira igreja matriz de Trairaponga era uma pequena e tosca capela serviu como matriz até 1660 quando sua construção entrou em ruínas e foi erguida outra de pedra e cal em sítio mais chegado ao rio Meriti. Para este novo local foi transferido o batismo, mudando o nome de Trairaponga para Freguesia de São João de Meriti. Esta igreja matriz entra em ruínas e é construída outra em 1708 dedicada a Nossa Senhora da Conceição por João Corrêa de Almeida Ximenes, nas terras da atual Pavuna, ali permanece até 1747.

A antiga comunidade de Trairaponga movimentou-se e juntamente com o Padre Ângelo de Siqueira, reedificou um novo templo no local onde deu origem ao orago dedicado a São João Batista. Na localidade hoje situa-se a Igreja Santa Terezinha no Parque Lafaiete em Duque de Caxias.

Correspondia esta época ao período áureo da colônia, o Brasil vivia o ciclo do ouro na região das Gerais em Minas. A riqueza do açúcar do nordeste tinha entrado em decadência e o eixo econômico tinha mudado para a região sul, cuja capital passou a ser a Cidade do Rio de Janeiro.

Os séculos XVI e XVII foram os da ocupação e o XVIII viveu uma prosperidade acentuada. Durante mais de 200 anos multiplicaram-se fazendas, engenhos e engenhocas, nestas terras.

Ao lado das muitas fazendas existentes, os rios Meriti e o Sarapuú eram as principais vias de transportes das mercadorias que aqui eram produzidas. Em suas margens havia 14 portos, todos com um grande serviço de canoagem.

Do mar até as serras seguindo-se o Meriti e o Sarapuú, havia 11 Engenhos e 3 olarias, suas lavouras consistiam no plantio da cana de açúcar, mandioca, feijão, arroz, milho, legumes, aguardente e outros, todos, levados pelo transporte fluvial até os portos do Rio de Janeiro para serem consumidos e exportados para a Europa.

Para aqui também vieram os escravos para ajudar na lavoura, surgindo assim, uma população mestiça que caracteriza em muito a nossa sociedade.

Meriti nunca esteve isolado do contexto histórico regional, muito pelo contrário, era passagem obrigatória para se chegar às regiões mineradoras por terra firme. Abriram aqui inúmeros caminhos, que saíam do Rio de Janeiro, passando por Inhaúma, Irajá, Pavuna, atravessando o rio Meriti no seu ponto

mais raso, atingindo assim a baixada. Daí em diante ramificavam-se em vários outros caminhos com destino à serra.

Das muitas propriedades agrícolas existentes em Meriti e de que nos resta lembrança histórica estão os engenhos de Gregório de Barros e de Baltasar Rodrigues Coutinho no Bairro da Covanca no século XVII, do Alferes Ambrozio de Souza em São Matheus no século XVIII. Do engenho do Bananal do Major Augusto Cezar em Engenheiro Berford e da Fazenda do Carrapato no Centro do Município da Família Tavares Guerra, terras da Fazenda do Brejo de Manoel Coelho da Rocha em Meriti e dos Telles de Menezes todas do século XIX.

Durante o Século XIX entre as várias famílias proprietárias de terras que tiveram destaques na vida social, política e econômica estão os descendentes do Comendador Pedro Antonio Telles Barreto de Menezes. Pedro Telles filho de Luiz Telles, adquiriu as vastas terras do pai em Meriti. Sua fazenda, conhecida pelo nome de Engenho do Barbosa e depois Fazenda dos Telles, ocupava uma área de 430 alqueires de terra e tinha sede entre o Jardim Botânico e Jardim Iris. Possuía engenho, senzala, casa grande e capela filiada e várias casas de colonos.

Em 1833 o povoado de Iguassú é elevado à categoria de vila e a Freguesia de São João Batista de Meriti passou a integrar aquela jurisdição como seu 4º Distrito, a região da Baixada Fluminense começa a aparecer no cenário político como região importante no contexto da Cidade do Rio de Janeiro.

Em Meriti a população até meados do século XIX vivia pacatamente nas margens do seu rio, onde existia o porto e a igreja de Nossa Senhora da Conceição na Pavuna. Um pequeno povoado contanto com alguns fogos, um pequeno comércio de vendas, trapiches que atendia não só a comunidade, mas os viajantes que vinham da corte em direção ao interior e vice-versa.

O rio Meriti foi grandemente navegável até meados do Séc. XIX. Mas, a partir dessa época, entrou em declínio, devido ao intenso desmatamento em suas cabeceiras e nas suas margens. Obstruíram-se os cursos d'água; o matagal cobriu extensas áreas às suas margens; o leito, turfado pelo assoreamento, transformou-se em pântanos. Por volta de 1855 a região foi atingida por uma febre, chamada cólera-morbus, pela malária e o impaludismo, todas estas doenças provocadas pelo assoreamento dos rios e o desmatamento nas suas margens.

Esta situação fez o empobrecimento da *Freguesia* de Meriti.

Ao final do Século XIX com a tentativa de promover o progresso da Freguesia de Meriti, as famílias proprietárias e tradicionais como os Tavares Guerra, Telles de Menezes e contando ainda com a doação de 30 contos de réis e a pia batismal feito pela Princesa Isabel, dava início, em 1875, à construção da Igreja de São João Batista de Meriti, no local onde hoje se encontra. Foi erguida como capela e de frente para o rio Meriti, no seu entorno juntou-se um pequeno povoado e aos fundos ficava o Cemitério da Irmandade do Sagrado Coração, onde hoje funciona o Colégio Fluminense. Em 1932 chegam os padres franciscanos e assumem o apostolado. Seu já estado precário exigia uma grande reforma, movimentou-se a comunidade e reformulou-se sua construção, dando-lhe características de Igreja Matriz. Acompanhada de grande festa, sua inauguração deu-se em 24 de junho de 1938.

A abolição da escravidão foi de grande relevância social, no entanto, do ponto de vista econômico deu um profundo golpe no progresso da região, pois, privou os proprietários de braços para as tarefas agrícolas, juntando-se às questões de infra-estrutura e insalubridade.

Ao final do século XIX, Meriti representava apenas um porto de escoamento de poucos produtos, dentre os quais a lenha e o carvão vegetal.

A recuperação de Meriti começa a se esboçar com o advento da estrada de ferro. O rio Meriti com seus portos e barcos, estava com seus dias contados. A ferrovia, obedecendo à lógica do progresso, ditava novos traçados nos caminhos, fazendo surgir à volta de suas estações, povoados que se transformariam em populosos bairros.

Sofrendo os efeitos da expansão urbana da Cidade do Rio de Janeiro a ferrovia atinge os vales de São João de Meriti. Com o objetivo de transportar e fazer a colocação dos tubos d'água da represa do rio D'Ouro para abastecer a cidade do Rio de Janeiro, é inaugurada a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, em 1896. Para transportar o café do vale do rio Paraíba, outra linha passou a cortar o Distrito, era a "Linha Auxiliar" em 1905 e, o ramal até São Mateus em 1910, fazendo a ligação da Rio D'Ouro com a Linha Auxiliar. Foi assim que ficamos definitivamente ligados ao antigo Distrito Federal.

Entretanto, apesar dessa "insinuada recuperação" que a ferrovia trouxera, Meriti continuava sofrendo com a falta de saneamento e com o dessecamento de seus brejos.

Com a escassa mão de obra disponível as grandes fazendas vão sendo fracionadas em sítios e chácaras, fazendo surgir na região uma grande quantidade pequenos proprietários que acabaram por desenvolver atividades da fruticultura e hortigranjeiros, com a finalidade de abastecer a cidade do Rio

de Janeiro.

Na primeira metade do Século XX, os Governos dos Presidentes Nilo Peçanha e Getúlio Vargas com sede na Cidade do Rio de Janeiro, desenvolvem em várias etapas projetos de saneamento nos rios e várzeas da Baixada, drenando e aterrando pântanos, retilinizando e limpando rios e riachos, construindo canais, de forma que fosse possível a ocupação.

Assim podemos entender que a outra razão para o ressurgimento da vida social no distrito de São João de Meriti foram as obras de saneamento, mandadas executar e que levou a cidade a ser ocupada por inúmeros loteamentos, em principal nas margens das ferrovias, definindo assim as primeiras áreas de ocupação-do centro em direção a São Mateus e Éden, localidades que historicamente sempre definiram a vida social, econômica e política do município.

Até o início da década de 1940, o 4º Distrito de São João de Meriti contava com uma população que não ultrapassava os 25 mil habitantes, distribuída em torno da Igreja da Matriz, nas margens do rio Pavuna, próximo aos leitos das ferrovias em Engenheiro Berford, São Mateus, Éden, Vila Rosaly e Coqueiros, o restante do distrito eram fazendas, sítios e chácaras. Em 1931 parte do Distrito Merity onde estava a estação com o mesmo nome torna-se 8º Distrito com o nome de Duque de Caxias, sinal do crescimento populacional se avizinhava para esta região e toda a baixada fluminense.

Grandes contingentes populacionais vindos de todas as partes do Brasil e do mundo escolhem Meriti para fixar residência e ao final da década de 1940 Meriti elevava a sua população para 50 mil habitantes. Crescem as pressões urbanas por melhorias das condições de vida ao lado de uma intensa vontade de participação política após o fim da 2ª Guerra com a redemocratização e o fim da Ditadura Vargas, as lideranças mobilizam-se com movimentos de emancipação.

5.2. O Processo Emancipacionista

Quando Duque de Caxias emancipou-se em 1943, levou São João para ser o seu 2º Distrito. Ficou nesta condição até 1947 quando então emancipou-se no dia 21 de agosto, juntamente com o Município de Nilópolis. Trabalharam pela emancipação de São João de Meriti, os senhores Cristovam Corrêa Berbereia (dentista); Oscar Pimenta Soares (médico); Alberto Jeremias da Silveira Menezes (advogado); Aníbal Viriato Azevedo (médico); Domingos Corrêa da Costa (empresário e industrial ceramista); Silvio Goulart (jornalista); Abílio Teixeira de Aguiar (jornalista); Rufino Gomes Júnior (advogado e jornalista); Amadeu Lanzelotti, e muitos outros.

importante destacar que estes homens, pela seriedade e suas posturas éticas perante a sociedade e do recém-emancipado município de D. Caxias, eram chamados de os "impolutos", pois procuraram a todo custo manter o processo emancipatório sem as influências externas, em principal de Nova Iguaçu.

Examinamos então como se deu esse processo jurídico-político de evolução até à conquista final do projeto lei que o emancipou:

1. Em 15 de Janeiro de 1833, é criada a Vila de Iguassú;
2. Pela Lei nº 40, no seu Art. 1º de 07 de Maio de 1836 declara que a freguesia de Merity entre outras ficam interinamente fazendo parte do termo da cidade de Nictheroy;
3. Decreto l-A de 03 de Junho de 1892, é criado o 4º distrito de Merity, entre outros;
4. Pela Deliberação nº 144 de 7 de Julho de 1924, o Prefeito de Nova Iguaçu estabelece o abairramento dos distritos, incluindo seu 4º Distrito, o de Meriti e São João Batista de Meriti, desmembrando a fazenda de São Matheus de SJMeriti, transformando-a em 7º Distrito com o nome de Nilópolis;
5. Estação de Meriti (que não é São João) transforma-se em 8º Distrito de Nova Iguaçu com o nome de Duque de Caxias, pelo Decreto 2559 de 14 de Março de 1931, do então interventor, Plínio Casado;
6. São João de Meriti, até 1943 permanece como 4º Distrito de Nova Iguaçu e Caxias o 8º;
7. Em 25 de Julho de 1940 D.Caxias, agora como 8º Distrito de Iguaçu entrega um memorial ao então interventor do Estado do Rio Ernani do Amaral Peixoto (homem forte do Getúlio), solicitando transformação do 8º Distrito em um novo município;
8. Pelo Decreto nº 1055 de 31 dezembro de 1943, Duque de Caxias emancipa-se de Nova Iguaçu e São João de Meriti que era o 4º Distrito de Nova Iguaçu, passa a ser o 2º Distrito de Duque de Caxias pelo mesmo Decreto;
9. Pelo Decreto de nº 1056 de também 31 de Dezembro de 1943, já é criada a Comarca de

10. Duque de Caxias, instalando assim todos os Poderes; Pela Lei Estadual n° 06, de 11 de agosto de 1947, regulando o Artigo 6° do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 20 de junho de 1947, o 2° Distrito de Duque de Caxias, passou a constituir um novo município com a denominação de São João de Meriti. No contexto da mesma Lei, foram criados os Distritos de Coelho da Rocha e São Mateus.

5.3. Lei n° 6, de 11 de agosto de 1947 (projeto n° 132/47)

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte lei:
Art. 1.º - O Município de São João de Meriti, constituído do território do distrito de Meriti, desanexado do Município de Duque de Caxias, a que se refere o item I, do artigo 6.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 20 de Junho de 1947, terá os seus limites assim constituídos:

- 1 - Com o Município de Nilópolis:
Começa no limite com o Distrito Federal; segue pela segunda linha de transmissão da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, até encontrar o rio Sarapuí.
- 2 - Com o Município de Nova Iguaçu:
Começa no rio Sarapuí, no ponto em que ele é atravessado pela primeira linha de transmissão da Companhia Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro e sobe pelo rio Sarapuí, até encontrar o ponto em que ele é atravessado pela segunda linha de transmissão daquela Companhia.
- 3 - Com o Município de Duque de Caxias:
Começa no rio Sarapuí, no ponto em que ele é atravessado pela primeira linha de transmissão da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro e segue por essa linha até encontrar o limite com o Distrito Federal.
- 4 - Com o Distrito Federal:
Pelos limites estaduais.

2.º - O Município de São João de Meriti fica constituído dos seguintes distritos: 1.º) São João de Meriti; 2.º) São Mateus e 3.º) Coelho da Rocha, com os limites fixados no anexo n.º1.

5.4. A posse do 1º Prefeito e a política nos primeiros anos

A 23 de outubro de 1947, às 15 horas, no prédio da Associação Comercial de São João de Meriti, é realizada a Sessão de Instalação da Câmara Municipal, sob a Presidência do M.M. Juiz da 13ª Zona Eleitoral, Luiz Miguel Pinaud, tendo como secretário o Dr. Cristovam Corrêa Berbereia, dentista e vereador eleito naquele pleito. Naquele momento tomaram posse os seguintes edis: Octacílio Gonçalves da Silva (PSD); Luiz de Matos (PSD); Waldinar Marques Castanheira (PSD); Marciano Fernandes de Lima (PSD); Ernani Fiori (PSD); Carmem Bastos Cardoso (PSD); Hilcias Marinho Nunes (PSD); Elson Costa (PTB); Sebastião Azambuja Ribeiro (PTB); Gumercindo Clemente Pereira (PTB); Miguel Archanjo de Matos (UDN); Dr. Cristovam Corrêa Berbereia (UDN) e Moysés Henrique dos Santos (PST).

Após a posse dos eleitos, procedeu-se à eleição da mesa diretora, que ficou assim composta: Presidente: Octacílio Gonçalves da Silva; Vice-Presidente: Gumercindo Clemente Pereira; 1º Secretário: Carmem Bastos Cardoso e 2º Secretário: Waldinar Marques Castanheira.

Instalada a Câmara com sua mesa diretora, no mesmo ato, foi dada posse pelos vereadores ao Prefeito Dr. José Campos Manhães, estando presentes naquele ato os Deputados Dr. José Manhães, Dr. Getúlio de Moura e Paschoal Daniele.

A Câmara ora empossada era formada por um grupo de vereadores de origem bastante popular e humilde, de cidadãos que primavam pelos princípios éticos, no trato da coisa pública. Não havia entre os mesmos uma liderança de peso que pudesse sobressair, a não ser a figura de Cristovam Berbereia, udenista conservador, Hilcias Marinho Nunes e Carmem Bastos, ambos eleitos pelo PSD porém de formação comunista na defesa dos interesses socialistas sob a orientação de Luiz Carlos Prestes, Miguel Archanjo, pelas suas posições de consenso, acabou angariando prestígio entre seus pares e Moysés Henrique (Professor) sem posição político ideológica definida, porém respeitado entre seus pares, os demais eram pequenos comerciantes e funcionários públicos, preocupados com a sobrevivência, sem um projeto político, que justificasse o processo e a vontade emancipacionista.

Cinco meses após a posse de José Manhães, dia 8 de março de 1948, o vereador do seu próprio partido o PSD Marciano Fernandes Lima assim pronunciou: "o Prefeito tem feito do município, uma verdadeira fazenda, subjugada a Nova Iguaçu, e os que o apoiam são perfeitos capatazes, que obedecem nos incríveis

desmandos que se vêm verificando" e Sebastião Azambuja arremata dizendo "Manhães foi um presente de São João de Nova Iguaçu". Não se cansava de repetir como se fosse um refrão.

Os discursos tanto dos governistas como dos oposicionistas pode se observar que quando se tratava de reivindicação, eram unânimes em apontar São João como uma cidade abandonada, com ruas de difícil acesso com valas de esgoto correndo a céu aberto, sem escolas, animais vagando pela rua e um precário sistema de saúde.

Emancipada, Meriti procurou construir a sua própria história, encontrou inicialmente enormes dificuldades políticas, pois os caciques políticos de Nova Iguaçu dominavam todos os setores. O primeiro prefeito eleito José de Campos Manhães era iguaçuano, o Deputado Federal Getúlio de Moura do PSD ditava as ordens em Meriti e elegia seu cabos eleitorais a vereador. Rivalizava com Getúlio o Deputado Federal por Duque de Caxias Tenório Cavalcante da UDN, que em Meriti também tinha seus afilhados políticos. O período de 1951 a 1955 foi sombrio para a cidade que não conseguia entendimento para a estabilidade política, chegando a ter na cidade duas câmaras e 7 prefeitos, tirados entre os vereadores que se revezavam no poder, mesmo tendo como prefeito eleito Miguel Archanjo de Medeiros, dependendo de uma eleição suplementar.

Ressentia a cidade de uma forte liderança política. Nos anos que se seguiram, a partir de 1956 São João de Meriti foi encontrando o seu destino e perfil como cidade. No entanto, o seu pequeno território de 35 quilômetros possui uma população de 500 mil habitantes, não sobrou, assim, espaço para o estabelecimento de grandes empresas, geradoras de recursos que resolveriam os grandes problemas que a cidade reclama, como o saneamento básico, equipamentos de saúde, de educação e tudo que uma cidade necessita para que o seu povo possa realizar-se plenamente como cidadãos.

São João Batista de Trairaponga, São João Batista de Meriti, São João de Meriti, da palmeira veio-lhe o nome, do rio a integração e do restante do Brasil e do mundo o seu povo. Suas terras de muitos ricos vales e muitos riachos que engrossaram as águas de seus dois rios. Sua terra ontem era acidentada, hoje ela hospeda nordestinos, mineiros, baianos, sulistas, nortistas, campistas, árabes, judeus, inóspita, es, espanhois, alemães, africanos, italianos, turcos, libaneses, japoneses e muitos outros que aqui chegaram e ajudaram a construir esta cidade.

54 anos nesta mesma data de 21 de agosto vem se realizando os festejos comemorativos de nossa emancipação política e administrativa. Sempre com os objetivos de enaltecer aqueles feitos. Estes anos passaram pelo Poder Executivo os seguintes Prefeitos:

- Anibal Viriato de Azevedo de 21/08/47 a 23/10/47;*
- José dos Campos Manhães de 23/10/47 a 31/01/51;*
- Plácido de Figueiredo em 1951;*
- Oswaldo Marcondes de Medeiros em 1952;*
- Alberto Rocha Possa em 1952;*
- Miguel Archanjo de Medeiros de 12/08/52 a 30/09/52;*
- Elpídio Esteves Salles em 1952;*
- Miguel Archanjo de Medeiros em 1955;*
- Waldemiro Proença Ribeiro, de 03/01/55 a 31/01/55;*
- Domingos Corrêa da Costa de 31/01/55 a 31/01/59;*
- Ário Woltz Theodoro, de 31/01/59 a 31/01/63;*
- Domingos Corrêa da Costa de 31/01/63 a 31/01/67;*
- José de Amorim Pereira, de 31/01/67 a 27/03/68;*
- Alzira dos Santos da Silva em 1968;*
- José de Amorim Pereira (?) até 08/07/70;*
- João Batista Barreto Lubanco, de 08/07/70 a 31/01/71;*
- Alayr Moreira Dias de 31/01/71 a 31/01/73;*
- Denoziro Afonso de 31/01/73 (?);*
- Juary Silva (?) até 31/01/77;*
- Celestino dos Santos Cabral, de 14/05/77 a 14/05/82;*
- Ramiro Martins Lucas de 14/05/82 a 31/01/83;*
- Manoel Valência Opasso 31/01/83 a 01/12/83;*
- José Cláudio da Silva de 01/12/83;*
- Manoel Valência Opasso em 03/10/84 até (?);*
- José Cláudio da Silva de 03/10/84 a 10/03/87;*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1021993/CA

José Cláudio da Silva de 10/03/87 a 01/01/89;
José de Amorim Pereira de 01/01/89 a 01/01/93;
Adilmar Arcênio dos Santos de 01/01/93 a 01/01/97;
Antônio Pereira Alves de Carvalho de 01/01/97 a 01/01/001;
Antônio Pereira Alves de Carvalho de 01/01/2001 a 01/01/2005.

Fazer uma avaliação crítica destes 54 anos é questão para a pesquisa científica dos dados econômicos e dos elementos sociais e políticos da comunidade. Para melhor entendimento comportaria ainda, uma análise de conjuntura do Brasil, do Estado do Rio e do comportamento fiscal e orçamentário da municipalidade ao lado do projeto político que as diversas categorias e camadas sociais desenharam para este espaço de 34,9 quilômetros quadrados.

No entanto, é possível identificar à luz da historicidade alguns fenômenos políticos que ocorreram. Alguns como frutos das alianças para governabilidade, outros pela marca da personalidade da liderança e outros como característica do caráter do agente político. Porém, todos os fatos encontram fundamentos nas conseqüências de um eleitorado despolitizado e sem maiores compromissos com a terra. Grande parte deste eleitorado eram e são migrantes. Filhos ou descendentes da primeira geração de migrantes, buscavam a cidade como forma de se estabelecer economicamente ou como simples moradia, já que seus rendimentos não lhes garantiam permanência no solo da capital e a saída foi-se estabelecer na Baixada. São João de Meriti como divisa com o Rio de Janeiro recebeu maior número de migrantes por metro quadrado, chegando nestes 50 anos a cidade de maior densidade demográfica do Brasil.

Assim, passamos a entender que fazer política por estas terras, sempre teve uma característica populesca sem ser populista, já que a primeira é desprovida de compromissos e a segunda é filha de um projeto voltado para o social e própria dos anos 40, 50 e 60. Ao final dos anos 60 e início dos anos 70, vamos encontrar maior racionalidade no exercício do poder, aparecem os primeiros planos de governo, acompanhados de pesquisas de campo, oferecendo assim, o embrião de planejamento com o nome de Conselho Municipal de Planejamento.

Na década de 70 vamos assistir importantes obras, como a mudança da Prefeitura do Centro para o Jardim Meriti e grandes obras de calçamento que atravessou a região do Primeiro Distrito pelo seu interior atingindo do Araruama ao Jardim Metrópoles e Vilar dos Teles, permitindo o crescimento de uma região que até aquela década possuía sérios problemas de saneamento e de infra-estrutura urbana.

A década de 80 faz o município voltar ao cenário político dos estigmas da corrupção, que marcam vários momentos de nossa vida política. Manoel Valença, homem sem experiência política e administrativa, assume a Prefeitura numa eleição que nem ele mesmo entendeu a importância de sua vitória, que representava os interesses populares na onda brizolista.

De retrocessos e avanços a cidade vai se superando e encontrando seu destino, os recados mandados pelas urnas acenaram para a construção do grande projeto de reconstrução da cidade.

6. Belford Roxo

Prof. Guilherme Peres

Habitadas anteriormente pelos índios Jacutingas, as terras hoje pertencentes ao município de Belford Roxo foram assinaladas pela primeira vez no mapa elaborado por João Teixeira Albernaz II em 1566 entre os rios "Merith, Simpuiy e Aoassu."

Na carta topográfica da capitania do Rio de Janeiro, feita por Manoel Vieira Leão em 1767, aparece claramente nesta região o Engenho do Brejo, que teve em Cristovão Mendes Leitão, desde 1739, um de seus primeiros ocupantes.

Cortado pelo Rio Sarapuie, como quase toda a Baixada Fluminense, cercado por pântanos e brejais, possuía em sua margem um porto para escoamento da produção: açúcar, arroz, feijão, milho, e aguardente, como lemos na primeira estatística realizada no Brasil, no governo do Marquês do Lavradio, entre 1769 e 1779, mostrando que este engenho fazia parte da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.

Pertencia ao "Capitão Apolinário Maciel e seu irmão, o padre Antonio Maciel, com 35 escravos, fabricando 25 caixas de açúcar e 9 pipas de aguardente."

Sobre este rio de águas límpidas com trechos encachoeirados, escreve monsenhor Pizarro:

"Da Serra da Cachoeira chamada Pequena, situada ao norte, por onde se divide a mesma Freguesia com a de Santo Antônio de Jacutinga, e forma junto à Fazenda de S. Mateus, um pântano, do qual

nasce o Rio Pioim, cuja grossura por curvas águas, ou descida de lugares altos, ou depositadas pelas chuvas. Para esse pantanal aflui a Cachoeira Grande, que se fermenta na Serra do mesmo nome, e está nos limites da Freguesia de Jacutinga, e misturadas umas às outras águas, confluindo igualmente às dos lagos e campos por que passam, se ensoberbecem a ponto de negarem passagem a cavalo (em direitura da Matriz), e permitem entrada a barcos grandes. Impedindo por isso o trânsito da Estrada Geral para o distrito da Freguesia do Pilar, por cujo caminho se vai à Serra dos Órgãos, mandou a Câmara fazer, em lugar que pareceu mais apto, uma ponte, para facilitar a comunicação dos moradores do continente, e também o comércio das Minas Gerais. Conseroando a Cachoeira Pequena o seu nome até se confundir com o Rio Pioim, aí o perde, substituindo-lhe a denominação desse rio, porque é conhecido até à estrada do território de Jacutinga, onde principia a ser Rio de Santo Antônio; mas Fazenda do Brejo, em que há uma ponte, toma o apelido de Rio do Brejo e com ele chega à ponte do distrito de Serapuú de cujo sítio continua com o nome de Rio de Serapuú, até o mar”.

Após uma sucessão de proprietários, vamos encontrar o nome de Pedro Caldeira Brandt, o Visconde de Barbacena adquirindo a Fazenda ao Barão de Jacutinga em 1843.

Casado com a Condessa de Iguaçu, Maria Izabel Alcântara Brasileira, filha do Imperador Pedro I com a Marquesa de Santos, o Visconde era filho de Francisco Caldeira Brandt, o Marquês de Barbacena, que a vendeu, anos depois para Manoel José Coelho da Rocha.

Com o surto das epidemias que assolaram a Baixada durante a segunda metade do século XIX, a fazenda entrou em decadência.

O assentamento dos trilhos para a passagem da estrada de ferro Rio D’ouro cortando a fazenda do Brejo em 1872, em terras doadas pelos descendentes de Coelho da Rocha, deram início a um movimento de reivindicação para transformá-la em trem de passageiros, pois anteriormente esta ferrovia foi construída para a captação de água nas serras do Tinguá, Rio D’ouro e São Pedro, com colocação de aquedutos ao longo de sua margem.

Do Pouso da Cachoeira ao Município de Mesquita (1692 – 1999)

Prof. Ney Alberto Gonçalves de Barros
C. Amorim

1. Apresentação

Território que forma o Município de Mesquita serviu de palco para importante acontecimento da História do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Situado na Baixada Fluminense (Baixada da Guanabara ou Baixada do Rio de Janeiro), o Município de Mesquita conta com valiosos registros, capazes de nos proporcionar melhor entendimento do presente e diretrizes para o futuro, desde que saibamos um pouco da nossa topografia, ambiente do seu valoroso passado.

Procuramos, nesta síntese, apresentar alguma cronologia, para servir de base à elaboração da letra do nosso hino, para a escolha da simbologia do nosso brasão e, conseqüentemente, da feitura da nossa bandeira.

7.2. Alguma Cronologia

Pelos anos de 1500 habitavam em nossas florestas e as margens dos pantanais os índios Jacutinga e eram servidos pela Bacia Hidrográfica do Rio Sarapuú.

Estavam na Idade da Pedra Polida (Pré-História). Eram agricultores e hábeis ceramistas. Foram chacinados porque estabeleceram contatos amistosos com os franceses, inimigos de Portugal. Hoje Jacutinga é um dos bairros de Mesquita. O povo Jacutinga, portanto, pertenceu ao grande grupo Tupinambá, do heróico Povo Tupi, de valiosa cultura.

Em 1567 os franceses são expulsos do Rio de Janeiro. A Aldeia Jacutinga é destruída. A cultura Tupi perde importante referencial para o povo Tupinambá, porque a Aldeia Jacutinga exercia liderança da maior importância (está, inclusive, citada no Auto de São Lourenço, da autoria do jesuíta José de Anchieta).

Cento e sessenta aldeias foram destruídas (suas lavouras foram incendiadas, juntamente com as habitações).

O ano de 1657 marca o início da devoção a Santo Antônio (de Jacutinga), é o início da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga.

Em 1692 é dado início da implantação, nas terras de Martim Correa Vasqueanes, do Engenho da Cachoeira, na Serra Lerixinó (Gericinó).

Notável queda (cachoeira) fez nascer várias denominações, tais como: Rio da Cachoeira, Serra da Cachoeira, Engenho (fábrica de açúcar) da Cachoeira, Pouso da Cachoeira, Fazenda da Cachoeira, etc.

A partir de 1884 o nome da Estação ferroviária (Jerônimo de Mesquita) irá, aos poucos, engolindo o nome do povoado. Assim, a denominação – Cachoeira – com o tempo, será substituída por Mesquita.

Depois de ter seu primeiro templo de taipa, no lugar denominado – Jambuú (território do Município de Belford Roxo), informa o historiador Pizarro:

“Por decadência da primeira casa se mudou a pia batismal para outra de título semelhante, construída no sítio denominado Cachamaço, e próximo ao Rio de Santo Antônio, donde foi transferida para lugar, em que se conserva, desde o ano de 1733.”

E mais: *“Construído com paredes de pedra e cal”*.

Desde o ano de 1733, portanto, a Matriz da Freguesia de Santo Antônio (da Aldeia) de Jacutinga está no lugar denominado Prata.

O Engenho da Cachoeira (1767) está registrado na Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro levantada por Manoel Vieira Leão, servido pelo traçado do Caminho de Terra Firme (“Caminho do Ouro”).

Este caminho era uma variante do Caminho Novo das Minas (Vila Rica – Rio de Janeiro), traçado que evitava a navegação nos rios (Pilar e Iguassú) e nas águas da Guanabara. Evitava, também, os extensos pantanais existentes na Baixada Fluminense.

À beira do Caminho do Ouro surgiu o Pouso da Cachoeira (pousos de tropeiros), parada obrigatória para as tropas, vindas das Minas Gerais ou, no sentido inverso, (do Rio de Janeiro). Os pousos ofereciam pousadas (nos ranchos), descanso e água para os animais (das tropas), vendas de produtos do Engenho, ferradores, coureiros, etc.

O ouro passou pelo Pouso da Cachoeira, pelo território mesquitense.

Em 1794 tem-se notícia de:

“Onze fábricas de açúcar, uma de aguardente e algumas de barro trabalham nesse distrito, em cujas terras se cultiva a cana, a mandioca, o café, o milho e legumes”.

Assim nos informa o padre historiador José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo (Monsenhor Pizarro), em sua obra – Memórias Históricas do Rio de Janeiro.

Referindo-se à capela do Engenho da Cachoeira, informa Pizarro:

“Capela de Nossa Senhora da Conceição, levantada no Sítio da Cachoeira por Manuel Correa Vasques, com provisão de 09 de maio de 1731, para substituir a que houve na Fazenda Maxabomba (do mesmo Vasques) pouco distante da Cachoeira”.

Por decreto ao tempo do Governo Regencial, datado de 15 de janeiro de 1833 estava criado o Município de Iguassú, formado por 06 (seis) Freguesias (distritos): Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, N. S. da Piedade do Inhomirim, N. S. do Pilar, parte da Freguesia de N. S. da Conceição do Marapicu, São João do Meriti e Freguesia de Santo Antonio (da Aldeia) de Jacutinga. O território mesquitense faz parte da Freguesia de Jacutinga.

A Câmara Municipal foi instalada a 29 de julho de 1833. À época o Presidente da Câmara exercia a função de “Executivo”, porque a figura do Prefeito só apareceria em 1919. Não havia, portanto, Prefeitura.

As Freguesias, antes da criação do Município de Iguassú, eram administradas pela Câmara da Cidade do Rio de Janeiro.

Para que a Povoação de Iguassú recebesse a sede (“Capital”) do Município, o mesmo Decreto – além de desanexar as ditas Freguesias do território do Rio de Janeiro – elevou a dita Povoação à categoria de Vila (Vila de Iguassú). Vila, portanto, era o lugar no qual estava a “capital” do Município.

No dia 29 de março de 1858 foi inaugurada a estrada de Ferro de Dom Pedro II. O primeiro trecho

O ano de 1657 marca o início da devoção a Santo Antônio (de Jacutinga), é o início da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga.

Em 1692 é dado início da implantação, nas terras de Martim Correa Vasqueanes, do Engenho da Cachoeira, na Serra Lerixinó (Gericinó).

Notável queda (cachoeira) fez nascer várias denominações, tais como: Rio da Cachoeira, Serra da Cachoeira, Engenho (fábrica de açúcar) da Cachoeira, Pouso da Cachoeira, Fazenda da Cachoeira, etc.

A partir de 1884 o nome da Estação ferroviária (Jerônimo de Mesquita) irá, aos poucos, engolindo o nome do povoado. Assim, a denominação – Cachoeira – com o tempo, será substituída por Mesquita.

Depois de ter seu primeiro templo de taipa, no lugar denominado – Jambuú (território do Município de Belford Roxo), informa o historiador Pizarro:

“Por decadência da primeira casa se mudou a pia batismal para outra de título semelhante, construída no sítio denominado Cachamaço, e próximo ao Rio de Santo Antônio, donde foi transferida para lugar, em que se conserva, desde o ano de 1733.”

E mais: *“Construído com paredes de pedra e cal”*.

Desde o ano de 1733, portanto, a Matriz da Freguesia de Santo Antônio (da Aldeia) de Jacutinga está no lugar denominado Prata.

O Engenho da Cachoeira (1767) está registrado na Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro levantada por Manoel Vieira Leão, servido pelo traçado do Caminho de Terra Firme (“Caminho do Ouro”).

Este caminho era uma variante do Caminho Novo das Minas (Vila Rica – Rio de Janeiro), traçado que evitava a navegação nos rios (Pilar e Iguassú) e nas águas da Guanabara. Evitava, também, os extensos pantanais existentes na Baixada Fluminense.

À beira do Caminho do Ouro surgiu o Pouso da Cachoeira (pousos de tropeiros), parada obrigatória para as tropas, vindas das Minas Gerais ou, no sentido inverso, (do Rio de Janeiro). Os pousos ofereciam pousadas (nos ranchos), descanso e água para os animais (das tropas), vendas de produtos do Engenho, ferradores, coureiros, etc.

O ouro passou pelo Pouso da Cachoeira, pelo território mesquitense.

Em 1794 tem-se notícia de:

“Onze fábricas de açúcar, uma de aguardente e algumas de barro trabalham nesse distrito, em cujas terras se cultiva a cana, a mandioca, o café, o milho e legumes”.

Assim nos informa o padre historiador José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo (Monsenhor Pizarro), em sua obra – Memória Históricas do Rio de Janeiro.

Referindo-se à capela do Engenho da Cachoeira, informa Pizarro:

“Capela de Nossa Senhora da Conceição, levantada no Sítio da Cachoeira por Manuel Correa Vasques, com provisão de 09 de maio de 1731, para substituir a que houve na Fazenda Maxabomba (do mesmo Vasques) pouco distante da Cachoeira”.

Por decreto ao tempo do Governo Regencial, datado de 15 de janeiro de 1833 estava criado o Município de Iguassú, formado por 06 (seis) Freguesias (distritos): Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, N. S. da Piedade do Inhomirim, N. S. do Pilar, parte da Freguesia de N. S. da Conceição do Marapicu, São João do Meriti e Freguesia de Santo Antonio (da Aldeia) de Jacutinga. O território mesquitense faz parte da Freguesia de Jacutinga.

A Câmara Municipal foi instalada a 29 de julho de 1833. À época o Presidente da Câmara exercia a função de “Executivo”, porque a figura do Prefeito só apareceria em 1919. Não havia, portanto, Prefeitura.

As Freguesias, antes da criação do Município de Iguassú, eram administradas pela Câmara da Cidade do Rio de Janeiro.

Para que a Povoação de Iguassú recebesse a sede (“Capital”) do Município, o mesmo Decreto – além de desanexar as ditas Freguesias do território do Rio de Janeiro – elevou a dita Povoação à categoria de Vila (Vila de Iguassú). Vila, portanto, era o lugar no qual estava a “capital” do Município.

No dia 29 de março de 1858 foi inaugurada a estrada de Ferro de Dom Pedro II. O primeiro trecho

entregue ao tráfego ligou a Cidade do Rio de Janeiro à localidade – Pouso dos Queimados – na Freguesia Iguassuana de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu (Baixada de Sepetiba).

Esta ferrovia (depois, Central do Brasil) foi de fundamental importância para o lugar denominado – Cachoeira – (futura Mesquita).

O traçado de ferrovia buscou o pé-da-serra, limitando dois interessantes ambientes topográficos: o da raiz-da-serra (à margem esquerda dos trilhos) e os pantanais (salpicando de morros, como se fossem ilhas).

Ao pé-da-serra, os terrenos, enxutos, propiciaram a existência de plantações, enquanto nas áreas alagadas, com tabatinga e barro, de excelente plasticidade, facilitou o surgimento de olarias ou cerâmicas (produzindo tijolos e telhas de qualidade superior).

Por causa do desmonte (dos montes) a topografia dos dias presentes é bastante diferente da dos tempos dos brejos e pantanais.

As áreas das olarias com o tempo, desativadas, a par das obras de saneamento (enxugando os terrenos) acabariam por atrair loteamentos e conjuntos habitacionais.

O crescimento populacional faria de Mesquita, a exemplo de outros territórios próximos aos grandes centros urbanos, uma síntese da população brasileira, atraindo gente de todo o Brasil.

A Fazenda da Cachoeira e as áreas das olarias, de certa forma, retardaram a explosão demográfica, o que aconteceu quase que recentemente.

Portanto, o trem (da Maria Fumaça ao elétrico) foi e tem sido força motriz do nosso crescimento. A dita ferrovia foi construída para o café descer para os exportadores da Cidade do Rio de Janeiro.

A construção desta estrada de ferro levaria, à decadência, o movimento comercial da estrada Real do Comércio e dos portos da Vila de Iguassú (motivos da criação do Município, em 1833).

Em 1884 surge, na Estrada de Ferro de Dom Pedro II, a Estação Jerônimo de Mesquita (Barão de Mesquita).

No ano de 1891 na administração do Governador Portela a sede (“capital”) do Município de Iguassú foi transferida – por causa da E. F. de Dom Pedro II – para o lugar denominado Maxambomba.

O segundo Barão de Mesquita, José Roberto de Mesquita, assinou a Ata da Câmara Municipal.

Em 1894 Alfredo Moreira Pinto, em seu trabalho – “Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brasil” (Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1894), informando a respeito de Maxambomba, anotou o seguinte:

“Maxambomba, sede da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, está colocada em uma planície que vai fraudando a Serra Cachoeira”.

“Tem uma pequena cordilheira, que denomina Serra da Cachoeira”.

“Na Serra da Cachoeira, no ponto mais elevado, há um grande e profundo açude que é muito abundante em diversas qualidades de peixes; dele sai água que alimenta uma linda cascata que existe na mesma serra, na fazenda da Viúva Travassos”.

“Sua maior produção, porém, é de carvão, aguardente, farinha de mandioca, polvilho e laranjas.”

O político Manoel Reis em 1916 consegue aprovar novo nome: Maxambomba passa à denominação de Nova Iguassú e em 1919 o governador, Raul de Moraes Veiga, do Estado do Rio de Janeiro, cria a Prefeitura em Nova Iguassú, separando, assim, os poderes Legislativo e Executivo.

Mesquita em 1924 permanece fazendo parte do Primeiro Distrito de Nova Iguassú (Cidade de Nova Iguassú, Belford Roxo e Mesquita).

Em 1927 a Câmara Municipal de Nova Iguaçu aprova requerimento, assinado por Horário José Lemos e Edgar Azevedo, para lotear terrenos da Fazenda da Cachoeira, em Mesquita (ver ocupação urbana).

Acaba vitoriosa a Revolução de 1930, ficando à frente do Governo Federal, Getúlio Vargas e seguem-se os seguintes fatos:

Plínio Casado é nomeado interventor no Estado do Rio de Janeiro. Plínio Casado nomeia, para interventor no Município de Iguassú, Sebastião de Arruda Negreiros. A Interventoria no Município de Iguassú comemora o centenário da criação do município, criado a 15/01/1833.

No livro Vilas Brasileiras de Comunicação (1934), o autor, Max Vasconcelos, informa, referindo-se à localidade mesquitense:

“Aí se acham estabelecidas a Fábrica de Ladrilhos da Companhia de Material Ferroviário. Prosse-

gue o trem pela várzea fertilíssima, coberta de infindáveis laranjais, quase sempre pejados de frutos que na cor própria da sua maturidade, semelham pomos de ouro, edênicos e inacessíveis. Transposta uma ponte de 4m,80 (K.34.183) o trem vai a Nova Iguaçu."

Em 1948 "A atual represa, construída no lugar denominado "Cachoeira" 1º distrito deste Município, para o reforço do abastecimento d'água desta cidade, terá a denominação de "Represa Epaminombas Ramos". (Art. 1º da Resolução nº 27, de 22 de julho de 1948, Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu).

Em 1952 o Governo do Estado do Rio de Janeiro sanciona a lei da Assembléia (28 de abril de 1952), criando os seguintes distritos do Município de Nova Iguaçu: 1º Nova Iguaçu; 2º Queimados; 3º Cava; 4º Belford Roxo; 5º Mesquita e 6º Japeri.

Os limites haviam sido fixados por Resolução da Câmara Municipal (29 de março de 1952).

7.3. Emancipação

Em 1995 com o objetivo de intensificar a Campanha pró-Emancipação foram realizadas, de fevereiro a novembro, uma série de reuniões no Tênis Clube de Mesquita. As reuniões eram presididas por José Paixão e, a elas, compareciam as mais importantes lideranças mesquitenses.

Nos diversos Núcleos de Emancipação aconteciam, também, outras tantas reuniões.

A Comissão pró-Emancipação de Mesquita era presidida por Walter Paixão (Waltinho).

No dia 26 de novembro de 1995 aconteceu o Terceiro Plebiscito.

Nota: seriam necessários 48.500 (quarenta e oito mil e quinhentos) votos para a conquista da autonomia mesquitense. O serviço eleitoral contabilizava um total de 97.000 (noventa e sete mil) eleitores.

O Tribunal Regional Eleitoral (T.R.E.) acabou por divulgar que faltavam seis mil votos para que Mesquita fosse emancipada.

Em face da situação os emancipacionistas tiveram que adotar sérias e contínuas providências e, após muitas consultas e pesquisas, foram constatadas muitas irregularidades, que deveriam ser sanadas. Eleitores falecidos seriam eliminados da listagem eleitoral e, também, a duplicidade de títulos-de-eleitor. Irregularidades que alcançavam a soma de mais de 12 (doze mil) votos, que impediam o "quorum" indispensável.

Significativa e árdua batalha judicial se desenrolava em 1999.

Finalmente – aquilo que parecia ser uma novela interminável – a verdade saiu vitoriosa: o Supremo Tribunal Federal (por seus ministros) e por unanimidade (sete votos a zero) decidiu pela Emancipação.

Os desdobramentos e as seqüências aconteceriam... O Tribunal Superior Eleitoral comunicou a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral (T.R.E.), que, por sua vez, deu conta da situação à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ.

No dia 15 de setembro de 1999 os deputados estaduais votaram Projeto de Lei emancipando Mesquita.

Em meio ao contentamento do povo mesquitense, no dia 25 de setembro de 1999, o Exmo. Governador Antony Garotinho sancionou a Lei criando o Município de Mesquita – Rio de Janeiro.

Em palanque armado na Avenida São Paulo, Centro de Mesquita, na presença de líderes emancipacionistas, autoridades estaduais e federais, a Lei nº 3.253 foi assinada e o Ato seria publicado no Diário Oficial de 28/09/1999.

"Art. 1º - Fica criado o Município de Mesquita com sede em Mesquita, Centro, localizado no 5º Distrito do Município de Nova Iguaçu."

No dia 03 de outubro de 2000 foi realizada a primeira eleição (Municipal), como coroamento de intensa campanha eleitoral. Pela primeira vez, portanto, os eleitores mesquitenses estavam escolhendo os membros dos Poderes Executivos e Legislativos.

No dia 01 de janeiro de 2001 foram empossados os membros dos Poderes Executivos (Prefeitura) e Legislativo (Câmara de Vereadores):

Câmara Municipal: Almir Ramos Gabriel (Almir da Chatuba); André Inácio dos Santos (Taffarel); Carlos Elias Rodrigues de Freitas (Pé de Black); Flávio Nakandakare de Oliveira (Nakan); Jerônimo Quieto Sigoles (Jerônimo Letras); José Rechuem; Paulo Gomes dos Santos Neto (Paulinho Filho); Paulo Roberto Barros Paixão (Paulinho Paixão) e Ricardo Fried (eleito para presidente da Câmara Municipal).

Poder Executivo - Prefeitura: José Montes Paixão (Prefeito); Framínio Gonçalves (Vice-Prefeito).

7.4. Ocupação Urbana

A Estrada de Ferro de Dom Pedro Segundo (depois: Central do Brasil) foi, em verdade, o maior atrativo – desde 1858 – para a ocupação do solo mesquitense. A procura de lotes aumentou significativamente a partir da eletrificação da ferrovia (trem elétrico).

Nos terrenos situados à margem esquerda da ferrovia, entre esta e o pé da serra, foram feitas as primeiras ocupações.

Nos terrenos situados à margem direita da ferrovia, por causa dos pantanais e dos amplos espaços ocupados pelas olarias ou cerâmicos (fábrica de tijolos e de telhas), as ocupações foram acontecendo lentamente e, principalmente, após as obras de saneamento da Baixada, aceleradas a partir de 1934.

1927 – área de propriedade de Horácio Lemos e Edgar Azevedo: áreas próximas à Estação

Jerônimo de Mesquita;

1936 – Horácio Lemos: áreas próximas à futura Estação de Edson Passos;

1946 – Horácio Lemos: áreas próximas à Estação de Mesquita e da futura Estação de Juscelino/

Rio da Cachoeira (Coréia);

1946 – Propriedade da firma I.S.A. Imóveis S.A.: em Rocha Sobrinho;

1948 – da firma I.S.A. Imóveis S.A.: em Rocha Sobrinho;

1951 – área de propriedade do Banco Delamare: Delamare (Chatuba);

1952 – área de Américo Ludolf: Rocha Sobrinho;

1953 – Propriedade de José Francisco e João Santinoni: Vila Norma;

1954 – Propriedade da Campanha Materiais de Construção / Alfredo Ludolf Filho; Santo Elias,

Juscelino, Vila Emil;

1961 – propriedade da Sociedade Agrícola Caramujos Ltda.: Parque Ludolf, Vila Emil;

1962 – Propriedade de Irene Rodrigues Pinto / Oliveira Pinto: Cosmorama.